



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TÚLIO FERNANDO DA SILVA SOUSA

**A FOLHA DE SÃO PAULO E A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO NO GOVERNO
DE DONALD TRUMP (2017 – 2020)**

**MACAPÁ-AP
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TULIO FERNANDO DA SILVA DE SOUSA

**FOLHA DE SÃO PAULO E A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO NO GOVERNO DE
DONALD TRUMP (2017 – 2020)**

Texto apresentado como requisito obrigatório para defesa no Programa de Pós Graduação em História Social (PPGH – UNIFAP) da Universidade Federal do Amapá. Linha de Pesquisa: Poder, Memórias e Representações.

Professor orientador: Dr. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior

**MACAPÁ-AP
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

S725 Sousa, Tulio Fernando da Silva de.
A Folha de São Paulo e a questão da imigração no governo de Donald Trump (2017 - 2020) / Tulio Fernando da Silva de Sousa. - Macapá, 2023.
1 recurso eletrônico. 101 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação em História, Macapá, 2023.
Orientador: Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Jornal Folha de S.Paulo. 2. Donald Trump. 3. Imigração. I. Alves Júnior, Alexandre Guilherme da Cruz, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 905

TULIO FERNANDO DA SILVA DE SOUSA

**A FOLHA DE SÃO PAULO E A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO NO GOVERNO
DE DONALD TRUMP (2017 – 2020)**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIFAP

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Presidente orientador

Prof. Dr. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Júnior (PPGH-Unifap)

2º Examinador(a) Interno(a):

Prof. Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis (PPGH-Unifap)

3º Examinador(a) Externo(a):

Prof. Dr. Gabriel da Fonseca Onofre (CP II- Colégio Pedro II)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que com sua infinita bondade me ajudou a conquistar mais esse objetivo.

À minha mãe Maria Ester da Silva que sempre apoiou todas as minhas escolhas, exemplo de honestidade, determinação e coragem, me ensinou a superar os obstáculos de cabeça erguida e nunca desistir dos meus sonhos, me ensinou a ser a pessoa que sou hoje.

À minha querida tia Prof.^a Maria Cordeiro, companheira de todas as horas, sempre me incentivou e vibrou por todas as minhas vitórias, sem você não seria possível concluir mais essa jornada profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, pois acredito que toda força e perseverança na elaboração desta pesquisa, veio de Deus.

Agradeço especialmente ao meu orientador professor Doutor Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior por ter acreditado em mim, pelo incentivo e aprendizado na elaboração do meu projeto de pesquisa. Ao Departamento de História, em particular seu Programa de Pós graduação em História (PPGH), da Unifap pela oportunidade de participar do Curso de Mestrado Acadêmico em História Social do Trabalho.

Aos Professores e ao Coordenador do Programa de Pós Graduação em História-PPGH Prof. Doutor Marcos Vinícius por todo apoio, aprendizado e incentivo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá- FAPEAP pela bolsa que me proporcionou dedicação exclusiva para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de turma que se tornaram amigos ao longo dessa jornada, e estiveram sempre dispostos a ajudar uns aos outros com a troca de conhecimentos, pessoas admiráveis que vou levar o exemplo e a amizade para a vida.

À minha tia professora Dra. Maria da Conceição Cordeiro por todo o aprendizado e conhecimento transmitido, sempre me apoiando e me incentivando a concluir mais esse sonho.

RESUMO

Neste estudo, busquei analisar em que medida a elaboração de notícias produzida pelo Jornal *Folha de S. Paulo* a respeito da política imigratória desenvolvida no governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no período de 2017-2020, suscitou formas de escrita e de como essa produção de notícias produziu formas de representação histórica sobre esse governo. Para analisar o significado e a importância do jornal como fonte e objeto de estudo na pesquisa histórica, busquei, a partir de Roger Chartier (2002) desenvolver uma abordagem alinhada à História Cultural, na qual as práticas culturais recentes alteram as formas de relação entre o leitor e o texto, em seus diversos dispositivos de leitura. Em conformidade teórica com as historiadoras Maria Helena Capelato e Tania Regina de Luca, foi possível ampliar o estudo sobre esta imprensa a partir das questões metodológicas de História e Imprensa indicadas pelas autoras no que diz respeito aos procedimentos de análise da grande imprensa. Para os objetivos propostos, foram mapeadas 9.291 edições da *Folha de S. Paulo* online no total, sobre o governo do presidente Donald Trump, sendo que 1.286 edições foram dedicadas a questão da imigração. A pesquisa indicou que o Jornal *Folha de S. Paulo* praticou uma cobertura de estágios especulativos, com narrativas ideológicas para ganhar visibilidade pública a respeito da política de governo do presidente Donald Trump, de que produziu lembranças e esquecimentos sobre os acontecimentos deste governo por meio da ênfase nas denúncias de escândalos, na desqualificação do político e especialmente sobre a temática da imigração que refletiu de alguma forma a inquietude do contexto político americano.

Palavras-chave: Jornal *Folha de S. Paulo*, Donald Trump, Imigração, Representação, Memória.

ABSTRACT

In this dissertation, I sought to analyze to what extent the elaboration of news produced by Journal *Folha de S. Paulo* about the immigration policy developed in the administration of the President of the United States Donald Trump, in the period 2017-2020, raised forms of writing and how this news production organized forms of historical representation about this government. To analyze the meaning and importance of the newspaper as a source and object of study in historical research, I sought, based on Roger Chartier (2002), to develop an approach aligned with Cultural History, in which recent cultural practices change the forms of relationship between the reader and the text, in its various reading devices. In theoretical conformity with the historians Maria Helena Capelato and Tania Regina de Luca, it was possible to expand the study on this press from the methodological questions of History and the Press indicated by the authors with regard to the analysis procedures of the great press. For the proposed objectives, a total of 9,291 online editions of *Folha de S. Paulo* were mapped, about the government of President Donald Trump, with 1,286 editions dedicated to the issue of immigration. The research indicated that Journal *Folha de S. Paulo* practiced a coverage of speculative stages, with ideological narratives to gain public visibility regarding the government policy of President Donald Trump, which produced memories and forgetfulness about the events of this government through the emphasis on the denunciations of scandals, on the disqualification of the politician and especially on the theme of immigration that somehow reflected the restlessness of the American political context.

Keywords: Folha de S. Paulo newspaper, Donald Trump, Immigration, Representation, Memory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - distancia temporal tardia em relação a área de colonização espanhola e inglesa	29
Quadro 2 - número de edições mensal sobre o governo Trump entre o ano de 2017 a 2020	66
Quadro 3 - número de edições mensal sobre o governo Trump no ano de 2017	66
Quadro 4 - distribuição das edições sobre imigração em 2017	67
Quadro 5 - número de edições mensal sobre o governo Trump no ano de 2018	75
Quadro 6 - distribuição das edições sobre imigração em 2018	75
Quadro 7 - número de edições mensal sobre o governo Trump no ano de 2019	83
Quadro 8 - distribuição das edições sobre imigração em 2019	83
Quadro 9 : número de edições mensal sobre o governo Trump no ano de 2020	87
Quadro 10 - distribuição das edições sobre imigração em 2020	87

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - imagem de Carlos Garcia que mostra fronteira terrestre com a América Latina e, é de fato uma porta de entrada facilitadora para a migração ilegal.....76
- Figura - 2:** imagens de Paul Ratie - 20 de março de 2019/afp e John Goore/Getty.....82
imagens/afp que mostra Trump conhecendo as condições das crianças separadas dos pais
- Figura 3** - imagem de Carlos Garcia Rawlins – 29 de outubro de 2018/Reuters, onde.....84
soldados enviados por Trump detêm essas caravanas de migrantes que gerou uma grande crise
- Figura 4** - imagem que mostra um grupo de cerca de trinta brasileiros detidos88
após atravessarem a fronteira entre o México e os EUA, no estado do novo México
- Figura 5** - imagem John Moore/Getty imagens/afp – menina de dois anos de Honduras.....90
chora enquanto sua mãe é revistada e presa no Texas na fronteira entre EUA e México

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Delineando um problema de pesquisa.....	10
CAPÍTULO 1- Questões Metodológicas de História e Imprensa	16
1.1 O jornal como fonte histórica.....	16
1.2 Procedimentos para análise de jornais da ‘grande imprensa’.....	23
CAPÍTULO 2- A Folha de S. Paulo em debate.....	27
CAPÍTULO 3- Resultados e Análises	62
3.1 Mapeamento dos dados	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	99

INTRODUÇÃO

Delineando um problema de pesquisa

Tendo em vista que grandes fatos históricos suscitam comoção social, ganham visibilidade pública e despertam o interesse dos meios de comunicação de massa, este estudo tem como objetivo compreender as dimensões dos noticiários produzidos pelo Jornal *Folha de S. Paulo* sobre os acontecimentos do governo do presidente dos Estados Unidos Donald Trump no período de 2017-2020, tomando como recorte as notícias publicadas sobre a questão da imigração. E, ainda, busco analisar as formas de escrita elaborada por esse veículo de mídia e de como essa produção de notícias organizou formas de representação histórica sobre esse governo.

Tamanha elaboração sobre os fatos e acontecimentos sobre a política desenvolvida por Donald Trump, a complexidade de alcançar esse tipo de notícia e a infraestrutura que cerca esse governo, chamaram a atenção desse meio de comunicação no Brasil. Não raro, observei, na fase inicial de aproximação com este objeto de estudo, que jornalistas utilizavam expressões como as seguintes: ‘mais um escândalo que vem da casa branca’ ou ‘a fala polêmica do presidente Donald Trump sobre políticas migratórias, uma das questões centrais de seu governo, colocada como prática política de ‘tolerância zero’. Desta forma, acessar este extenso e diversificado repertório de descrições e narrativas midiáticas aguçou minha curiosidade sobre a memória que o jornal produziu sobre esse governo, especialmente, porque se tratava de um fenômeno que emergia eloquentemente na cena pública como uma política de ampliação do poder global – no sentido do que está estabelecido pelas grandes potências mundiais liderada pelos EUA e desde então, busquei sistematizar indagações sobre a temática e o texto jornalístico.

O interesse em estudar o jornal como fonte histórica ganhou proeminência desde minha participação no ano de 2018 na organização de um arquivo hemerográfico para o Tribunal de Justiça do Amapá sobre pleitos eleitorais que sofreram interferências a partir de denúncias jornalísticas e que levaram a condenação de candidatos por compras de votos e corrupção.¹ Naquele período, eu estava encarregado de agrupar notícias veiculadas em jornais da capital de São Paulo, referentes as questões citadas. Durante o exercício dessa atividade, surpreendeu a

¹ Estagiário no Tribunal de Justiça do Amapá-TJAP, no ano de 2018.

elevada quantidade de notícias e diferentes narrativas sobre a gestão de Donald Trump lançadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

As diversas notícias, cuja a narrativa jornalística tivemos acesso, apontavam para abrangentes e refinados dispositivos de comunicação a fim de dar visibilidade a essas notícias. Identifiquei um leque de estratégias discursivas mobilizadas por “jogos de revelação e ofuscamento de ideologias, mecanismos que acentuam ou obscurecem interesses, compromissos com grupos e classes” (CITELLI, 2006, p. 42).

É válido salientar que a reportagem é um gênero jornalístico importante que se afirma como o lugar por excelência da narração jornalística (SODRÉ E FERRARI, 1986). A forma narrativa, a humanização do relato, o texto de natureza impressionista e a objetividade dos fatos narrados são características predominantes de uma reportagem. É o que Tuchman (1972/1993) chamou de “rituais estratégicos” pela tentativa da imparcialidade, na veemente separação entre informação e opinião, do entendimento da missão do jornalismo em trabalhar pelo interesse público e ao mesmo tempo de estar imerso nos padrões industriais.

Ao longo da história política no Brasil e no mundo, a imprensa tem desempenhado papel fundamental, seja de ação ou de denúncia, seja de alinhamento aos diferentes governos ou grupos políticos, mas sempre de catalisadores do cotidiano da vida política. Basta lembrarmos de períodos históricos vividos por personalidades de governo a exemplo de Jânio Quadros, João Goulart, Getúlio Vargas e fatos políticos como a ditadura militar, as Diretas Já, o impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff e, recentemente, a trajetória polêmica do governo de Donald Trump, que durante quatro anos se tornou o centro de notícia diária da *Folha de S. Paulo*, objeto de estudo aqui proposto.

O olhar histórico sobre os processos e as práticas comunicacionais estimula inicialmente uma reflexão acerca da forma como devemos considerar, em cada temporalidade particular, os meios de comunicação e a maneira como setores da sociedade, em determinados períodos, se relacionam com essa expressão pública de mostrar a notícia.

Importante compreender que os meios de comunicação se tornaram instituições potentes de autonomia discursiva, sendo um estratégico intermediador e, por vezes, o próprio produtor do discurso político. Quanto a essa força opinativa do jornalismo, que parece muitas vezes mais o de conduzir a política do que reportá-la, Capelato (1991, p. 131) ressalta que “enquanto a gente não abrir espaço para partidos mais fortes, partidos ideológicos, mais enraizados, a imprensa vai continuar usurpando esse espaço que pertence aos partidos”. É uma consideração plausível, quando não se pode deixar de perceber, como bem aponta Capelato, que o seu viés ideológico

está presente na feitura do texto com o qual pode conduzir o seu poder, sendo não só habilidosa na dramatização da notícia, mas também eficiente em construir uma memória política.

Considerando que certas formas de noticiar funcionam como os fatos principais do dia e, um dos muitos critérios de classificação entre essas práticas são o texto noticioso – o quê, quando, onde, como e por quê –, declarar preferências por *modus operandis* identificados com a ‘grande reportagem’ gera poder simbólico, pois as características desse modo de fazer notícia estão associadas a um *habitus* (BOURDIEU, 1989), cujos comunicadores se consideram ‘imparciais’ e não ‘opinativos’.

Nas últimas décadas, o jornalismo noticioso sofreu ‘refinamentos’, promoveu rebuscamentos em seus aparatos estéticos e narrativos com a finalidade de capturar a atenção do “leitor internauta”, orientando sua navegação para que sua atenção seja voltada ao que é considerado importante na visão do jornal (BLOCH, 2001).

Sob este prisma, importante é reconhecer que a imprensa produz realidades simbólicas de grande abrangência, que por sua vez podem servir como instrumentos de dominação na medida em que “as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem à definição do mundo social conforme seus interesses” (BOURDIEU, 2007, p. 11). Para Bourdieu, o jornalista é detentor de um poder sobre os instrumentos de grande difusão, o que lhe daria poder sobre toda espécie de capital simbólico, inclusive o de fazer ou desfazer reputações, e o de controlar o acesso dos políticos ao reconhecimento e ao crédito. Este poder simbólico pode ser percebido, em particular, na *Folha de S. Paulo*, um dos principais meios de informação do país e local privilegiado de realização e de construção da política brasileira, como veremos adiante.

O campo jornalístico é um campo de lutas simbólicas “um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações [...] de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (BOURDIEU, 1989, p. 57). Como todos os outros campos, é baseado no conflito entre seus participantes, por valores e capitais específicos. É um espaço composto por agentes especializados que funcionam como canal ou via de comunicação entre os diversos campos, marcado por leis próprias, por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsas que sofre por parte de outros microcosmos.

Podemos notar um movimento de tolerância entre a arena política e o mercado da informação, pois também a confiança no capital cultural, político ou pessoal dos agentes políticos serve como indicador para o tipo de cobertura definida pelos jornais. A questão é bem

observada na campanha que culminou na eleição de Donald Trump, em 2016, a imprensa pôde reportar e analisar com proximidade sua elevação eleitoral, a crise econômica mundial e, ao mesmo tempo, garantir ao leitor sobre a possibilidade de um estreitamento mais radical das relações internacionais e econômica a partir desse governo.

O capital de confiança do futuro presidente dos EUA, por exemplo, a respeito da retórica anti-imigração marcou a campanha e parte da gestão presidencial de Donald Trump. Nesse contexto, uma grande parte da população norte-americana canalizou um profundo ressentimento contra os imigrantes, culpando-os por perder seus empregos e pela violência nos centros urbanos. Trump soube capitalizar essas perspectivas para vencer as eleições. Esse fato foi noticiado em abundância, provocando, assim, respingos de desconfiança sobre a análise oferecida pelo discurso jornalístico que, à época, apostava no descontentamento dessa mesma população com a política de ‘fechar as fronteiras’, o que demonstrou ser o oposto.

Bourdieu (1989) avalia que o político se submete ao discurso da imprensa devido a sua dependência de um certo capital de confiança, que o deixaria vulnerável às impressões externas e, por conseguinte, às informações veiculadas, mas não se pode perder de vista que também “o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança” (p.188).

As informações jornalísticas recorrem de registros materiais e mentais para narrar e comentar fatos e contextos. Sendo assim, constitui de notícias com versões advindas de lembranças e narrativas que alocam uma forte carga de subjetividade. Tratam-se de dados mediados pelo processo de se reportar ao passado, de acessar lembranças, evidenciando o dinamismo da memória enquanto elemento que permite ao homem conservar certas informações de modo seletivo, e ao mesmo tempo lhe possibilita a atualização de impressões e informações passadas ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1988).

Portando, considerando que a sequência de fatos e notícias que busco ‘recuperar’, para fins de análise, envolvem práticas especulativas, que tendem a ganhar visibilidade pública, busco nesta proposta de pesquisa, problematizar, a partir de alguns aspectos mais amplos, a escrita do Jornal *Folha de S. Paulo* como monitor do governo Trump enquanto condição inerente a esse meio de comunicação e elemento norteador da credibilidade. Para além de um poder de fiscalização, que procura assegurar seu lugar no complexo mundo contemporâneo, o jornal detém poder simbólico de interpretar a realidade e explicá-la, e de conceder visibilidade aos atores políticos e suas narrativas. Vamos ver como este poder se estabeleceu e funcionou no jornal online da *Folha de S. Paulo*.

Para analisar a finalidade da notícia produzida pela *Folha de S. Paulo* sobre o governo de Donald Trump, foi definida a partir de Roger Chartier (2002) uma abordagem alinhada à História Cultural, na qual as práticas culturais recentes alteram as formas de relação entre o leitor e o texto, em seus diversos dispositivos de leitura. Chartier (2002, p.16) afirma que “o essencial é compreender como os mesmos textos podem ser diversamente apreendidos, manejados e compreendidos”.

Nesse empreendimento, a reflexão parte da questão de que essa imprensa destacando matérias e reportagens em quatro anos de abordagem sobre esse governo colaborou para um acervo de conhecimento histórico-cultural permeado de práticas narrativas encaminhadas pelo simbólico e ideológico, mas principalmente pela representação. Nessa direção, em conformidade teórica com o historiador francês Roger Chartier, adotaremos o conceito de representação como uma importante chave interpretativa da história, posto que contribui para se “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 17).

As representações em Chartier estão fixadas “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 2002, p. 17). Portanto, o dia a dia das matérias jornalísticas se estruturam, estrategicamente, de narrativas que permitem aos leitores compreendê-las a partir de um código de sistematização de sentidos organizados pelo jornal, desta forma, o jornal assume um lugar de representação coletiva autorizada.

Considerando os aparelhos de comunicação como portadores de ideologias e legitimadores de poderes, é possível dizer que os meios de comunicação buscam a notícia, contraditoriamente, para retirar-lhe seu caráter de excepcionalidade e, sendo assim, especializam-se em fabricar justificativas e explicações para os eventos que narram. Também, a imprensa tende ser apresentada como agente de universalidade, na medida que tem o poder de interditar, divulgar, distribuir a história ou promover o seu esquecimento, nos moldes que defende Ricoeur (2007), ao dizer que a história é eminentemente explicativa, e sendo assim, ela é um projeto sempre em expansão e complexidade.

Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações

convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração (RICOEUR, 2007, p. 98).

É nesse sentido que dentre várias matérias, o jornal *Folha de S. Paulo* explorou exaustivamente um apanhado cronológico sobre as ocorrências que culminaram na eleição e início do governo de Donald Trump. Começando a tessitura com o ano de 2017, quando destaca a saída do presidente Barack Obama, estendendo para um prazo de quatro anos de governo a terminar em janeiro de 2021. Nessas matérias são identificados conceitos que acomodam aspectos ideológicos e sociais que influenciam a tessitura do jornal sobre o acontecimento Trump, fazendo com que a publicidade do episódio se traduza em seus interesses e dos benefícios alcançados até aqui. Pode-se assim compreender como os mecanismos de produção de memória, esquecimento e história são mobilizados de forma a justificar também representações muito particulares de fatos públicos a partir dos interesses de um determinado meio de comunicação.

Embora o jornal se sobressaia como agenciador de sentidos sobre o presente, uma de suas funções básicas é realizar um poderoso exercício de formulador de memória. Seus textos e reportagens se tornarão material capital de produção de versões sobre o passado. Talvez não seja impertinente dizer que, em suas matérias, toda narrativa do presente é uma tessitura sobre o passado, em outras palavras, é sempre uma escrita de retrospecto e projeção futurística.

Para a elaboração desta dissertação, faço as seguintes projeções de capítulos: No capítulo I - **Questões metodológicas de História e Imprensa**, busco refletir sobre o significado e a importância do jornal *Folha de S. Paulo* como fonte e objeto de estudo na pesquisa histórica, procurando, assim, criar um espaço de discussão sobre a utilização dessa imprensa para imprimir opiniões sobre a questão da imigração no governo de Donald Trump. No capítulo II - **A Folha de S. Paulo em debate**, trato da trajetória de constituição deste jornal, os pontos mais relevantes dessa cobertura jornalística no Brasil e no mundo. No capítulo III - **Resultados e Análises**, apresento o campo da pesquisa e as análises dos dados coletados em campo, esboço alguns princípios e possibilidades a partir das referências teóricas e a perspectiva de análise de Maria Helena Capelato e Tania de Luca, que indicam, alguns cuidados metodológicos ao se usar o jornal como fonte e objeto de estudo. Exponho a metodológica utilizada no levantamento e análises dos dados coletados.

CAPÍTULO 1- QUESTÕES METODOLÓGICAS DE HISTÓRIA E IMPRENSA

Neste capítulo trato da concepção e dos métodos da História, da ampliação dos estudos sobre a imprensa e os jornais como objetos de estudo e não somente como fonte histórica. De como os meios de comunicação tem desempenhado um papel fundamental na condução dos fatos que incluem as demandas sociais, os interesses políticos e econômicos envolvidos, os conflitos culturais mais diversos, questões presentes tanto na história brasileira, quanto na história internacional, especificamente na recente política norte americana. Dessa forma, o capítulo tem por objetivo refletir sobre o significado e a importância do jornal *Folha de S. Paulo* como fonte e objeto de estudo na pesquisa histórica, procurando, assim, criar um espaço de discussão sobre a utilização dessa imprensa para imprimir representações sobre a questão da imigração no governo de Donald Trump.

1.1 O jornal como fonte histórica

Este estudo se situa na ideia de análise particular dentro da comunicação online, de uma prática específica que é a produção e difusão de textos jornalísticos político através de um único campo suporte: o jornal *Folha de S. Paulo* online, onde se situa as análises dessa pesquisa.

Como se sabe, os historiadores tem como base de trabalho essencial as fontes históricas e as temporalidades. Uma vez que eles estudam atentamente processos e acontecimentos que se deram em algum momento no tempo, a ciência histórica precisa estabelecer sua reflexão sobre a realidade histórica a partir de indícios, vestígios, resíduos, materiais, textos, evidências deixadas no presente pelo passado a ser examinado. Este conjunto de materiais dos quais se valem os historiadores – e que inclui textos de todos os tipos produzidos em outras épocas, objetos, imagens, materiais sonoros que ficaram registrados de alguma maneira, indícios de ações humanas que transformaram as paisagens naturais, e muitas outras coisas – são as fontes históricas

Os jornais, desde o advento da era industrial, se estabeleceram como parte da história do mundo moderno, aliás, é através dessa comunicação que a modernidade estrategicamente alargou suas informações e aproximou conhecimentos, chegando no mundo contemporâneo juntamente com a era informacional sob a égide da sociedade digital. Os jornais, nos dias atuais, são indispensáveis meios de informação, comunicação e de produção de discursos – interferindo na história de muitas maneiras, ao mesmo tempo em que são produtos da história.

Desde os anos 1980 pelo menos as gazetas já vêm sendo abordadas como fonte histórica pelos historiadores de modo mais complexo, e há bem mais tempo por historiadores que se dedicam à História da Imprensa (BARROS,2023). Desta forma,

Ao tratar como fontes históricas os jornais de todas as épocas - e os de sua própria época, quando escrevem a chamada História do Tempo Presente – os historiadores precisam desenvolver uma acurada percepção crítica acerca dos jornais. Assim como fazem necessariamente para todas as fontes, os historiadores procuram situar os jornais que examinam – sejam como fontes ou como objetos – no ‘seu lugar de produção’, compreendendo que este é um lugar complexo, perpassando pelo conjunto dos produtores e leitores do jornal considerado, mas também por inúmeros outros aspectos que incluem a dimensão social mais ampla, a rede de jornais concorrentes, os interesses políticos e econômicos envolvidos, as demandas sociais, as intertextualidades que interconectam os jornais a outros textos e a contextos os mais diversos (BARROS, 2023, p.01).

Sabe-se que uma pesquisa em nível de mestrado acerca do uso dos jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica, tem algumas características particulares. Sem intenção de fazer aqui uma análise exaustiva sobre os movimentos historiográficos, cabe destacar que até a primeira metade do século XX, os historiadores brasileiros adotavam distintas concepções a respeito do documento-jornal enquanto fonte de caráter confiável. Nesse contexto, a censura sobre os jornais como fonte pelos historiadores estava pautada “na concepção positivista da história que exigia objetividade na leitura das fontes por meio das quais se pretendia chegar à “verdade do fato”; [...] o documento era considerado “sacrário do templo dos fatos”, ou seja,

Cabia, portanto, ao historiador elaborar rigorosa crítica do documento para verificar se a fonte era válida e para comprovar sua autenticidade e veracidade. A crítica a essa história factual que privilegiava os documentos oficiais, os personagens ilustres e seus grandes feitos começou a ser feita a partir dos anos 1930. A chamada “Escola dos Annales” não exclui a crítica documental, mas o pesquisador deixou de ser escravo do documento; a distinção entre falso e verdadeiro, embora necessária, passou a ser encarada de outra forma, ou seja, o documento falso passou a ser considerado um documento histórico tão relevante quanto o “verdadeiro”, cabendo averiguar por qual motivo e como foi produzido (CAPELATO, 2015, p.114).

Eram posições tomadas em duas perspectivas: ser a fonte suspeita ou verdadeira, contudo essas “suspeitas em relação a essa fonte persistiram até o momento em que a história e outras disciplinas da área das humanidades foram alvo de revisões teóricas e metodológicas muito amplas e profundas” (CAPELATO, 2015, p.114). Para a autora, esses dois pontos de vista sobre o uso do jornal como fonte acabaram criando modelos antagônicos sobre seu uso, generalizando as duas perspectivas sem uma abordagem crítica sobre o documento.

Apesar disso, a partir da reflexão mais ampla a respeito do significado do documento foi que esse entendimento do uso do jornal como fonte, aos poucos, foi sendo superado, e assim,

“a distinção entre falso e verdadeiro, embora necessária, passou a ser encarada de outra forma, ou seja, o documento falso passou a ser considerado um documento histórico tão relevante quanto o “verdadeiro”, cabendo averiguar por qual motivo e como foi produzido” (CAPELATO, 2015, p.115), permitindo se repensar a História, seus enfoques e objetos.

Então, o diálogo com outras disciplinas das ciências humanas e o processo de expansão do campo de pesquisa dos historiadores com as renovações temáticas, acarretaram importantes aportes teóricos metodológicos para a História. Neste sentido, os jornais passaram a ser vistos como “fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas” (CAPELATO, 2015, p. 115).

Neste sentido, um novo olhar sobre a imprensa enquanto fonte e objeto de pesquisa ampliaram as formas de visão e compreensão da História por meio dos periódicos, assim como seu papel na formação e construção nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais. Segundo Capelato (1988, p. 21), “A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”, e sendo assim, é importante lembrar que o que está sob análise é uma fonte de publicação primária regida sobre determinado assunto, em um determinado período. Partindo desse pressuposto, Capelato (1988), considera que:

Na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado. O historiador, ao estudar a imprensa, tem que levar em conta esses aspectos. Questionar a imagem “imprensa, espelho fiel da realidade”, implica um trabalho de reconstituição do real em suas múltiplas facetas (1988, p. 22).

Assim sendo, compete ao pesquisador avaliar a fonte e sua origem, para não ter o risco de reproduzir o que já foi dito pelo jornal. Como refere Le Goff (1990, p.111) “Nenhum documento é inocente”, e sendo assim, o historiador deve atentar de forma minuciosa para a releitura do conteúdo, “deve ser analisado, desestruturado, desmontado”, tendo em vista que o acervo escrito é resultado de uma montagem ajustada aos interesses de seus dirigentes.

O reconhecimento da historiografia enquanto fonte e objeto de pesquisa, de acordo com Tania Regina Luca², têm como marco a década de 1970, período em que emergiram, de forma tímida, novas tendências sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa. A autora destaca que já havia uma inquietação em historiar a imprensa, todavia, também certa resistência por

² LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

diversos fatores no núcleo da disciplina histórica em escrever uma história através da própria imprensa, ou seja,

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu - se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo (LUCA, 2005, p. 112)

A afirmação de Tânia Regina de Luca evidencia o receio dentre os historiadores que, até pouco tempo, questionavam a legitimidade dos meios jornalísticos como fonte para suas pesquisas. Duas questões envolviam a desconfiança dos historiógrafos, a primeira era de que os periódicos seriam documentos subordinados aos grupos dominantes, e assim reproduziam apenas seus interesses e ideologias, e o segundo, de que a imprensa representaria o espelho da realidade, imparcial e neutra, reproduzindo os fatos tal qual como ocorrem. Na avaliação de Luca,

Nos dois casos, já não se questionava o uso dos jornais por sua falta de objetividade – atributo que de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar -, antes se pretendia alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador (2005, p. 116).

O receio por sua utilização se assegura, de acordo com Capelato, na obsessão dos historiadores em busca da verdade, pois, “as duas posturas são contestáveis. O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade” (CAPELATO, 1988, p. 21).

Sendo então a pesquisa historiográfica um trabalho científico e delineado por um objeto de estudo com dimensões teóricas e empíricas, deve estar articulada a um conjunto de procedimentos metodológicos que possibilite uma prática criativa que mobilize o pensamento científico.

No caso desta pesquisa, ao utilizarmos a *Folha de S. Paulo* como fonte e objeto de estudo, estaremos ‘escavando’ em uma história do tempo presente e, sendo assim, como fazer

a arqueologia deste documento jornalístico? Como lidar com uma narrativa de acontecimentos no tempo atual? Nos amparamos na afirmação de Le Goff (1992, p. 49-51) de que “toda história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo”. Isto implica dizer que a história dos jornais é passado e presente, sendo que o presente é parte importante da história, pois, é atravessado por experiências de tempo que dizem respeito às formas de registro e de transmissão das informações históricas e pode ser uma contribuição importante para a discussão de fundamentos críticos da própria área.

É difícil não se deixar envolver pelo manuseio de um jornal de alto poder midiático que conta fatos contemporâneo e se impõe como verdade. Será preciso empreender certo esforço de análise frente aos vestígios materiais das notícias, no sentido de fugir da armadilha da seleção viciada dos textos, para se desvencilhar da tentação da conversa tendenciosa e da ocultação das informações que se têm acesso. Reconhecer seus limites, problemas e historicidade, são questões fundamentais para a análise proposta.

Os jornais desempenham um papel informativo e ao mesmo tempo ideológico, capital simbólico que tem como princípios a objetividade e a ideia de representação do real, mas se utilizam desses mecanismos que lhes garantem confiabilidade e legitimidade para preservar o real à luz dos seus interesses. Nesta direção, Bourdieu (1989) mostra que a imprensa deixou de ser considerada como mero observadora do campo político e passou a ser agente desse processo. O sociólogo ressalta ser impossível descrever o campo político sem incluir os correspondentes. O porquê desta necessária inclusão se faz presente quando a produção de efeitos dentro do jogo político é nítida. E assim, o campo jornalístico e o campo político demonstram as características de interpenetração. São campos distintos e autônomos, mas que, de certa maneira, se influenciam e chegam a disputar capitais específicos, o jornal é representativo da notícia.

A *Folha de S. Paulo* online³ foi um dos jornais no Brasil a adotar a fala da imparcialidade, da comunicação objetiva e impessoal da informação apartado dos comentários opinativos.

O discurso de que o jornalismo apenas espelha o mundo e de que o jornal é uma representação fiel da realidade faz com que os jornais ganhem legitimidade e o poder simbólico de traduzir o mundo para o leitor. Sua narrativa segue uma sequência de estratégias: o autor é participativo, gera um clima de impressões própria, coloca pontos de atração ao longo do texto.

³ A *Folha* online, braço eletrônico da *Folha de São Paulo*, nasceu no dia 1º de agosto de 1999.

Enfim, tece uma teia de informações construindo uma história que se aproxima de uma narrativa relevante, impossível não atrair o leitor.

Analisar um acontecimento político, enfatizando memórias e narrativas acerca do mesmo, traz à baila uma grande quantidade de informações sobre determinados eventos, ações e pessoas. Inevitavelmente, são oferecidos indícios que permitem os leitores mais curiosos fazerem associações e acender memórias (BURKE, 1997; CERTEAU, 2000).

Buscando suscitar narrativas ao invés de descrição, lembranças ao invés de esquecimentos, tomamos esses conceitos como foco de análise histórica do jornal online *Folha de S. Paulo*. Esta forma de comunicação ganhou proeminência nesse estudo nas retomadas e releituras de acontecimentos do governo Trump e as análises produzidas por esse Jornal.

Pensando a memória como retomada do passado pela palavra que poderia desaparecer no silêncio e no esquecimento, Ricoeur (2007) distingue a Memória da História. Para ele, a história deve “afirmar uma outra representação do passado”, exercendo a crítica para frisar sua função de coordenação.

Segundo Ricoeur, o historiador deve ser algo como um médico e um sacerdote da memória e coadjuvar no equacionamento crítico de situações limítrofes e traumáticas. Para o filósofo, sua “tese repousa na asserção de um laço indireto de derivação pelo qual o saber histórico procede da compreensão narrativa sem nada perder de sua ambição científica” (RICOEUR, 2007, p. 134).

Se a lembrança e o esquecimento dançam em uma combinação dialética, é por meio da narrativa que a memória se amplia e permanece. Ricoeur, citado por Jacques Le Goff, em *História e Memória*, ressalta que:

A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado. A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente *évènementielle* e virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as incertezas. [...] A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstruir a distância e a profundidade da lonjura histórica. (RICOEUR, 1961, p. 226 *apud* LE GOFF, 2003, p. 21).

Pensando com Ricoeur, poderíamos dizer que na liberdade de expressão oriunda de um passado que tolhia a imprensa é um dos instituintes da memória. O fato jornalístico é um acontecimento que transborda nossa capacidade de percepção, evento para o qual não detemos a capacidade cognitiva de armazenar um total de memórias e eventos múltiplos. A imprensa, então, é um instrumento que possibilita preencher lacunas de memórias armazenadas. Nesta

condição, o trabalho de catalogar, interpretar, acionar narrativas, de atestar e reconhecer sua experiência “busca estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais” (CAPELATO, 1988, p. 21).

Na obra *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur (2007) pensa a memória em conexão com a ação, o presente e o devir. Para o autor, a memória é uma representação fragmentada e de diversos significados de um acontecimento transportado pelo tempo. Todavia, a lembrança que desponta no presente não é o passado tal e qual, mas a presença da ausência que se manifesta por meio de um ajustamento defeituoso, enviesado do ter-sido.

Assim sendo, persiste que não se pode abdicar da memória por um desejo implícito de impor uma amnésia aos fatos narrados, impondo uma narrativa do passado que apaga definitivamente certos episódios como se eles simplesmente não tivessem acontecido e não deixassem nenhum rastro. Sem memória, o passado não existiria para nós, estaríamos tão presos a um presente que seria constantemente adicionado a outro presente, “para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p.40).

Como lembra Jaime Ginzburg ancorado em Le Goff (2003) a memória social se caracteriza por lacunas, sendo que a análise da narrativa é fundamental para que a memória histórica estabeleça outras perspectivas de leitura do passado. Pois, a causalidade histórica “tem sido instrumento para falsear, distorcer, reduzir. Em discursos jurídicos, psiquiátricos, jornalísticos, entre outros, esse instrumento tem sido adotado em condições cínicas, hipócritas e regressivas” (2012, p. 127).

O jornal como “lugar de memória” é tributário dos estudos célebres de Pierre Nora (1984) e ainda de Le Goff (2003) para as discussões sobre os usos da memória histórica. Nora se interessava bastante pela questão da memória coletiva, que definiu como sendo “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado.” (NORA apud LE GOFF, 2003, p. 472).

Na perspectiva desses autores, que entendem os meios de comunicação como “novos utensílios de produção dessa memória”, podemos também considerar o jornal, como um moderno lugar de memória. Incluem-se aí não só os meios tradicionais como os impressos, mas também a versão online na medida em que ele contribui hoje, fundamentalmente, para armazenar e repassar, sob determinadas versões, fatos e valores que ajudam a configurar a memória coletiva e a própria história (THOMPSON, 1987; WILLIANS, 1988).

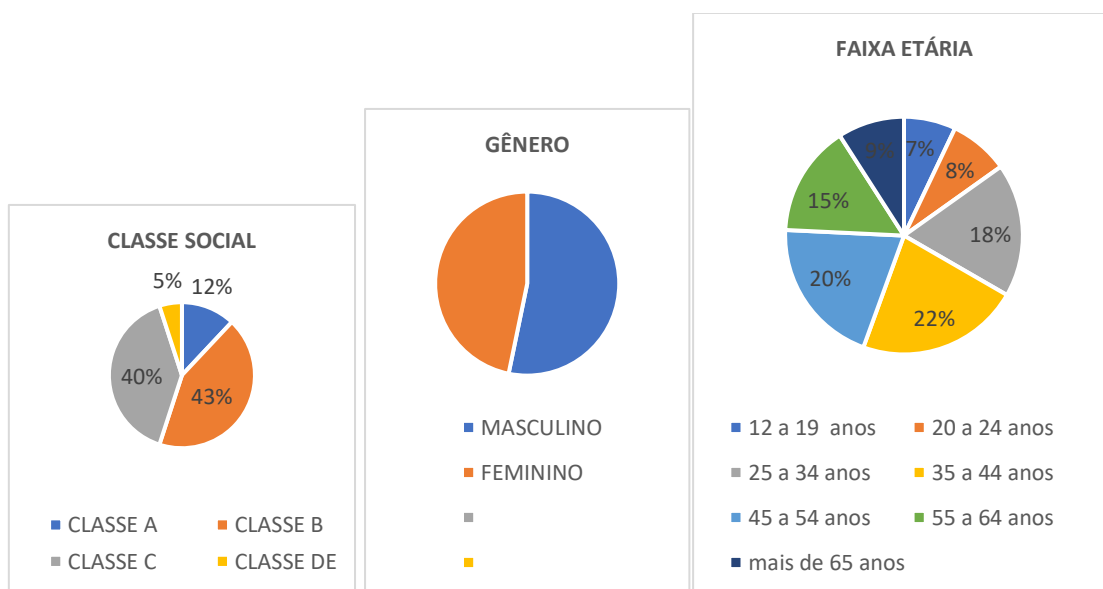
1.2 Procedimentos para análise de jornais da ‘grande imprensa’

Acompanhar a trajetória de um periódico ao longo dos tempos é tarefa complexa. Cabe ao pesquisador colocar, logo de início, algumas indagações bem gerais. Aqui destaco duas perguntas que caracterizam essa questão, são elas: Quem são os proprietários do jornal? A quem ele se dirige?

No que diz respeito ao grupo pesquisado – *Folha de S. Paulo* –, respondendo a primeira pergunta, podemos informar que o Grupo *Folha*, oficialmente Empresa *Folha* da Manhã S/A, é um conglomerado de mídia de diversas empresas, atuando em setores como financeiro e comunicação, fundado pelo empresário Octavio Frias de Oliveira (1912-2007) e comandado por seu filho Luiz Frias desde 1992.

Quanto ao público a quem essa mídia se direciona, consideramos que 55% dos leitores da *Folha* são da classe A e B 54% são homens e a faixa etária é de 66% acima dos 35 anos. O leitor típico da *Folha* tem 40 anos e um alto padrão de renda e de escolaridade. Se uma pessoa for escolhida ao acaso no universo de leitores do jornal, a probabilidade de que seja homem é idêntica à de que seja mulher. Sua faixa etária estará no intervalo que vai de 30 a 49 anos (a idade média é 40,3) (*FOLHA DE S. PAULO*,2000).

Numa versão mais recente, os resultados ‘preliminares da versão do ano de 2018 da pesquisa ‘perfil do leitor’ do Datafolha em classe social, gênero e faixa etária, aponta a estatística de que ocorrem mudanças significativas nas características do público do jornal, ao longo de dezoito anos, conforme o corte da amostra abaixo:



FONTE: Target Group Index – Kantar IBOPE – 2018 – Leitores do jornal *Folha de S. Paulo* – Grande São Paulo.

Analisando a *Folha de S. Paulo*, é possível questionar o nível de influência que as pessoas no dia a dia são impregnadas por argumentos, discussões e informações que transitam no ambiente público, influenciando e direcionando interpretações que efetivamente constroem a realidade atual em conflitos contínuos de narrativas sob o exercício da violência simbólica (ESTEVEVES, 2021).

Na tentativa de situar a relações entre a mídia, a memória e a história, busco uma análise empírica sobre um conjunto de discursos produzidos durante o período do governo Trump, visando à compreensão da problemática a partir das disputas simbólicas no espaço midiático “por força tanto da legitimidade e do prestígio da ciência quanto do poder de repetição e convencimento midiático, as pessoas passam a pensar o mundo de tal modo que favorece a reprodução de todos os privilégios que estão ganhando (SOUZA, 2017, p. 20), o poder das instituições midiáticas está em serem estruturadoras da estrutura sociocultural, ou seja,

É assim, afinal, que as ideias dominantes passam a determinar a vida das pessoas comuns e seu comportamento cotidiano sem que elas tenham qualquer consciência disso. Ela, a ideia, une-se a interesses [...] e passa pela ação institucional que cria os seus agentes [...] e uma ação continuada no tempo, atuando sempre em um mesmo sentido, que logra mudar a percepção da vida e, portanto, em consequência, o comportamento prático e a vida real e concreta como um todo para uma enorme quantidade de pessoas (SOUZA, 2017, p. 21).

Assim sendo, entendo que os discursos produzidos pelos jornais são construções simbólicas socioculturais e responsáveis pela elaboração da memória histórica por intermédio de representações disseminadas em discursos, o que afeta a compreensão da sociedade. Considero estruturas simbólicas que determinam a memória social e assim influenciam contextos sociais, ou seja,

os editoriais [...] produzidos pelo jornal *Folha de S. Paulo* no citado período, foram submetidos à análise da imanência, com o objetivo de buscar a lógica interna de tais pronunciamentos e explicitar assim sua ideologia para além da análise epistemológica. A partir da objetivação das categorias analíticas que emergem de tal material, procurou-se identificar os princípios que podem operar em associação aos conceitos emitidos e, na sequência [...] situar quais de seus segmentos de classe se coadunam a seus discursos. Na sequência destes estudos, também emergiu a função social que o periódico em questão cumpre [...]. (SALGADO, 2015, p. 168).

Como orientação metodológica para pesquisar meu objeto de estudo, recorri principalmente às historiadoras Maria Helena Capelato e Tania Regina de Luca, uma vez que essas autoras produziram um percurso sobre as teorias e metodologias de análise midiática e história. As autoras utilizam a análise de conteúdo para realizar uma compreensão mais abrangente dos meios de comunicação com o objetivo de explicar o processo científico

necessário para realizar este tipo de pesquisa. Revelam que os objetivos devem ser a compreensão e a interpretação de mecanismos que levem à elaboração de previsões e antecipações por meio da construção de cenários e tendências nas mídias. Entendem que para proceder a uma análise do jornal, por exemplo, é preciso observar os conteúdos ligados pelos meios e se posicionar no ‘argumento’ das empresas dos jornais de forma a interpretá-los em função dos cenários em que estão inseridos (BARDIN, 1977). Essa metodologia foi que norteou a pesquisa.

Segundo a própria *Folha de S. Paulo*, o jornal realizou seu antigo objetivo de atingir o *establishment* da opinião pública brasileira. Com uma visão liberal a sondagem ‘perfil do leitor’ averigua periodicamente a opinião do público da *Folha* acerca de assuntos polêmicos, como a descriminalização do aborto e do uso da maconha e a adoção da pena de morte. De acordo com os resultados mais recentes, mantêm-se ou ressaltam-se as opiniões que se coadunariam com uma visão mais liberal da sociedade.

Esses são os resultados da versão 2018 da pesquisa 'Perfil do Leitor' do IBOPE. A primeira dessa série de sondagens foi feita em 1982. Mas, a título de comparação, utiliza-se a de 1988 como a inicial. A partir de 97, sua periodicidade passou de bianual para trianual, e sua abrangência (era feita no Estado de São Paulo), para nacional.

Ocorrem mudanças significativas nas características do público do jornal conforme o corte que se faça na amostra. Quanto a classe social, gênero e faixa etária, verifica-se conforme a estatística que 55% dos leitores da *Folha* são classe A e B, 54% são homens e a faixa etária é de 66% acima dos 35 anos. O leitor típico da *Folha* tem 40 anos e um alto padrão de renda e de escolaridade. Se uma pessoa for escolhida ao acaso num universo de leitores do jornal, a probabilidade de que seja homem é quase idêntica à de que seja mulher. Sua faixa etária estará no intervalo que vai de 30 a 49 anos o que representa uma média de 40,3 anos.

Na questão gênero, é peculiar informar que no universo dos leitores principais do Estado de São Paulo, os homens são ainda maioria com 54%, mas já foi 68% no ano de 2000 do século passado e chegou a ser de 79% em 1988. Mas a proporção de mulheres nessa fatia vem subindo. Em 2018, a proporção é de 54% de homens e 46% de mulheres, indicando um equilíbrio no acesso da leitura do jornal.

Os jornais, como fonte ou objeto da pesquisa histórica, oferecem possibilidades de estudos muito diversificadas, o que dependerá dos objetivos que são, *a priori*, definidos. A análise do discurso dos jornais da ‘grande imprensa’ requer pesquisa sobre aspectos externos e internos da própria sociedade em relação ao acesso do periódico. Portanto, os discursos nos

conteúdos veiculados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sua temática e o seu enquadramento e suas narrativas presentes nos textos, foram os subsídios para a realização deste estudo, buscando identificar os discursos neles constituídos.

CAPÍTULO 2- A FOLHA DE S. PAULO EM DEBATE

Para o estudo específico do jornalismo, enquanto instituição constitutiva da estrutura social, comparado por alguns ao ‘quarto poder’⁴, temos em Max Weber (1968), no início do século XX, o fato de considerar adequado desenvolver uma sociologia da imprensa, tema considerado por ele extraordinário e genuinamente científico. De sua parte, para uma sociologia da imprensa, opinou que a carreira jornalística subsistiria como uma das vias mais formidáveis da ocupação política profissional. Intuindo evidentemente que algo mudou, Weber, imprime a ideia de que a imprensa avançava e, estaria ocupando um lugar de destaque na cena internacional, ampliando o seu poder, na certeza de que,

Se há 150 anos o Parlamento inglês obrigava os jornalistas a pedir perdão de joelhos diante dele pelo breach of privilege, quando informavam sobre as sessões, e hoje em dia a imprensa, com a mera ameaça de não imprimir os discursos dos deputados põe de joelhos o Parlamento (WEBER, 2005, p.14).

Na suposição desse fato, em grande medida, defendeu que os jornais são produtos históricos do processo de construção do Estado Moderno, pois introduziu “deslocamentos poderosos nos hábitos de leitura e com isso provoca poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira como o homem capta e interpreta o mundo exterior” (WEBER, 2005, p.20). Desta forma, a imprensa supõe ser um campo específico da investigação histórica pelo fato de que seu surgimento explorou e tornou público determinados temas e questões, ensinando e informando objetivamente o público no que se refere à política e outros âmbitos.

Certamente, desta constatação sociológica do poder da imprensa, Weber, considerou que o jornalista seria um tipo de político que já carregava em si um passado, seria “aquela pessoa que, dentro do jornal, pode, com a maior facilidade, criar e destruir existências” (IDEM, p.15), sendo essa relação de poder superior aos políticos de partidos e dos próprios partidos políticos, que recente organizavam-se naquela época. Assim, Weber, julgou ser o jornalismo um importante campo para a investigação sociológica, tanto que ao analisar a era dos partidos políticos na Inglaterra do século XIX, apontou que para além do Parlamento britânico “só a imprensa constituía uma organização política dotada de algum sentido de continuidade” (WEBER, 1968, p. 86).

⁴ Termo cunhado no século XIX por Thomas Babington Macaulay e Thomas Carlyle. Trata-se de uma expressão utilizada para declarar que o jornalismo e os meios de comunicação de massa podem exercer determinada influência sobre a sociedade. O termo é assim chamado porque tem como referência os três poderes do Estado Democrático que regem a sociedade: legislativo, executivo e judiciário. Recentemente esse conceito pode ser visto na obra de Paulo Henrique Amorim – “O Quarto Poder”, lançado no ano de 2015.

A questão apontada em Max Weber, sobre a estrutura de poder jornalística, encontra significativa expressão na pauta histórica de surgimento da imprensa no Brasil. Ao revisitarmos essa história, uma questão já posta e bem assegurada é de que o jornalismo brasileiro nasceu com atributo de ‘atividade política’. A colonização do país foi terra fértil e propícia às condições política impostas com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, nascia então, uma imprensa tardia e comprometida com os ditames imperial, expressada pelas adversidades da colônia nas bases constitutivas de que “o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão. A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa” (SODRÉ, 1999, p.16). Foi nesse cenário que a imprensa oficial estreou seu trabalho no Brasil, longe da perspectiva de ser uma imprensa livre e autônoma se compararmos com o surgimento da imprensa em geral, mas sim sob os mandos do governo régio. Sobre o momento histórico, Capelato afirma que,

a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, agitou a sociedade e dentre as várias modificações ocorridas nessa época, apontamos a criação da Imprensa Régia, fato que favoreceu o surgimento de inúmeros jornais na Capital do Reino e também nas províncias: Bahia, Pernambuco, Maranhão e São Paulo (1988, p. 38).

Vale lembrar que a chegada da corte ao Rio de Janeiro permitiu a produção de impressos no Brasil e a necessidade de comunicação entre o Príncipe regente e seus súditos, sendo que este foi o primeiro desígnio para se instituir a Imprensa régia nos trópicos. É importante destacar, que antes da chegada da corte portuguesa no Brasil, era proibido a produção das letras impressas na América Portuguesa.

Segundo Capelato (1988, p.38), existiram razões internas e externas para o tardio surgimento da imprensa brasileira, sendo que “a Coroa Portuguesa sempre criou obstáculos ao seu desenvolvimento para impedir que as críticas à dominação metropolitana se propagassem através das folhas impressas”. Na opinião dos colonizadores portugueses, era muito perigoso permitir circular na colônia esse tipo de inovação, sob o risco de promover axiomas de cunho revolucionários que apontassem para a conquista da independência. Assim, “essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem a Universidade nem a imprensa, no período colonial” (SODRÉ, 1999, p.11).

Depois de trezentos e oito anos da chegada de portugueses ao que viria a ser o Brasil, D. João VI, em 31 de maio de 1808, tornou oficial a imprensa local com a criação da Imprensa Régia. Contudo, segundo Costella (1970), há registros, durante o domínio holandês em Pernambuco, de que a Companhia das Índias Ocidentais, arriscou alcançar junto a Amsterdã uma máquina que permitisse facilitar as suas atividades burocráticas na região explorada,

imprimido formulários diversos e letras de câmbio. Essa solicitação não foi atendida, embora tenha sido várias as tentativas de obter a autorização da sede europeia, como apontado por Costella,

O Conde de Nassau, administrador de decantado descortino, insistiu junto à direção da Companhia das Índias Ocidentais para que lhe remetessem tipos e um artífice do prelo. O único tipógrafo que conseguiram contratar morreu antes de iniciar a empreitada. Depois, não encontraram mais ninguém, na Holanda, que se aventurasse a vir cá ao Brasil para exercer o mister. Com isso, não foi furtada aos lusos a primazia da impressão no Brasil (COSTELLA, 1970:18).

Desta forma, o jornal oficial da Coroa com o nome de "Gazeta do Rio de Janeiro", vai ser fundado no mês de setembro do mesmo ano. O surgimento desta imprensa caracteriza-se de significativa distância temporal tardia em relação a área de colonização espanhola e inglesa, conforme aponta Melo (2003, p. 70-71) no quadro abaixo:

Quadro 1 - distância temporal tardia em relação a área de colonização Espanhola e Inglesa

Área colonial	Início da ocupação territorial	Data da introdução da imprensa	Período que separa os dois episódios	Período que separa da iniciativa pioneira
América Espanhola	1519	1533	14 anos	—
América Inglesa	1620	1638	18 anos	105 anos
América Portuguesa	1532	1808	276 anos	275 anos

Existe uma série de questões sobre as razões que levam a tal discrepância desse histórico inicial, na qual podemos citar o modelo de colonização proposto para a América Portuguesa, que se estabeleceu por uma estrutura administrativa com expressiva distância entre a ocupação e a organização administrativa, estruturada muito tempo depois, conforme indica a tabela acima. Outros fatores determinantes foram a situação de urbanização da colônia, o tipo de população estabelecida no país – índios e negros e o precário desenvolvimento das instituições.

A colônia brasileira, de característica agrária, pautava-se num inexistente e moroso processo de urbanização, tendo em vista a falta de expectativa de desenvolvimento das cidades junto aos territórios conquistados; além disso, consideravam que no território colonizado não havia uma sociedade que pudesse alcançar certo nível de civilização/desenvolvimento como os identificados nas outras américas espanhola e inglesa, “além disso, os núcleos urbanos eram poucos significativos na sociedade colonial havendo predominância de uma população do campo, analfabeta, constituída na sua maioria por escravos”(CAPELATO,1988,p.38).

Com esse custoso desenvolvimento urbano, o desenho ou a proposta de um cotidiano nos moldes das grandes metrópoles europeias estaria longe de ser alcançado, levando a estagnação do desenvolvimento das instituições para as quais a existência da imprensa era dispensável. Corroborou assim, a condição da população, em grande parte, analfabeta, pobre e carente, mantida na ignorância pela metrópole, como forma de perpetuar a dependência e os vínculos comerciais entre Brasil e Portugal. Essas condições sociais “eram resultados de uma política deliberada do governo português, que tinha como objetivo manter o Brasil, uma joia extrativista e sem vontade própria, longe dos olhos e da cobiça dos estrangeiros. Era uma política tão antiga quanto a própria colônia (GOMES, 2007, p.125).

Estas são as disparidades que influenciaram no tardio surgimento da imprensa no Brasil, tendo seu início apenas no século XIX, quando a corte portuguesa chega ao país fugindo das tropas francesas e espanholas de Napoleão Bonaparte. Com esta transferência, o Brasil se torna a sede do império português, ou seja,

Os governantes portugueses, acantonados no Brasil durante o período de ocupação da Península Ibérica pelas tropas de Napoleão Bonaparte, providenciaram a instalação de prelos e tipografias, ensejando a circulação do primeiro jornal em língua portuguesa na América – a Gazeta do Rio de Janeiro, editada pelo Frei Tibúrcio José da Rocha. Precedendo esse oficialista, que sofre as penas da censura estatal, Hipólito da Costa lançara em Londres e enviara clandestinamente para o Brasil o jornal Correio Braziliense, considerado o mais antigo periódico brasileiro, pela sua natureza independente e pelo seu caráter noticioso (MELO, 2003, p. 31).

A partir desse período começam as mudanças na sociedade brasileira. A corte portuguesa cria uma infraestrutura para sua permanência. Do ponto de vista econômico, estrutura o banco do Brasil com o intuito de emitir dinheiro para cobrir os déficits do governo e manter a Corte e seus fidalgos. Melhoraram as poucas estradas existentes, sobretudo as do Rio de Janeiro, beneficiando o aumento do comércio interno, promoveu medidas sanitárias para aprimorar as condições higiênicas da corte. Promoveu investimento no ensino público com a criação de escolas de medicina no contexto da Bahia e Rio de Janeiro, culturalmente criou a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia.

A partir desse contexto histórico, instigado sobretudo pelas mudanças sociais na estrutura da sociedade, que inicia o surgimento da tardia imprensa brasileira, ainda que de forma limitada e controlada pela censura prévia.

Importante destacar que na área portuguesa, a instrução do jornal ‘Gazeta do Rio de Janeiro’ – o primeiro jornal impresso no Brasil –, seguia a linha de caráter oficioso e bajulador do governo. Se reduzia aos conhecimentos básicos, apenas o necessário para se ler a Bíblia. Essa imprensa não falava em democracia, nem fazia críticas ao governo português, "por meio

dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, [...] eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante" (WERNECK, 1999, p.20). Nenhum impresso deixava de ser controlado pela coroa portuguesa. Sodré (1999) situa que esse jornal não era atrativo para o público, mas isso não era a preocupação dos que o faziam, muito menos dos que o desenvolviam.

Posteriormente, foi com a criação da tipografia oficial que houve o incentivo à produção não apenas da Gazeta e a documentação governamental, mas ainda diversas literaturas populares como folhetins, almanaques, textos e obras literárias de cunho científico.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal impresso no Brasil, contudo o primeiro jornal brasileiro foi o *Correio Braziliense*. Ele foi redigido por Hipólito da Costa⁵, considerado um admirável jornal impresso em Londres que abordava assuntos destinados aos brasileiros, apresentando os acontecimentos que se sucediam no Brasil. Foi um dos pioneiros da imprensa brasileira, principalmente no que diz respeito a qualidade das análises e das críticas sobre questões políticas. No caráter desse jornal “o que mais surpreende no *Correio Braziliense* é a extrema variedade de temas que compõem[...]. Conhece e discute tudo, desde a questão do tráfico e da escravidão até o problema da mudança da capital do Brasil” (MELO, 2001, p.16)

Na análise comparativa feita por historiadores entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense* indicam que, embora a *Gazeta* fosse um jornal oficial e o *Correio* uma imprensa que produzia críticas ao governo português, observaram convergências de concordâncias entre ambos, no sentido de que os dois jornais defendiam a forma de governo monárquica e a dinastia Bragança, apoiavam a união luso-brasileira e discordavam do advento de projetos de propostas revolucionárias e de rupturas (MOREL & BARROS, 2003).

Nesse contexto, vê-se registrado a censura, que se situa enquanto elemento constante no incremento da imprensa brasileira desde 1808. Apesar de sua aparência de diário oficial, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era, na verdade, uma iniciativa privada, uma concessão, uma regalia concedida por D. João VI a um grupo de funcionários da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, precisamente como o que existia em relação à *Gazeta de Lisboa*. Todavia, o fato de ser controlada por funcionários da coroa portuguesa não estava isento do controle das publicações por parte das autoridades lusas. A vigilância estaria expressa em um aviso, datado de 24 de junho de 1808 e assinado por Rodrigo de Sousa Coutinho, responsável pela instalação

⁵ Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, conhecido como primeiro jornalista brasileiro e fundador da imprensa no Brasil, nasceu em 1764, na colônia de Sacramento, na Cisplatina. Estudou na Europa onde se formou em Leis e Filosofia na Universidade de Coimbra.

do periódico, determinando que a “Direção terá o encargo de examinar os papéis e livros que se mandarem imprimir, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, governo e bons costumes; e que sempre seja informada a Secretaria d ‘Estado” (COSTELLA, 1970, p.20).

A *Gazeta do Rio de Janeiro* funcionou até dezembro de 1821, posteriormente passou a se chamar *Gazeta do Rio*, sua circulação cessou em setembro de 1822 quando foi substituída pelo Diário Fluminense, órgão oficial do Império, que por sua vez daria lugar ao Diário do Governo, já no reinado de D. Pedro II.

A censura não era apenas ao material produzido nas tipografias locais, mas também ao que chegava de fora, a exemplo do Correio Braziliense, de Hipólito José da Costa, que era editado na Inglaterra, longe do poder do Conde de Linhares, que revisava, avaliava e definia tudo o que se publicava na *Gazeta do Rio de Janeiro*, uma espécie de diário oficial da corte joanina no Rio de Janeiro. No entanto, no que se refere ao formato e as intenções do Correio Braziliense, descreve Sodré (1999, p. 22) que “o Correio era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais que informativo”. De que seus bastidores, estariam muito mais ligados às questões da economia política do que à defesa da independência. Quanto à questão, existem discordâncias entre historiadores a respeito do jornal ter exercido ou não influência sobre a opinião pública brasileira. Dentre esses historiadores está Werneck Sodré, que reforça opinião e diz:

A influência do Correio Brasiliense, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada. Por isso é que só por exagero se pode enquadrar o Correio Brasiliense no conjunto da imprensa brasileira (SODRÉ, 1999, p.28).

Nelson Werneck Sodré, na obra *História da Imprensa no Brasil* (1999), estabelece a divisão temporal ou fases para a história da imprensa no Brasil, quais sejam: A imprensa colonial; A imprensa da independência; O Pasquim; A imprensa do Império; A grande imprensa. Com destaque na fase denominada de Imprensa Colonial, esse autor destaca o mando na notícia e as dificuldades que a imprensa vivia ainda em Portugal. Os impressos sofriam censuras, como a Inquisição e a Censura Régia, mesmo com a mudança da corte para o Rio de Janeiro.

O controle sobre a imprensa garantiu a vigilância da produção e a circulação de impressos, com destaque à imprensa anarquista do princípio do século XX, a resistência contra o Departamento de Imprensa – DIP – durante o Estado Novo e chegou sobre a grande imprensa, com destaque para o jornal *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e a revista *Veja*, após o golpe de 64 (WERNECK, 1999).

A luta pela independência do país promoveu amplo estímulo à produção de impressos de alcance local, fossem através de obras literárias ou dos periódicos. A publicação que mais se produziu na tipografia no período da independência foi “O Pasquim”, um dos pequenos jornais na conformação do ambiente político e social da época, de no máximo quatro páginas. Nesse contexto, os jornalistas não constituíam uma classe profissional, as publicações circulavam sob o comando de qualquer letrado que se interessasse por atuar na vida pública (MOREL E BARROS,2003). A imprensa era considerada um dos principais instrumentos da luta política e funcionava mesmo como uma tribuna ampliada, nesse período figuraram nomes como Frei Caneca, Libero Badaró, Borges da Fonseca, Evaristo da Veiga e tantos outros (WERNECK,1999)

Um fato característico da imprensa da independência, foi a disputa pelo tipo veemente de linguagem utilizada, por vezes agressivas – buscava-se uma imprensa de caráter crítico, de opinião, que conseguia aproveitar da liberdade de imprensa para travar disputas e acobertar seus ideais. No agitado contexto, havia uma severa divisão entre a linguagem vulgar e a linguagem literária, merecendo lugar de atenção nos livros e jornais a preservação da linguagem culta, no entanto,

A linguagem, tanto dos jornais de oposição quanto dos governistas, era em geral extremamente agressiva e virulenta, marcada que estava pela paixão dos debates e das polêmicas. A agressividade da imprensa – seja oposicionista ou governista, liberal ou conservadora – era reflexo do clima de exaltação e luta que marcou o processo da independência e o primeiro reinado (RIBEIRO, 2007, p.2).

A linguagem popular era literatura considerada de ‘segunda mão’, permanecia proposta apenas à oralidade, merecendo sua transcrição apenas quando se destinava a transmissão de um conhecimento. Viu-se, também, a inclusão de gírias e aforismos nos artigos dos jornais, demandando o uso da linguagem popular e do direito ao anonimato. Axiomas e pseudônimos, eram estratégias utilizadas, em grande parte, pelos homens mais cultos da sociedade em seus escritos para atacar seus inimigos e, também, formas de defender a liberdade de expressão da imprensa, estando apostos a qualquer sinal de repressão, melhor dizendo,

[...]o direito ao anonimato, que será uma das características da radical liberdade de imprensa do tempo, funcionará como um estimulante para a maior ousadia dos redatores. Sob pseudônimo, D. Pedro escreveria os agressivos artigos que publicou contra Soares Lisboa e Luís Augusto May, no Espelho. Seria também sob pseudônimo que os Andrada atacariam o imperador no Tamoyo (LUSTOSA, 2000, p. 32)

As províncias, pouco a pouco, foram aumentando a sua produção jornalística, ocasionando tanto o desenvolvimento da imprensa local como a utilização de sua força política,

ou seja, “o surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado nacional” (MOREL & BARROS, 2003, p.7). Os acontecimentos políticos da independência brasileira suscitaram a força que a imprensa tinha sobre a sociedade e desta forma, passaram a utilizar a imprensa como mecanismo de difusão ideológica sobre a sociedade.

Na guerra pela independência, os jornais, de maneira geral, apresentaram condições favoráveis na ampliação de suas circulações, demonstrando serem um importante instrumento por fazer com que a questão da independência ganhasse seriedade em meio a elite da época, polemizando, instruindo e escolhendo os temas que deveriam merecer a cautela dos brasileiros perante o fato de tornar-se independente de Portugal.

As questões relacionadas ao surgimento e o desenvolvimento da imprensa no Brasil estão relacionadas a necessidade social da burguesia mercantil em possuir mecanismos de dominação ideológica, de modo crescente e aprimorados, “que facultassem a sua ascensão à categoria de classe dominante e a prevalência indefinida do seu domínio” (SODRÉ, 1999, p. 2). Desta forma, verifica-se que existiu grande incentivo em expandir as transformações que levaram a imprensa a se tornar uma atividade comercial lucrativa, melhor aparelhada, presente nas lutas e decisões políticas.

A imprensa brasileira atravessou a história e se tornou um veículo de comunicação complexo, apesar de todas as dificuldades – nascimento tardio, censura, pouco investimento – avançou ao longo dos séculos e chegou ao século XXI se fazendo presente nas muitas coberturas jornalísticas sobre os acontecimentos políticos, sociais e econômicos do mundo, sendo possível perceber as mudanças importantes, como a valorização de denúncias e reportagens que buscam aproximar o leitor da realidade. Estas mudanças importantes, envolvendo não só a construção da notícia, mas todo o universo em que o jornalismo opera, lançam as condições essenciais para o surgimento de uma mídia de dimensões noticiárias, que elabora formas de escritas e de representação histórica sobre formas de governos.

O livro "**História da *Folha de S. Paulo* (1921-1981)**" escrito pelos professores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato é o registro ainda mais completo sobre a empresa '*Folha*'. A obra realiza um estudo exploratório sobre a vida do jornal oferecendo a 'indicação geral' de que A *Folha* é um jornal que tem história. A produção é parte da política de consolidação da trajetória do grupo empresarial no país. Uma trajetória que, na opinião do

senador Franco Montoro, presente ao lançamento da obra, é uma "reprodução da história de São Paulo em todos os planos político, cultural, econômico, esportivo".

Por sua vez, o publicitário Mauro Sales disse que a "história de um jornal é tão importante como a da Nação ou da cidade; a '*Folha*', pela importância que possui, como um dos grandes jornais do País, tem uma história que não pertence apenas ao jornal". E como diz a professora Maria Helena Capelato no livro *MULTIDÕES EM CENA* (1998) baseado em seu estudo na propaganda política do varguismo no Brasil e do peronismo na Argentina que reconhece como esses regimes usaram a propaganda nos aspectos da comunicação em massa para seu benefício próprio.

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela adquire uma força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula. O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e simbólica. (*MULTIDÕES EM CENA*, 1998)

E é importante lembrar que a *Folha de São Paulo* passou pelo regime do Estado Novo Vargas (1930-1937) e a ditadura militar brasileira (1964-1985). O jornal paulista diário está em circulação com este nome desde o início da década de 60. Foi precedido por outros três *Folha da Manhã S.A.* jornais lançados entre 1921 e 1925, todos pertencentes à Empresa *Folha da Manhã S.A.*, denominados *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*.

Os períodos do Jornal da *Folha*

As folhas de Olival Costa (1921-1931)

A origem da Empresa. remonta ao ano de 1921, quando Olívio Olavo de Olival Costa, juntamente com um pequeno grupo de colegas montou um jornal que se chamará a *Folha da Noite*. Tendo pertencido ao quadro de jornalistas de O Estado de S. Paulo, onde ocupou a função de redator, Olival Costa levou avante o novo empreendimento, contando com a participação de Pedro Cunha, Leo Vaz, Mariano Costa e Artêmio Figueiredo. Foi esse o primeiro grupo diretor do jornal, ou podemos dizer: os pais fundadores.

Embora progredissem rapidamente, a *Folha da Noite* teve sua circulação proibida entre 3 e 31 de dezembro de 1924. Seus diretores decidiram então lançar a *Folha da Tarde*, como artifício contra a censura, substituindo a *Folha da Noite*, que só ressurgiria em 1º de janeiro de 1925, com o mesmo nome. A *Folha da Tarde* contou, portanto, de início, em sua direção, com a mesma equipe da *Folha da Noite*. Por outro lado, ainda em janeiro de 1925, no dia 20, Olival

Costa e Pedro Cunha lançaram um terceiro jornal, a *Folha da Manhã*, motivados pela prosperidade de seu primeiro empreendimento.

Olival Costa ocupou o cargo de diretor da *Folha da Noite* de 19 de fevereiro de 1921 a 30 de outubro de 1930 e da *Folha da Manhã* de 1º de julho de 1925 a janeiro de 1931, quando foi constituída a Empresa *Folha da Manhã S.A.* Embora seu nome constasse do quadro de diretores do empreendimento, juntamente com Rubens do Amaral, Otaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos Azevedo, Guilherme de Almeida e Pedro Cunha. Olival Costa não exerceu efetivamente a direção da empresa. Como primeiro redator-chefe da *Folha da Noite*, contudo, imprimiu à linha editorial do jornal uma discreta simpatia pela insurreição de 1922 no Rio de Janeiro, pela revolta de 1924 e pela candidatura de Júlio Prestes à presidência da República em 1930. Isso ocorreu, embora fosse intenção explícita imprimir ao jornal um caráter muito mais informativo do que de opinião, sem detrimento da oportunidade do exercício da crítica. O que o corpo de redatores evitava, isso sim, era imprimir ao jornal uma linha editorial rígida, que implicaria a perda de um campo maior de manobra diante dos fatos acerca dos quais o jornal deveria “informar” e poderia “opinar”. Não obstante, pode-se afirmar que a *Folha da Noite* surgiu como um jornal dirigido para o leitor urbano paulista, consequentemente com fortes traços antioligárquicos.

Empreendimento sem capital e infraestrutura prévios, a *Folha da Noite* surgiu como um periódico de formato pequeno, com oito páginas, destinado às camadas médias urbanas: “Honestidade nas informações, além de bom humor nos comentários, constituíam a tônica desse veículo em que as classes médias de São Paulo podiam se mirar e nutrir.” De uma situação financeira absolutamente precária (à edição seguinte cabia pagar o custo da anterior e assim sucessivamente), em 1925 o empreendimento conquistou uma certa estabilidade financeira e instalou-se em oficinas próprias, ao mesmo tempo em que se firmava definitivamente junto ao público leitor. E essa conquista do público, ocorreu, entre outros mecanismos, através da utilização do humor e da sátira, para não falar da ironia (haja vista o sucesso da criação de Belmonte, o Juca Pato), hábil instrumento de burlar à rígida censura da República Velha.

Também a partir de 1925, passavam a existir dois jornais, dirigidos, cada um deles, para públicos diferentes: a *Folha da Manhã*, com uma linguagem mais sóbria, voltava-se para os pequenos comerciantes e os profissionais liberais, enquanto a *Folha da Noite*, jornal mais popular, voltava-se para a classe trabalhadora, chegando inclusive a conter em suas páginas artigos em várias línguas, dada a origem estrangeira de grande parte do operariado.

Muito embora a emergência das folhas paulistas não tivesse raízes oligárquicas e tampouco operárias, o seu traço marcadamente paulista se refletiria nos acontecimentos de 1930. A Revolução de 1930, movimento de cunho nacional, contou com a oposição das folhas, que nesse momento se aliaram à oligarquia paulista, assumindo posição contrária aos revolucionários. Como resultado, ambos os jornais, *Folha da Noite* e *Folha da Manhã*, foram empastelados na noite de 24 de outubro de 1930. Esses fatos ocorreram a despeito de o ideário defendido pelas folhas em anos anteriores se aproximar bastante dos postulados da Revolução de 1930. Tal era o caso, por exemplo, do combate dado pelas folhas à concepção de que “questão social é um caso de polícia”, ou da defesa da necessidade de os governantes voltarem-se para as questões sociais, pois “neste campo tudo ainda está por fazer. Até hoje temos andado a remendar rasgões e a calafetar rombos. As grandes construções sociais de que se orgulham tantos povos, mesmo americanos, são entre nós miragens longínquas” (FN, 23/11/1926). Da mesma forma, a defesa do voto secreto foi uma constante na linha editorial de ambos os periódicos durante a década de 1920: em 1922 a *Folha da Noite* denunciava a fraude eleitoral e a posição assumida pelo Partido Republicano Paulista (PRP), afirmando que “as eleições são fraudulentas; daí a necessidade do voto secreto. O PRP é contra por considerar que o povo não está preparado para dar esse grande passo” (21/11/1922). Em, 1929, a *Folha da Manhã*, em artigo intitulado “A revolução pacífica” (5/1/1929), voltou à carga, fundando no princípio liberal a defesa de uma reforma eleitoral que contivesse o voto secreto e obrigatório.

Marcadamente antioligárquicos, opositoras do PRP — tido como expressão de um “regime político oligárquico e como princípio das minorias absolutas sem controle algum” (FM, 26/10/1926) —, encarando a eleição de Washington Luís como possibilidade de uma nova etapa, apoiando o Partido Democrático (PD) então emergente, a *Folha da Noite* e a *Folha da Manhã* pouco se dedicavam aos assuntos da área econômica. Quando o faziam, porém, sendo politicamente liberais para a conjuntura da época, coerentemente defendiam uma política econômica liberal, posicionando-se, portanto, contra o intervencionismo do governo no sentido de preservar os interesses da oligarquia cafeeira, e combatendo o protecionismo alfandegário em defesa da indústria nacional. Tal fato, como apontam C. G. Mora e M. H. Capelato, frequentemente dá margem à interpretação de que os jornais *Folha da Noite* e *Folha da Manhã* eram, à época, ante industrialistas. Na realidade, porém, como jornais que se dirigiam às populações urbanas de média renda, o combate a toda e qualquer medida que encarecesse o produto para o consumidor médio era algo inevitável para a manutenção e ampliação de seu público leitor.

Em 1929 Pedro Cunha deixou a sociedade, numa época em que, por coincidência, a linha editorial sofreu uma mudança: a edição de 27 de março de 1929, por exemplo, afirmava que: “Sentimos que não é na mudança da forma de votação que se deve procurar remédio para os males do Brasil político. O mal maior está no indiferentismo, no desconhecimento dos deveres cívicos” (FM). O apoio ao PD era visto agora com desconfiança, como sinal de ingenuidade, e mais tarde a oposição seria identificada como “a esquerda que não correspondeu às esperanças que nela se depositaram, especialmente seu líder Assis Brasil” (FM, 19/3/1929).

No início de 1930 foi marcado, em termos de evolução da linha editorial das folhas, pela crítica aos jornais de oposição, pois o Brasil “reclama ordem, paz e harmonia para realizar novas conquistas” (FM, 1/1/1930). A ordem, agora, era condição de progresso; Getúlio Vargas no poder significaria a ruína da lavoura, e São Paulo era o exemplo a ser seguido: “Nós, São Paulo, onde se cultua a liberdade” (FM, 7/1/1930), pois o povo paulista é “ordeiro” e “disciplinado”, e Getúlio é “um convite à indisciplina” (FM, 1/3/1930).

Otaviano Alves de Lima e Nabantino Ramos (1931-1962)

Em 1931 Otaviano Alves de Lima, filho de família tradicional, comprou a empresa. O novo grupo dirigente, do qual faziam parte Rubens do Amaral e Luís Amaral, imprimiu uma nova linha editorial, bem diversa da anterior. Os jornais voltaram sua atenção para o setor rural, procurando dirigir-se aos agricultores, ou como chamavam, os “lavradores de São Paulo”. Basta dizer que em várias de suas edições o anúncio de assinaturas era feito compreendendo a possibilidade de pagamento em espécie, isto é, em café.

No início da década de 1930, a revolução era ainda encarada como um momento favorável para a libertação dos lavradores da hegemonia perrepeista, assumindo as folhas para si, já então um empreendimento estável e empresarialmente sólido, o papel de principal instrumento de viabilização do novo projeto. Nesse período, a *Folha da Noite* foi perdendo gradativamente sua importância, e desapareceu a proposta de se fazer um jornal popular; conseqüentemente, não só as referências ao operariado urbano e aos funcionários públicos praticamente desapareceram de suas páginas, como aumentou cada vez mais a importância da *Folha da Manhã*. Em termos de linha editorial, ambos os periódicos se apresentavam como politicamente indefinidos, no sentido de não opor hostilidade a Vargas. Foi somente a partir de 1932 que começou a se definir uma posição claramente de oposição a Getúlio e à revolução, dada a ausência de programas do governo.

Assim, à medida que o movimento constitucionalista tomava corpo, as folhas foram-se definindo a seu favor, em oposição a Vargas. E um dos meios utilizados para tanto era lançar mão da tese, que aqui não importa se correta ou não, de que a Revolução de 1930 não representara uma ruptura com o passado (ao contrário do que afirmavam os revolucionários), haja vista a permanência do caos e o aumento da desordem, o que redundava em “sérios riscos para a sociedade”. Com a eleição da Constituinte, as folhas passaram, a partir de 1933, a acompanhar de perto os trabalhos de elaboração da nova Constituição, defendendo um aperfeiçoamento do texto de 1891, propondo, porém, a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo, pois “o governo parlamentar, por excelência o das elites, o que melhor seleciona os valores humanos, é o que se aplica às tendências liberais do Brasil, coadunando-se com as nossas tradições. No retorno as suas práticas é que encontraremos deliciosos fatores de progresso social e político” (FM, 29/8/1933). O resultado final do trabalho da Constituinte, no entanto, não agradou às folhas, que criticaram sobretudo a excessiva centralização no plano econômico e o sindicato único, já que eram a favor do pluralismo sindical. Defendiam também a Lei de Segurança Nacional, garantia da ordem diante das “ameaças extremistas de direita ou de esquerda” (FM, 20/2/1935).

A linha ante - industrialista, agora sim, se definiu mais claramente, à medida que as folhas defendiam cada vez mais acirradamente a tese de que o desenvolvimento econômico do país residia nas atividades agroexportadoras (lavoura e comércio do café), pois enquanto “o analfabeto, a higiene, os transportes, o voto secreto, a segurança nacional, a missão financeira, tudo isso enche a cabeça de nossos estadistas tirando-lhes o sono no sincero desejo de salvar a pátria, nada faremos se antes não salvarmos o café, que é a única coisa séria que há no Brasil” (FM, 12/3/1935). Quanto à queima do café, as folhas foram contra, pois o que havia, a seu ver, não era superprodução, e sim dificuldade na venda do produto, caro e de má qualidade, o que nos levava a uma situação “absurda: produzindo mais barato do que ninguém, vendendo mais caro do que todos, porque entre os centros de produção e consumo se planta o fisco a receber mais do que recebe o fazendeiro por saca de café... O problema do café é o protecionismo” (FM, 3/6/1937). Mas a posição contrária à diversificação da atividade econômica brasileira não se limitava à oposição agricultura versus indústria, dizia respeito também à diversificação no interior do próprio setor agrícola. O grande pilar da economia brasileira era o café, e, portanto, este deveria ser o produto privilegiado por qualquer medida econômica.

Não sendo um impeditivo, segundo a linha editorial das folhas, as causas últimas dos males econômicos do país deveriam ser buscadas na política do Estado, intervencionista em

detrimento da liberdade econômica e expressa sobretudo no protecionismo cambial. Mas, diante da ameaça da guerra, criou-se uma situação em que “reafirmamos nossa fidelidade em primeiro lugar à democracia. Em seguida, consolidamos os alicerces das culturas nacionais que somam a cultura continental. E, finalmente, organizemos racionalmente e eficientemente nossa economia, buscando a prosperidade não só, mas também a paz social” (FM, 27/9/1938). E, para tanto, fazia-se necessário que “racionalizemos a nossa agricultura e a nossa indústria. Transformemos as nossas possibilidades em realidade, explorando tecnicamente as riquezas naturais de que nos ufanamos e nada rendem. Teçamos uma rede de transportes que ponham em comunicação rápida e barata os centros de produção e os mercados de consumo. Organizemos o crédito, a produção, as trocas, tendo em vista o comércio internacional e, sobretudo, o comércio interestadual” (FM, 8/4/1941).

Quanto ao vespertino *Folha da Noite*, ele continuava agressivo quando se tratava do interesse público. E uma de suas campanhas foi contra a proliferação das siderúrgicas, pois à fala de Vargas sobre a siderurgia nacional seguiu-se a criação em São Paulo de uma série de companhias siderúrgicas vendendo ações para pessoas de baixos recursos. E, segundo depoimento de Hermínio Sacchetta, que compôs o corpo de jornalistas e ocupou o cargo de secretário-geral das folhas durante o período de 1938 a 1945, “as folhas iniciaram o ataque, desmascarando diariamente esses grupos, alguns dos quais eram sem dúvida ligados a pessoas da alta administração estado-novista. Justiça seja feita, pouco tempo depois um decreto de Getúlio fechou todas as possibilidades a esses grupos” (*Folha de S. Paulo*, 10/1/1979).

A guerra representou a grande oportunidade para a América e para o Brasil, e sobretudo para São Paulo, pelo seu potencial e sua organização “agroindustrial” (FM, 27/1/1942). O empreendimento de Volta Redonda foi aplaudido, pois com ele “se encerra o ciclo amargo da lavoura itinerante” (FM, 5/9/1944).

Em 1945 o jornal cerrou fileiras com os defensores da consolidação da democracia no país, pois, diante do fim do Estado Novo no Brasil e da derrota do totalitarismo na Europa, a “humanidade inteira se enche de esperanças no advento de uma era melhor e mais bela de liberdade e civilização” (FM, 26/7/1945). Os ares eram outros, e Getúlio Vargas fora vítima do próprio poder, pois “quando não há parlamento ou imprensa livre, reduz-se ao mínimo a possibilidade de um chefe de Estado conhecer o que se passa em sua terra” (FM, 20/11/1945).

Também em 1945, no mês de março, juntamente com Alcides Ribeiro Meireles (diretor-presidente) e Clóvis Medeiros Queiroga (diretor comercial), José Nabantino Ramos assumiu a direção das três folhas: *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Essa diretoria

apresentava a seguinte composição: Meireles tinha suas raízes nos interesses agrários, Queiroga na indústria brasileira, ao passo que Nabantino Ramos era ligado ao governo Dutra através de seu ministro da Justiça. Tinha-se assim a condição ideal, dado o relativo equilíbrio de forças, para imprimir ao jornal um caráter mais moderno, ao mesmo tempo que se procurava preservar uma relativa liberdade de pensamento. Assim é que a *Folha da Noite* assumiu uma linha editorial eminentemente agrarista até por volta de 1950. Durante esse período, aos sábados, era editada a *Folha Agropecuária*. Já a década de 1950 seria marcada, em termos de linha editorial, pela ênfase nos setores urbanos e industriais.

O propósito de lutar pela imparcialidade política — não a confundir com neutralidade — era à época explícito, quando grande ênfase era dada ao “bem comum” como marco norteador necessário para as atividades editoriais. Nesse sentido defendia-se o sufrágio universal, em que pese o fato de que a “qualidade será substituída pela quantidade”, e que, “num país de massas incultas como o nosso, a tendência do grande eleitorado é votar no candidato do governo” (FM, 20/11/1945). Por essa época a liberdade de imprensa era também veementemente defendida, assim como eram defendidos os trabalhos da Constituinte e o direito de o Partido Comunista Brasileiro (PCB) concorrer às eleições. Em 1947, não obstante, a posição das folhas era outra: passaram a ser favoráveis à extinção do PCB e contrárias à permanência dos parlamentares comunistas no Congresso. E para tanto, a *Folha da Manhã* lançava mão do texto constitucional, que:

proíbe a atividade de partidos antidemocráticos e, por extensão, a de seus membros e representantes, como é o caso dos parlamentares comunistas. Ora, é perfeitamente democrático que a vontade da maioria do povo brasileiro, assim expressa na Constituição, prevaleça sobre a vontade da maioria comunista e a impeça de interferir na política (FOLHA DA MANHÃ, 13/7/1947).

Quanto aos outros partidos, eram criticados pela ausência de programas, assim como por seu número excessivo, fato que gerava desordem, o que por sua vez possibilitava o surgimento de regimes tiranos. O ideal, no caso brasileiro, seria o bipartidarismo, que possibilitaria arregimentar, de um lado, os populistas, a quem as folhas sistematicamente se opunham, e de outro, os demais partidos.

Não é, pois, surpreendente que nas eleições de 1950 as folhas acabassem por apoiar a candidatura do udenista Eduardo Gomes. Posteriormente, a vitória do populismo, com Getúlio Vargas, foi assim explicada: “Eduardo Gomes é o campeão das liberdades democráticas que constituem preocupação apenas das elites e não do povo. Como as elites são minoria e o povo a maioria, era natural que triunfasse o candidato populista” (FM, 7/10/1950). De qualquer forma, as eleições de 1950 foram atribuídas ao mérito da gestão Dutra, marcada sobretudo pela

correção, independentemente de os resultados não terem sido os ideais, segundo a perspectiva das folhas.

Mas o resultado das eleições estaduais, em 1951, também não agradou: Prestes Maia foi derrotado por Lucas Nogueira Garcez, candidato dos setores populistas. Pouco depois, diante da gestão do governador eleito, as folhas mudaram de opinião, aplaudindo entusiasticamente sua administração. Em nível municipal o prefeito Jânio Quadros não contou com a simpatia das páginas das folhas, assim como não contaria posteriormente como governador, quando chegou a haver um sério incidente entre ele e esses jornais.

A partir, no entanto, de 1952, a oposição das folhas a Vargas tornou-se evidente, embora os jornais defendessem claramente a necessidade de se “adotar qualquer providência que seja capaz de estabelecer a confiança popular na ação governamental, a fim de que as multidões descontentes tenham ânimo de esperar mais uma vez” (FM, 9/8/1952). Isso explica por que, diante do suicídio de Vargas, as páginas das folhas condenaram veementemente aqueles que forçaram a renúncia do então presidente, ao mesmo tempo que reafirmavam a postura de que teria sido melhor aguardar o fim de seu mandato, uma vez que as forças armadas já haviam assegurado a ordem.

Para que a ordem fosse assegurada, mais do que nunca, segundo as folhas, ficou clara a necessidade de obstaculizar a reprodução do esquema populista, motivo pelo qual a linha editorial passou a ser de franca oposição à candidatura de Juscelino Kubitschek. Os jornais cerraram fileiras com as forças armadas no sentido de impedir essa candidatura, pois “cumprem elas o dever que lhes cabe de velar pelas instituições contra esse perigo iminente” (FM, 9/1/1955). Aliás, a convicção udenista da linha editorial das folhas era nítida, expressa nas teses políticas defendidas, sempre contrárias ao esquema populista.

Durante todo o período da democracia populista, a linha editorial das folhas defendeu a ideia de que a prosperidade econômica levava à paz social. Daí os jornais terem defendido a participação dos operários nos lucros das empresas (com o que todos ganhariam, dado o maior cuidado e empenho na produção) e a necessidade de implementação de políticas sociais que gerariam um maior bem-estar social. As folhas eram, porém, contrárias à interferência política no meio sindical, pois temiam a politização dos sindicatos no sentido de se transformarem em canais efetivos de mobilização da classe operária. E mais ainda com relação aos sindicatos do meio rural, uma vez que “o meio rural é fácil de ser trabalhado por esses elementos (agitadores profissionais), pois o nível cultural é baixo” (FM, 8/11/1956). Da mesma forma, eram também

contrárias ao direito de greve, pois “o simples fato de haver greves é uma demonstração de impatriotismo por parte dos que a insuflam e a fazem” (FM, 3/9/1954).

Quanto ao modelo de desenvolvimento econômico, deveria ele ser associado ao capital estrangeiro e adotar a tecnologia mais avançada:

De acordo com a opinião por nós salientada, de que a participação de capitais estrangeiros na economia nacional é benéfica ao desenvolvimento do país, consideramos altamente auspiciosa a predisposição de grandes empresas industriais norte-americanas para estenderem suas atividades ao exterior... Ao lado de recursos financeiros, poderão nos trazer conhecimentos técnicos e organização nacional. (FOLHA DA MANHÃ, 9/2/1949).

Tal postura foi reafirmada em 1952, durante a campanha do petróleo, pois o “capital nacional não é suficiente para a concretização de um empreendimento de tal vulto” (FM, 1/2/1952). E só essa via é que permitiria, contrariamente ao nacional-desenvolvimentismo, alcançar um desenvolvimento integrado e com ele a paz e a harmonia sociais.

A Folha de S. Paulo

O início da década de 1960 assistiu a profundas mudanças nas folhas. Uma delas, de ordem mais formal, foi a mudança de nome para *Folha de S. Paulo*. Outra, foi a greve de jornalistas em 1961 e, finalmente, a mudança da direção da empresa em 13 de agosto de 1962. Nessa data Nabantino Ramos foi substituído por Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que assumiram a direção da empresa. O cargo de diretor de redação foi ocupado por José Reis, que aí permaneceria até 1967.

A linha editorial a partir de então tornou-se francamente antijanguista e pró-mobilização para o movimento que culminou com os acontecimentos de 1964. Mas a grande mudança ocorreu, exatamente, em nível empresarial. Com uma conduta empresarialmente agressiva, a *Folha de S. Paulo* ampliou substancialmente seu público leitor a partir de mudanças no sistema de distribuição. A aquisição de frota própria possibilitou que ela conquistasse definitivamente o público leitor interiorano, por lá chegar muito mais cedo do que seus concorrentes. Uma revolução tecnológica na área da impressão consolidou de vez o empreendimento. Assim é que, um ano após a posse de Frias e Caldeira Filho, a *Folha de S. Paulo* se transformou no jornal de maior circulação paga no Brasil, conforme dados por ele apresentados na edição de 4 de agosto de 1963.

No decorrer do ano de 1963 a *Folha de S. Paulo* se lançou no movimento por reformas de base, chegando a patrocinar, juntamente com o Correio da Manhã, periódico carioca, o I

Congresso Brasileiro para Definição das Reformas de Base, cujas conclusões foram enviadas ao Legislativo.

Ante os acontecimentos de março de 1964, o jornal se autodefiniu como “liberal e democrático”, reafirmando a convicção de que o papel da imprensa é fundamentalmente o de formar a opinião pública. Nesse sentido, além do caderno de notícias, passou também a ser dada ênfase a um outro, de natureza mais variada e eclética.

Em 1966 a *Folha de S. Paulo* teve de enfrentar um novo concorrente, o Jornal da Tarde, tendo no ano anterior comprado o Notícias Populares. Na evolução dos acontecimentos do pós-1964, o jornal tentou aproveitar-se de sua autonomia financeira no sentido de preservar sua independência política frente ao Estado. Muito embora tivesse apoiado o movimento de 1964, o simples fato de não concordar totalmente com a política governamental — era difícil, por exemplo, aceitar a censura à imprensa — possibilitou que o jornal aparecesse, de certa forma, como um órgão de oposição. A partir de então, foi combatido pela ala mais direitista — o regime —, assim como pela esquerda.

O recrudescimento dos acontecimentos refletiu-se no âmbito interno, nas sucessivas mudanças da direção da redação, onde teve papel de destaque Cláudio Abramo: “Cláudio Abramo participaria da renovação jornalística da *Folha*, sobretudo das reformulações de 1968, do período mais difícil da repressão (de 1970 a 1974), da afirmação política do jornal em 1974 e da busca de uma definição clara e metódica da tendência política e ideológica da *Folha* em 1978.” Um crédito de confiança ao governo só seria dado em 1974, quando da posse do general Ernesto Geisel na presidência da República. Já em janeiro daquele ano o apoio a Geisel era afirmado: “O Brasil, hoje, avançou bastante sobre aquele dos últimos meses de 1969. É tarefa de cada um e de todos em conjunto apoiar a autoridade que se proclama disposta a prosseguir neste caminho, construindo novas etapas no rumo de uma grande nação, próspera e coesa, generosa e justa” (FSP, 16/1/1974). Mas, como assinalam Mota e Capelato, “a *Folha* fechava com Geisel, mas a ‘Revolução’ transformara-se em ‘movimento’. Mudança terminológica que renunciava uma visão distanciada do regime”.

O entusiasmo do jornal com a gestão de Delfim Neto no Ministério da Fazenda e com o “milagre brasileiro” era grande, pois,

a verdade é que estamos queimando etapas, descobrindo atalhos e ingressando, sem alarde, na categoria dos países tocados por objetivos nacionais claramente definidos. Ainda não somos uma nação desenvolvida, mas também já não somos uma nação irremediavelmente subdesenvolvida. Diríamos que somos hoje uma nação desigualmente desenvolvida e não mais uma nação equilibradamente empobrecida. O desequilíbrio no crescimento é preferível ao equilíbrio no definhamento. A divisão desigual da riqueza em expansão é bem melhor que a divisão por igual da pobreza crônica (FOLHA DE S. PAULO, 31/3/1974).

A partir de então, ‘pragmatismo responsável’, ‘realismo prudente’, ‘dissensão’ e ‘abertura’ situavam-se numa estratégia que oferecia alguma segurança para a *Folha* retomar seus editoriais com algum fôlego, ela que se vira obrigada a suspendê-los no período mais tenso do governo Médici”.

Em 1977, o fechamento do Congresso Nacional pelo presidente Geisel para a aprovação do chamado “pacote de abril” foi tratado pela *Folha de S. Paulo* como uma grave crise política, resultante de um momento em que “as tendências da sociedade civil entraram em contradição irresolúvel com as necessidades do regime político inaugurado pelo movimento de 31 de março”. Após a decretação dessas medidas, a *Folha* alertou para a existência de um projeto de contenção do MDB, articulado pelo Palácio do Planalto, e o conseqüente perigo da consolidação da Arena como partido único.

Ainda nesse ano, o jornal passou pela sua maior crise de relacionamento com os governos militares. No dia 20 de setembro, a direção da empresa *Folha da Manhã* decidiu suspender todos os editoriais e artigos da *Folha de S. Paulo*, em decorrência da prisão do jornalista Lourenço Diaféria. O que motivou tal situação foi uma crônica escrita pelo jornalista no dia 1º de setembro, considerada ofensiva à figura do Duque de Caxias. Em seguida, a *Folha* chegou a ser acusada pelo secretário de Segurança do estado de São Paulo, coronel Antônio Erasmo Dias, de conter em seus quadros “muitos elementos subversivos”, sendo ameaçada de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Em virtude desses fatos, o proprietário do jornal, Otávio Frias de Oliveira, decidiu pelo afastamento de Cláudio Abramo do posto de editor-chefe e sua substituição por Bóris Casoy, como também pela extinção da coluna “Jornal dos Jornais”, escrita aos domingos pelo jornalista Alberto Dines.

A partir de 1978, a *Folha de S. Paulo* iniciou uma série de mudanças na estrutura interna da redação. Foi criado o conselho editorial, cujo secretário-geral, Otávio Frias Filho, tornou-se o principal responsável pela implementação do “Projeto Folha”. Este projeto consolidou a nova linha editorial do periódico paulista, incorporando estratégias de marketing e buscando fazer, nas palavras do jornal, “um jornalismo crítico e imparcial”.

Nos seus passos iniciais, a reforma editorial da *Folha de S. Paulo* voltou-se mais para a estratégia política a ser seguida pelo jornal na fase de redemocratização do país. Essa nova postura editorial, como assinalou Carlos Eduardo Lins e Silva, aproximou o periódico “de um amplo setor da sociedade brasileira que no final da década de 70 somava seus esforços (...) para tentar pôr fim ao regime autoritário que perdurava desde 1964”. A *Folha* passou então a

tematizar constantemente questões ligadas às desigualdades sociais e aos movimentos reivindicatórios da sociedade civil organizada.

Em maio de 1979, uma greve de jornalistas chegou a mobilizar fortemente a categoria na cidade de São Paulo e contou com a adesão maciça da redação da *Folha*, tendo dela participado todos os seus editores e subeditores. No ano anterior, a empresa já havia concedido um aumento aos seus funcionários após um período de pressão, imposto pela redação através de uma “operação tartaruga” durante os meses de maio e junho. Além de vantagens salariais, os jornalistas da *Folha* conseguiram ampliar sua organização através da criação do Conselho Consultivo de Representantes de Redação. Toda essa motivação não foi capaz de deter o fracasso do movimento unificado de 1979, inclusive na *Folha de S. Paulo*, que logo após o encerramento da greve demitiu cerca de 70 jornalistas. Entre eles Cláudio Abramo, que retornou ao jornal em 1980, como correspondente internacional, passando depois a assinar a coluna “São Paulo”, a partir de 1984.

Ainda em função dessa greve, a *Folha* modificou em 1981 seus critérios para o preenchimento dos cargos de confiança. A nova orientação do Conselho Editorial passou a exigir de todos os ocupantes de cargos dessa natureza solidariedade em relação ao projeto político do jornal. Em documento posterior, “A *Folha* em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo” (1982), a direção do órgão considerou que a luta mais importante a ser travada pelo jornalismo naquele momento era “contra o preconceito, contra o senso comum, contra a falta de clareza e concisão, contra as informações incompletas e ambíguas”. Em 1984, a coordenação da reforma editorial passou para as mãos do diretor de redação, cargo ocupado por Otávio Frias Filho. As prioridades do jornal passam a ser então de ordem técnica e operacional.

Para a *Folha de S. Paulo*, a posse do presidente João Batista Figueiredo, em março de 1979, representou um avanço do ponto de vista democrático, uma vez que garantiu a continuidade da facção liberal do regime militar no comando do processo de abertura política iniciado pelo presidente Geisel em 1974. Mesmo assim, logo após a posse do general Figueiredo, surgiram as primeiras críticas aos limites da redemocratização brasileira, considerada até então incapaz de compreender os direitos de organização e expressão. A *Folha* apontou também os malefícios causados pela falta de uma democracia plena em relação aos indicadores sociais, criticando a má distribuição de renda existente no país.

Durante a discussão da anistia, a *Folha de S. Paulo* apoiou a sua implementação de forma “ampla, geral e irrestrita”. Colocou-se contra os projetos propostos, de um lado, pelo

governo — que deixava de fora os praticantes de atos terroristas — e de outro, pelo deputado Ernâni Sátiro, do MDB — que negava esse direito a todos que praticaram torturas em presos políticos. No editorial do dia 14 de agosto de 1979, o periódico questionou se poderia haver alguma “distinção a ser feita entre a prática de sevícias, excluída do projeto oposicionista, e a prática de atentados, sequestros e terrorismo como diz o texto oficial, que o governo não quer anistiar”.

A volta do multipartidarismo, restabelecido através da reforma partidária de dezembro de 1979, foi interpretada pela *Folha* como um recurso utilizado pelos militares para dissolver a oposição. A ampliação do número de partidos defendida pelos políticos contrários ao regime autoritário foi considerada um erro por parte do jornal, uma vez que, em sua opinião, iria esvaziar a frente democrática formada desde as primeiras vitórias significativas do MDB, nas eleições legislativas de 1974. Os oposicionistas que defendiam o fim do bipartidarismo foram chamados pelo jornal de “inocentes úteis”, postos a serviço do “pragmatismo cru” dos militares.

As greves dos metalúrgicos do ABC paulista, ocorridas em 1979 e 1980, receberam ampla cobertura da *Folha*, tendo sido o jornalista Ricardo Kotscho o principal responsável pelas reportagens realizadas a esse respeito. O jornal foi contrário à intervenção nos sindicatos da região e à prisão de seus dirigentes, Luís Inácio da Silva e Benedito Marcílio, pela polícia federal. Estes conflitos trabalhistas, de acordo com o periódico, seriam motivados pela manutenção de uma “legislação obsoleta e autocrática, que foi imposta aos brasileiros, de fora para dentro, pois calcada na legislação italiana dos anos 20”.

O apoio às diretas

A campanha nacional, iniciada em outubro de 1983, a favor do restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, a partir da sucessão do general Figueiredo, recebeu uma grande acolhida por parte da *Folha de S. Paulo*. Todas as manifestações públicas pela aprovação das Diretas Já obtiveram destaque em suas publicações. Além de acompanhá-las, a *Folha* também se colocou à disposição dos seus organizadores para divulgá-las através da coluna “Roteiro das diretas”, que trazia diariamente um resumo de suas principais atividades. Na edição do dia 24 de abril de 1984, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, que propunha modificar a Constituição federal, no sentido do restabelecimento imediato das eleições diretas, foram fotografados no heliporto situado na sede da *Folha de S. Paulo* 61 representantes da sociedade civil, que naquela data reafirmaram sua posição a favor das Diretas Já.

Logo em seguida, o cerco decretado pelos militares sobre Brasília e adjacências, para evitar concentrações políticas em prol das diretas na capital da República, foi considerado pela *Folha* o momento mais crítico da campanha, além de um contrassenso, se comparado com a forma pacífica pela qual esta vinha se desenrolando.

Da eleição indireta à morte de Tancredo Neves

Após ter sido rejeitada a emenda que garantia a sucessão pelas urnas, a *Folha de S. Paulo* tomou uma posição equidistante em relação aos dois candidatos que postularam a presidência através do colégio eleitoral. No noticiário do jornal, Paulo Maluf e Tancredo Neves receberam praticamente o mesmo espaço. Confirmada a vitória de Tancredo, a *Folha* traçou um quadro das possibilidades de êxito do novo presidente civil, apontando as dificuldades econômicas que deveriam ser enfrentadas pelo seu governo, sobretudo em relação à dívida externa. Neste ponto, o periódico frisou que haveria “um conflito entre os interesses nacionais e aqueles defendidos pela comunidade financeira internacional, mais precisamente a norte-americana”.

Entretanto, para a *Folha de S. Paulo*, o maior problema da Nova República seria a marginalização do povo no processo político que veio a instaurá-la. A conciliação entre civis e militares que regeu o encerramento do ciclo autoritário foi bastante criticada pelo jornal, que sublinhou a impossibilidade de se atender às “reivindicações mais urgentes das mais variadas camadas da população”, através de acordos que só envolvessem as elites.

Na véspera de ser empossado na presidência da República, no entanto, o ex-governador de Minas Gerais foi internado no Hospital de Base, em Brasília, com fortes dores que o impediram de participar da solenidade do dia 15 de março de 1985. O acompanhamento da doença de Tancredo Neves pela *Folha* pautou-se por uma cobertura pouco emocionada, o que causou inúmeras críticas de seus leitores. Mesmo assim, o periódico foi adiante e conseguiu realizar um furo de reportagem ao divulgar que Tancredo não sofria de diverticulite, mas de um tumor incurável que o levou a falecer no dia 21 de abril daquele ano.

Sarney e o retorno à democracia

Com a morte de Tancredo Neves, o vice-presidente, José Sarney, passou a exercer definitivamente o cargo de presidente da República. Mesmo defendendo a legalidade dos instrumentos jurídicos que garantiriam a continuidade desse governo, a *Folha* questionou a falta do voto popular como base de sua sustentação. Do ponto de vista do jornal, Sarney deveria

realizar, o mais breve possível, a transição para a democracia. Para cumprir este papel, seria necessária a convocação das eleições presidenciais diretas e da Assembleia Nacional Constituinte, ainda em 1986.

Durante as eleições municipais de 1985, a *Folha* protagonizou uma polêmica envolvendo o então candidato do PMDB à prefeitura da cidade de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso. O caso teve origem numa pergunta colocada pelo jornalista Bóris Casoy, na época editor da coluna política “Painel”, durante o último debate entre os candidatos na televisão. À pergunta, “Senador, o senhor acredita em Deus?”, o candidato peemedebista respondeu: “Devo dizer ao Bóris Casoy que esse nosso povo é religioso. Eu respeito a religião do povo e, na medida em que respeito a religião do povo, automaticamente estou abrindo uma chance para a crença em Deus.” Toda a intervenção de Casoy e a resposta dúbia de Fernando Henrique foram reproduzidas pelo periódico na edição do dia seguinte ao debate, permitindo a ofensiva de seu principal adversário, o ex-presidente Jânio Quadros, que explorou a imagem do adversário como ateu, vencendo as eleições por uma pequena margem de votos. Irritado, o filósofo José Artur Giannotti criticou a *Folha* através do artigo “A imprensa antropofágica”, publicado em 28 de novembro, quando perguntou, em tom de provocação, se o jornalista é “dotado do poder de instaurar as regras da sua própria profissão e da constituição da notícia”. Em resposta, o filósofo obteve uma réplica de Otávio Frias Filho, na forma do artigo “A política antropofágica”, publicado em 3 de dezembro, no qual o jornalista afirmou estar “convencido de que a liberdade de expressão está acima das normas, já que ela representa a garantia de poder mudar todas elas”. A polêmica manteve-se ao longo do mês de dezembro, quando cada um dos lados ainda chegou a escrever mais um artigo de respostas, até a última réplica do professor Giannotti, publicada na *Folha* no dia 19 daquele mês.

Em fevereiro de 1986, devido ao quadro de instabilidade econômica que se prolongou durante seu primeiro ano de governo, o presidente José Sarney baixou um conjunto de medidas com o objetivo de controlar a inflação, através do congelamento de preços e salários, da desindexação da economia e de uma reforma monetária que substituiu o cruzeiro pelo cruzado. Embora tenha frisado que a sociedade brasileira não expressara em nenhum momento sua opção por um “tratamento de choque”, a adesão da *Folha* ao plano de estabilização veio logo em que este alcançou o máximo de sua popularidade. Uma pesquisa do Datafolha chegou a registrar a aprovação do plano por parte de 84% dos entrevistados nas principais capitais brasileiras. No

dia 6 de março, 1,7 milhão de exemplares do jornal foram vendidos com a lista de preços congelados pela Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços (SUNAB).

A participação dos consumidores na tarefa de denunciar o aumento irregular dos preços foi percebida pelo periódico como a explosão de um “novo civismo”, capaz de dissipar as dúvidas relativas à sustentação do poder civil. O plano, “democraticamente enérgico”, como escreveu Cláudio Abramo, atingiu “senão a razão do povo, o seu coração”. Com isso, a *Folha de São Paulo* acreditou que não haveria mais espaço para a política “baseada na desconsideração da opinião pública, no fisiologismo e no acerto de bastidores”.

No decorrer de 1986, entretanto, a *Folha de S. Paulo* exigiu que fossem feitas alterações no plano, no sentido de se evitar “o aumento exagerado do consumo em face da produção e das grandes distorções nos preços relativos criados pelo congelamento”.

A razão principal da não-realização dessas mudanças teria sido, de acordo com o jornal, de ordem eminentemente política. O calendário eleitoral determinava eleições para os governos estaduais e para o Legislativo (incluindo os representantes da Assembleia Nacional Constituinte), no mês de novembro, o que fez com que o governo relutasse em alterar a essência do Plano Cruzado. Apenas o sucesso do PMDB nas urnas levaria o ministro Dílson Funaro a anunciar novas medidas de ajuste na economia; o chamado Plano Cruzado II, que, segundo os dados do Datafolha, desagradou cerca de 70% da população. Mesmo impopulares, a *Folha de S. Paulo* considerou essas medidas necessárias.

Em São Paulo, a eleição de Orestes Quércia para o governo do estado representou, segundo a *Folha*, a vitória de uma das figuras mais fisiológicas do partido, de um “político medíocre e vazio de outros méritos que não a habilidade para manipular a maquinaria partidária e mercadejar favores do Estado”. No ano de 1986, o maior furo de reportagem da *Folha de S. Paulo* ficou por conta da descoberta de um campo de testes atômicos, na serra de Cachimbo, a aproximadamente 1.200km de Brasília. O jornal pôs às claras uma operação secreta iniciada com a assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, em 1975. Conforme as informações trazidas pelo periódico paulista, um acordo articulado por militares de alta patente ligados aos serviços de informação e um pequeno grupo de cientistas iniciara naquela data o desenvolvimento da tecnologia brasileira em armas nucleares.

Em fevereiro de 1988, a *Folha de S. Paulo* envolveu-se em uma nova polêmica, desta vez, ao divulgar uma lista contendo 1.108 nomes de professores da Universidade de São Paulo, considerados improdutivos no biênio 1985-1986. Embora o periódico tenha chamado atenção para o fato de a lista divulgada pela reitoria da USP ser de caráter provisório, foram feitas duras

críticas à falta de controle sobre a produção docente daquela instituição. Segundo Cláudio Weber Abramo, a cobertura do caso pela *Folha* foi tendenciosa: “A lista continha erros, que eram do conhecimento dos responsáveis pelo jornal; o jornal não procurou ouvir todas as pessoas relacionadas na lista; (...) o jornal identificou produtividade acadêmica à publicação de artigos e/ou livros.”

A repercussão desse noticiário provocou um afastamento entre a redação do jornal e os intelectuais uspianos, resumida na frase de Matinas Suzuki Jr. que afirmou, enfaticamente, “este jornal deixou de reconhecer a USP como a única fonte de verdade”. Meses mais tarde, a *Folha de S. Paulo* divulgou a fraude que cercou a concorrência da ferrovia Norte-Sul, uma das principais obras do governo José Sarney. Em 8 de maio de 1988, alguns dias antes da abertura dos envelopes que continham as propostas da licitação, o jornalista Jânio de Freitas fez publicar uma relação cifrada das empreiteiras vencedoras na forma de um anúncio de classificados.

A antecipação desses resultados comprovava que o contrato de construção da ferrovia, orçado em 2,4 bilhões de dólares, estava viciado de modo a favorecer 18 grandes empreiteiras. O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, chegou a contestar a reportagem da *Folha*, declarando que o jornal teria acertado por sorte os números da concorrência. Em função do escândalo, a licitação da ferrovia Norte-Sul foi anulada e sua construção adiada. Em setembro de 1988, ao encerrar-se a redação do novo texto constitucional, a *Folha de S. Paulo*, mesmo tendo defendido a antecipação dos trabalhos constituintes em dois anos, considerou que este havia ficado “entre o arcaico e o moderno”. Sua redação, afirmou o periódico, ao mesmo tempo em que ampliava os direitos individuais, ao resguardar o cidadão contra o poder do Estado, conduzia o país ao atraso econômico, por defender a autarquização e o estatismo.

Promulgada a Constituição, em 5 de outubro de 1988, a *Folha de S. Paulo* considerou encerrada a transição democrática. Para o jornal, os pontos críticos da nova Carta estariam na aprovação do direito irrestrito de greve, da nacionalização dos minérios, do tabelamento de juros e de restrições à entrada de capitais estrangeiros. A ampliação do mandato do presidente José Sarney também recebeu críticas do jornal. O jornalista Jânio de Freitas denunciou a troca de concessões de rádio e televisão por votos que possibilitariam seu quinto ano de governo.

O resultado das eleições municipais de novembro de 1988, que contaram com a vitória dos candidatos de esquerda em grandes capitais como Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória, deveu-se, de acordo com o jornal, à “desagregação do centro”, por intermédio da crise que atingiu o PMDB. Nesta conjuntura, o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) foi visto pelo periódico como fruto do desencanto de uma grande parte da

opinião pública com as práticas tradicionais da política brasileira, que ficaram estampadas, na época, pela expressão “é dando que se recebe”, cunhada pelo então ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves.

A *Folha de S. Paulo* observou ainda que essa onda de inconformismo teria como pano de fundo a crise econômica marcada pela elevação dos índices inflacionários e a omissão política e administrativa do governo Sarney.

As eleições de 1989

Na cobertura da primeira escolha presidencial pelo voto direto, após 21 anos de regime militar, a *Folha de S. Paulo* procurou manter uma distância crítica em relação a todos os candidatos. No decorrer da campanha, o panorama feito pelo jornal, acerca do conteúdo programático de cada um dos postulantes à sucessão de José Sarney, ressaltou o marasmo em que se encontravam as ideias e soluções para a crise brasileira.

Entre os meses de maio e agosto de 1989, quando o candidato Fernando Collor de Melo atingiu os maiores índices nas pesquisas de opinião, o jornal chamou atenção para os indícios de práticas irregulares ocorridas em suas gestões como prefeito de Maceió e governador de Alagoas. O noticiário do dia 27 de julho de 1989 informou aos leitores sobre o uso indevido de verbas públicas para saldar dívidas das empresas de sua propriedade, no valor de 124 mil dólares. No mês de agosto, surgiram denúncias sobre os gastos excessivos de Collor com a “verba secreta” de seu estado, que, segundo o jornal, ele teria estourado em 5.276%, no pagamento de pesquisas de opinião e compra de presentes.

Nesse mesmo período, o jornalista Clóvis Rossi fez várias comparações entre Collor e o estilo janista dos anos 1960, apresentando suas semelhanças em relação ao uso do discurso da moralidade pública e do perfil de candidato independente, que se coloca contra o “sistema-que-aí-está”. Outro colunista da *Folha*, o jornalista Gilberto Dimenstein, afirmou que era “absolutamente espantosa a capacidade de Fernando Collor vender a imagem de ‘moralizador’ aos eleitores”, quando ele, “no último dia de seu mandato como prefeito de Maceió, contratou 462 pessoas sem concurso para a Secretaria de Educação”.

Faltando um mês para as eleições, a *Folha de S. Paulo* traçava um quadro de indefinições quanto ao seu resultado. De acordo com as projeções do jornal, Collor já estaria em um provável segundo turno. No entanto, a maior surpresa seria a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva, que empatava com o então segundo colocado, Leonel Brizola. Para a *Folha*, com a arrancada de Lula, aumentavam as chances de uma vitória eleitoral da esquerda.

Em outubro de 1989, uma série de reportagens, com o título “Menos governo, menos miséria”, criticou a ausência no debate sucessório de projetos capazes de reduzir o peso da ineficiência do Estado. Para a *Folha de S. Paulo*, todos os candidatos tratavam a questão das privatizações de forma retórica. Entre eles, dizia o jornal, a Petrobras ainda era um “mito histórico”. Do ponto de vista da *Folha*, a manutenção do cartorialismo e os entraves burocráticos eram os maiores empecilhos à “produção de bens e à competitividade econômica”. Todavia, esses males não seriam eficazmente combatidos por nenhum vencedor das eleições, uma vez que, no Brasil, a classe política “desconhece a dimensão da miséria”. Com isso, o país perderia sua credibilidade internacional, ao não compartilhar do ímpeto de liberalização econômica, que após o colapso do modelo soviético tornara-se, segundo o periódico, a única alternativa viável de desenvolvimento.

A duas semanas das eleições, o empresário e animador de televisão, Sílvio Santos, postulou seu interesse em participar do processo sucessório, através de uma pequena sigla partidária, o PMB. Para a *Folha de S. Paulo*, a entrada do animador na disputa presidencial, com chances de ir para o segundo turno, deixava claro o nível de despreparo político de grande parte do eleitorado. A decisão do Tribunal Superior Eleitoral de impedir que a candidatura Sílvio Santos se concretizasse foi aplaudida pelo periódico, que demonstrou em diversos editoriais sua aprovação quanto à decisão dos juízes, afirmando terem eles decidido na mais completa fidelidade em relação à legislação eleitoral.

Poucos dias antes da data prevista para a realização do primeiro turno, a *Folha* pôs em evidência o caso Lubeca, que envolveu o vice-prefeito da cidade de São Paulo, Luís Eduardo Greenhalgh. A acusação de que o político do PT havia acobertado transações ilícitas daquela empresa, recebendo propina para aprovar um de seus projetos imobiliários na Zona Sul da capital paulista, foi feita por Ronaldo Caiado em um debate entre os presidenciaíveis, na TV Bandeirantes, no dia 16 de outubro de 1989. O caso repercutiu entre os membros da direção nacional do Partido dos Trabalhadores, chegando o vice-prefeito a pedir demissão do cargo que acumulava como secretário de Negócios Extraordinários do município de S. Paulo. Após essa decisão, a *Folha de S. Paulo* considerou insuficiente a atitude do PT e exigiu que as investigações prosseguissem, clamando pelo afastamento de Greenhalgh do cargo de vice-prefeito.

A última pesquisa de intenções de voto apresentada pelo Datafolha, antes da “boca-de-urna”, indicou uma subida do candidato “tucano” Mário Covas. Segundo os dados do instituto,

Covas estaria com 11 pontos percentuais, sendo o único concorrente a ter reduzido seus índices de rejeição. Esse quadro, explicou o jornal, “embola a disputa pelo segundo turno”.

Contudo, no dia 16 de novembro, logo após o primeiro turno, a *Folha de S. Paulo* já confirmava o confronto entre PRN e PT na segunda fase das eleições. Nas palavras do jornal, esse resultado deveu-se a “um repúdio intenso a todo o esquema político que deu sustentação ao governo Sarney”. Durante o segundo turno, após ter convidado os candidatos Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva para um debate acerca de seus projetos econômicos, a *Folha de S. Paulo* chegou à conclusão de que faltavam, até aquele momento, definições claras quanto ao que cada um deles faria caso chegasse à presidência da República.

Na edição de 5 de dezembro de 1989, o periódico trouxe, em uma de suas manchetes, um texto que afirmava a disposição de Luís Inácio Lula da Silva em manter os salários sem aumentos reais como estratégia para frear a inflação. A matéria gerou uma ação por parte do PT, que considerou inverídicas as informações reproduzidas no jornal. A resposta da *Folha* veio através do editorial “Ataque à imprensa”, onde se colocou que não poderia ser conveniente para os coordenadores da campanha petista revelar a posição de economistas influentes no partido, como Paulo Sandroni e Paul Singer, a favor de uma política salarial bem menos generosa que aquela apregoada nos discursos de palanque. A arrancada petista nos últimos dias de campanha presidencial, registrou a *Folha*, levou a uma crise entre os assessores de Fernando Collor. A saída encontrada pela coordenação do seu partido para evitar a derrota foi apresentar, no horário gratuito de rádio e televisão, as acusações da ex-noiva de Luís Inácio Lula da Silva, a enfermeira Míriam Cordeiro, de que o candidato petista a pressionara para abortar a filha do casal, de nome Luriam. Na cobertura do caso, a *Folha de S. Paulo* trouxe o depoimento da jornalista Maria Helena Amaral, assessora de imprensa de Collor, que se disse ameaçada de morte após ter acusado o PRN de ter pago duzentos mil cruzados novos para que Míriam Cordeiro fizesse tais acusações.

O último debate entre os dois candidatos na televisão foi visto pelo jornal como mais uma prova do “estágio rudimentar em que ainda se encontra a cultura política brasileira”. Para a *Folha*: “A repetição de um discurso premeditado, ausência de um confronto programático sério (...) fizeram desse encontro um espetáculo deprimente.”

No dia 17 de dezembro, data prevista para a realização do segundo turno, a *Folha* informou sobre uma inversão na tendência do voto, com Collor aparecendo três pontos à frente de Lula. Na edição seguinte, o caderno “Diretas 89” já apontava o candidato do PRN como o “virtual presidente eleito”, com 51,5% dos votos válidos.

Governo Collor

Divulgados os números do Tribunal Superior Eleitoral que indicavam Fernando Collor como o novo presidente eleito, a *Folha de S. Paulo* pregou um entendimento a favor da governabilidade. O jornal elogiou as linhas gerais do Plano Collor, quando da posse do novo presidente, apenas com a ressalva de que este realizara a maior intervenção econômica da história do país, atingindo bruscamente o setor privado, porém evitando reformas mais profundas no setor estatal. Comentando o plano, o jornal reconheceu que devido “à gravidade da crise brasileira” era impossível discordar do presidente, quando ele afirmava não haver “desastre mais completo, do que a eventualidade de um fracasso do programa de estabilização”. Entretanto, através da coluna do jornalista Clóvis Rossi, foram noticiadas as primeiras distorções do pacote, originárias do vazamento de informações relativas à sua implementação entre pessoas ligadas às grandes instituições financeiras.

Ainda no primeiro mês do governo Collor, o prédio da empresa *Folha da Manhã* foi invadido por agentes da Polícia Federal, que realizaram a operação sob alegação de estarem empreendendo uma devassa fiscal. O repúdio à invasão foi imediato, havendo a *Folha de S. Paulo* acusado o presidente da República de ter autorizado a ação com o conhecimento prévio do ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo.

Na opinião do jornal, o fato demonstrava a incapacidade crônica do presidente recém-empossado em conviver com uma imprensa livre; não sendo mais do que o resultado da política empreendida “por uma camarilha subdesenvolvida e truculenta, que se julga incontestes nos seus propósitos de salvar a pátria, romper a ordem constitucional e dar plena vazão a tudo que signifique abuso de poder e terrorismo de Estado”. Para a *Folha de S. Paulo*, a ação teria sido uma represália movida contra a liberdade tomada pelo jornal ao investigar os fatos relacionados à vida pública de Fernando Collor nos meses de sua campanha presidencial.

No editorial de 24 de março de 1990, a *Folha* fez comparações entre Collor e o ditador italiano Benito Mussolini. Na edição seguinte, foram publicadas fotos dos dois líderes com gestos bastante parecidos, sob o título: “Qualquer semelhança não é mera coincidência.” Durante a vigência do mandato de Fernando Collor, a *Folha de S. Paulo* manteve-se atenta às irregularidades praticadas por sua administração. Em julho de 1990, o jornal denunciou a contratação, sem licitação prévia, das agências Setembro e Giovanni e Associados, para executarem campanhas publicitárias ligadas ao governo federal. Em consequência, os jornalistas Otávio Frias Filho, diretor de redação da *Folha*, Josias de Sousa, diretor-executivo

da sucursal de Brasília, e os repórteres Néelson Blecher e Gustavo Krieger, foram processados por calúnia pelo próprio presidente da República.

Encerrado o primeiro ano da “Era Collor”, a *Folha de S. Paulo* observou que a maior parte do que havia sido prometido pelo presidente, em termos de modernização econômica e reforma das práticas políticas e administrativas, ainda estava por se concretizar. Segundo o jornal, como saldo dos primeiros 12 meses de seu governo, Collor teria deixado apenas a recessão e o desemprego, com o agravante da volta da espiral inflacionária.

Na apresentação do Plano Collor II, em fevereiro de 1991, o periódico paulista destacou os altos índices de rejeição dessas medidas. Os novos aspectos recessivos do plano foram criticados, juntamente com a insistência da equipe econômica em manter o congelamento de preços e salários. Ainda nesse mês, a presença da primeira-dama Rosane Collor à frente da Legião Brasileira de Assistência foi posta em questão pelo periódico, que denunciou a compra sem licitação de cestas básicas no valor de 66,5 milhões de cruzeiros.

Na edição de 25 de abril de 1991, Otávio Frias Filho redigiu uma “Carta aberta ao sr. presidente da República”, na qual criticava Fernando Collor por evocar um entendimento nacional com vistas a uma reforma ministerial. Considerou o jornalista, que somente após “empobrecer a população, vender a fantasia de que os problemas nacionais seriam solucionados num passe de mágica, violar a Constituição, humilhar o Congresso, jogar o país numa recessão profunda”, o presidente resolveu abandonar seu pedestal e reconhecer “a impotência a que chegou (...) decorrido apenas um quinto do mandato”.

Do impeachment de Collor à CPI do Orçamento

Em maio de 1992, as acusações de tráfico de influência e cobrança de comissões na liberação de verbas públicas, feitas pelo irmão mais novo do presidente, o empresário Pedro Collor, culminaram com a convocação de uma CPI no Congresso Nacional. Instalada em 3 de junho, a CPI do PC conseguiu acumular provas sobre o envolvimento de Fernando Collor de Melo com o esquema de corrupção dirigido pelo seu ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. Frente às descobertas dos parlamentares, a *Folha* pediu a renúncia do presidente e considerou esta atitude como a “única alternativa capaz de assegurar de imediato a governabilidade do país”.

A abertura do processo de impeachment contra Fernando Collor foi aprovada pela Câmara, em 29 de setembro. No editorial, “A lição do impeachment”, de 30 de setembro, a *Folha de S. Paulo* reiterou seu apoio às investigações, assinalando que: “O Legislativo agiu em consonância com a manifestação inequívoca da sociedade em favor dos padrões mínimos de

probidade e decoro no trato da coisa pública”, ao votar pelo afastamento do presidente. Em 2 de outubro, como consequência do processo de impeachment, Collor se afastou da presidência da República, passando o cargo interinamente para o seu vice, Itamar Franco. Nesta ocasião, a *Folha de S. Paulo* elogiou a forma pela qual o texto constitucional foi respeitado, garantindo a ordem durante o ato de transmissão do Poder Executivo.

Desde sua posse, no entanto, Itamar foi constantemente criticado pelo jornal, que o considerou um político ainda preso aos valores do nacionalismo dos anos 1950. A escolha de seu ministério foi recebida com grande decepção e, segundo a *Folha*, havia sido formado por personalidades obscuras, revelando-se “provincial e antigo, tecido com os fios puídos das amizades e relações parlamentares”. Em abril de 1993 realizou-se o plebiscito para a escolha da forma e sistema de governo. Desde janeiro daquele ano, a *Folha de S. Paulo* declarou sua preferência pelo parlamentarismo, tratando-o como o regime mais capacitado para “estabelecer entre os poderes um vínculo de responsabilidade”. A principal virtude do parlamentarismo apontada pelo jornal estaria na maior representatividade garantida pelo sistema que, ao contrário do presidencialismo, institui mecanismos capazes de resguardar o eleitor da possibilidade de tornar-se “prisioneiro de suas próprias escolhas”, como teria ocorrido durante o governo Collor de Melo.

A contagem dos votos do plebiscito de 21 de abril consagrou a República Presidencialista por uma larga maioria. Segundo a *Folha*, este resultado deveu-se à fraqueza com que as propostas em disputa (parlamentarismo, presidencialismo e monarquia constitucional) foram colocadas perante a sociedade. Para a *Folha de S. Paulo*, outro aspecto significativo na derrota do parlamentarismo teria sido o fato de seus defensores o apresentarem como uma espécie de solução mágica dos problemas do país, considerando que “uma simples modificação institucional pudesse levar o Brasil para o primeiro mundo”.

Em outubro de 1993, as atenções da *Folha de S. Paulo* voltaram-se para a revisão constitucional. Aplaudida pelo jornal, a “reconstituente” foi vista como o momento de se superar os vícios contidos na “estrutura arcaica que rege a economia brasileira”. Os trabalhos revisionais foram praticamente suspensos, porém, devido às declarações feitas pelo economista e funcionário do Senado, José Carlos Alves dos Santos, após ter sido preso sob a acusação de ter assassinado a esposa, acerca de irregularidades envolvendo a comissão do orçamento da Câmara Federal.

A *Folha de S. Paulo* defendeu a apuração dos fatos que cercaram o chamado “escândalo do orçamento”, de modo que fosse retomada o mais rápido possível a revisão da Carta de 1988.

A cobertura do jornal procurou ressaltar a influência das grandes empreiteiras na montagem do orçamento da União. Em uma entrevista com o empresário Cecílio do Rego Almeida, dono da empreiteira C. R. Almeida, o jornalista Clóvis Rossi mostrou o papel de corruptoras das empresas desse setor, “que jogam o preço mínimo ‘no céu’ para pagar comissões”.

O Plano Real e as eleições de 1994

As seguidas substituições no comando do Ministério da Fazenda, durante o primeiro ano do governo Itamar, lhe valeram novas críticas por parte da *Folha*. No decorrer de 1993, o periódico paulista reclamou a ausência de um plano antinflacionário e comparou a política econômica vigente com o chamado “feijão-com-arroz” do último ano do mandato de José Sarney. A credibilidade de Itamar Franco estava abalada, segundo a *Folha de S. Paulo*, porque o presidente se negava a levar adiante um programa consequente de privatizações.

Em fevereiro de 1994, após a entrega do relatório final da CPI do Orçamento, os parlamentares recolocaram em pauta a revisão constitucional. Porém, a morosidade que marcou sua retomada tornou a emperrá-la logo nos primeiros dias. Fracassada a revisão, o lançamento da Unidade Referencial de Valor (URV), indicador previsto no plano de combate à inflação do ministro Fernando Henrique Cardoso, passou a ocupar as manchetes do jornal. Segundo a *Folha*, o esforço do governo mostrou-se no caminho certo, uma vez que: “O início da segunda fase do Plano Real ocorreu sem sustos. Sem tarifaços ou maxidesvalorizações cambiais, sem qualquer forma de congelamento de preços, sem ruptura imediata dos contratos financeiros.”

Mesmo assim, o editorial “URV sem medo”, publicado em 1º de março, defendeu que a única forma de garantir a estabilidade econômica seria acabar com “o Estado ineficiente, deficitário e oneroso, o mercado de consumo concentrado e limitado, e o sistema de benefícios previdenciários inviável, que são alguns desequilíbrios que explicam ‘estruturalmente’ a inflação brasileira”. A partir de maio de 1994, a *Folha de S. Paulo* iniciou a cobertura da chamada “supereleição”, que no mês de outubro iria escolher o presidente da República, 27 governadores, deputados federais e estaduais e 1/3 do Senado. A polarização entre Luís Inácio Lula da Silva — que liderava as pesquisas no início da campanha — e Fernando Henrique Cardoso ganhou destaque no noticiário do jornal, que a considerou uma consequência das posições contra e a favor do plano, defendidas respectivamente por cada um dos candidatos.

Em 28 de julho, a *Folha* anunciava o resultado de uma de suas pesquisas de opinião, demonstrando a possível vitória de Fernando Henrique no caso de haver um segundo turno. Essa reviravolta, comentou o periódico, teria sido provocada pela rápida aprovação popular ao

plano de estabilização da economia e também pelo desgaste provocado por denúncias de favorecimento ilícito contra o candidato a vice na chapa do PT, José Paulo Bisol.

A cobertura feita pelo jornal teve um papel de destaque na divulgação do caso Bisol. A *Folha de S. Paulo* conseguiu provar que a cidade de Buritis (MG), onde o senador possuía uma propriedade, foi favorecida com emendas ao orçamento da União, superestimadas em mais de oito milhões de reais. Uma das emendas destinava-se a financiar a construção de uma ponte ligando a fazenda do candidato da Frente Brasil Popular ao centro daquela localidade. O político gaúcho foi substituído por Aluísio Mercadante em 26 de julho, 27 dias após as primeiras suspeitas chegarem ao conhecimento público.

Logo após a saída de Bisol, suspeitas de envolvimento do candidato a vice-presidente na chapa de Fernando Henrique Cardoso, Guilherme Palmeira, com o esquema de corrupção montado no governo Collor passaram a frequentar o noticiário do jornal. Em 6 de julho, dois ex-funcionários da empreiteira Sérvia acusaram a empresa de pagar propinas a parlamentares e assessores, entre os quais estaria o senador alagoano. Em seguida, a *Folha de S. Paulo* revelou que em dezembro de 1990 a prefeitura de Maceió assinou um contrato com a empreiteira no valor de 4,3 bilhões de cruzeiros, com um adiantamento de 950 milhões para obras inicialmente não previstas. O jornal também descobriu que a empresa recebia de uma das contas “fantasmas” do esquema PC e que outra destas contas enviava recursos para a campanha de Geraldo Bulhões ao governo do estado, em 1990. Segundo apurou o periódico, Bulhões repassara parte do dinheiro que recebia de P. C. Farias para a campanha de Palmeira ao Senado. Devido a estas acusações, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) deu preferência ao nome de Marco Maciel para compor sua aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL).

Em 3 de outubro, a *Folha de S. Paulo* confirmou em sua pesquisa de boca-de-urna a vitória de Fernando Henrique Cardoso, já no primeiro turno, com 48% do eleitorado a seu favor, conforme a previsão do jornal. Ao fazer um balanço da campanha presidencial, a *Folha* afirmou que o Brasil de 1989 havia ficado muito distante, não mais servindo de parâmetro para se pensar a política e sociedade dos anos 1990. Por essa razão, o novo presidente da República deveria ter como prioridades: “A reorientação do Estado rumo ao atendimento das suas funções básicas de prover saúde, segurança e educação, em vez de assumir um papel empresarial; liberalização da economia, desburocratização; melhor repartição das responsabilidades administrativas entre a União, os estados e os municípios; reforma da previdência, privatizações.”

No editorial de 4 de outubro, a *Folha de S. Paulo* dirigiu-se ao presidente eleito para parabenizá-lo pelo sucesso do Plano Real. Pois, como lembrou o periódico, foi exatamente por

ter conquistado esse êxito que o candidato tucano pôde derrotar Luís Inácio da Silva ainda no primeiro turno.

De acordo com a *Folha*, a vitória de Fernando Henrique Cardoso, entretanto, não seria suficiente para garantir a continuidade da estabilização econômica, principalmente porque “a eleição não tem o dom de eliminar a fisiologia e o clientelismo da cultura política”. Como salientou o jornal, estes problemas tornaram-se mais difíceis de serem resolvidos pelo novo presidente, especialmente “quando se considera que um dos partidos que melhor encarna esta imagem de fazer política — o PFL — faz parte do seu arco de alianças”.

Os “anos FHC”

No decorrer de 1995, o ânimo de Fernando Henrique Cardoso em promover reformas na ordem econômica e social contou com o apoio da *Folha*. Do ponto de vista do jornal, porém, muito embora o presidente tivesse avançado na tentativa de flexibilizar monopólios como o do petróleo e das telecomunicações e, sobretudo, conseguido consolidar “uma agenda de temas para uma economia globalizada”, as privatizações estavam acontecendo numa velocidade reduzida.

Ao completarem-se os primeiros seis meses do governo Fernando Henrique Cardoso, a *Folha de S. Paulo* afirmou que “FHC cumpre reformas, mas fracassa no social”. Para o jornal, nenhuma das cinco metas apresentadas durante a campanha presidencial — saúde, educação, segurança, agricultura e emprego — havia recebido, até então, alguma iniciativa de vulto.

Aspectos técnicos e empresariais

A partir de 1978, com a criação do Conselho Editorial, teve início o “Projeto Folha”, uma estratégia de marketing com o objetivo de tornar o periódico um produto com características próprias. Neste período também ocorreu a sucessão do proprietário do Grupo *Folha*, Otávio Frias de Oliveira, pelos filhos Otávio e Luís, que assumiram, respectivamente, a direção de redação (em 1984) e a presidência do jornal (em 1993).

Como forma de sistematizar os procedimentos a serem adotados na redação do jornal, a *Folha de S. Paulo* lançou, em 1984, o manual geral da redação. Outra inovação foi a criação do cargo de ombudsman, em 1989. Com um mandato de um ano, podendo ser renovado por igual período, este profissional é responsável pelo recebimento das queixas e sugestões dos leitores, pela crítica interna do jornal e por uma coluna dominical que compara a performance da *Folha* em relação aos concorrentes. O cargo foi ocupado inicialmente pelo jornalista Caio Túlio Costa.

No ano de 1996, a *Folha de São Paulo* fez uma reforma em seu aspecto visual. O uso de cores e imagens foi ampliado. Uma nova organização interna das páginas foi elaborada, de modo a facilitar a leitura. Os designers Luc de Groot e Erik Spiekerman, da agência alemã Meta Design, foram contratados para criar as letras das novas edições, incluindo o novo logotipo do jornal. No campo da informação eletrônica, a *Folha* criou o Universo On Line, com textos de suas edições diárias da *Folha da Tarde*, Notícias Populares, New York Times e Boston Globe (traduzidos para o português), e da revista IstoÉ, acessados pela Internet. Além disso, foi lançado um CD-ROM contendo textos integrais das edições de 1994 e 1995. Nesse mesmo ano, o jornal inaugurou seu novo centro gráfico, com capacidade para imprimir 1,7 milhão de exemplares por hora.

Nos últimos anos da década de 1990, a *Folha de S. Paulo* seguia sendo o maior jornal em circulação média do país, atingindo, aos domingos, a marca de dois milhões de exemplares. Essa liderança foi mantida na década seguinte. Mas se havia começado o novo século com média diária de 429.476, sua circulação foi caindo ano após ano até fechar o primeiro trimestre de 2009 com 298.352, acompanhando a crise que se abateu então sobre toda a imprensa brasileira.

CAPÍTULO 3- ANÁLISES E RESULTADOS

Neste item, apresento o campo da pesquisa e as análises dos dados coletados em campo, esboço alguns princípios e possibilidades a partir das referências teóricas e a perspectiva de análise de Maria Helena Capelato e Tania de Luca, que indicam, como já apresentado no capítulo I, alguns cuidados metodológicos ao se usar o jornal como fonte e objeto de estudo – para este estudo, especificamente, o jornal *Folha de S. Paulo*. Exponho uma proposta metodológica aplicada ao levantamento e análises de dados coletados de forma online para o desenvolvimento de uma pesquisa de cunho qualitativa e quantitativa.

Para compor o cenário da pesquisa e responder aos objetivos propostos, foi elaborado um quadro a respeito do número de artigos/periódicos, temas abordados, autoria da publicação e o ano sobre o cenário político dos fatos e acontecimentos veiculados pela *Folha de S. Paulo* sobre a era Donald Trump que abarca o recorte temporal da investigação.

Na perspectiva de analisar a leitura midiática do enredo Trump e de como essa produção de notícias suscitou formas de representação sobre esse governo, definimos como campo de investigação e objeto de estudo o Jornal *Folha de S. Paulo* online, por se adequar aos objetivos estabelecidos pela pesquisa, quais sejam: analisar as posições do jornal a respeito do governo Trump; identificar os principais temas apresentados pelo jornal; compreender a *Folha de S. Paulo* como uma fonte histórica.

A escolha desse periódico é por sua reconhecida posição ativa diante da política nacional e internacional e, principalmente, por critérios relativos à sua capacidade de alcance informacional. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação, a *Folha* é pioneira no modelo de assinatura digital no país, o veículo obteve nos últimos anos crescimento expressivo da audiência paga de sua versão online, consolidando sua liderança também nesse segmento online registrou a maior média de circulação diária em 2020, a saber: vendeu em média 338.675 exemplares diários, na soma de suas versões digital e impressa. O segundo lugar do ranking coube ao Globo, com 333.653. Em terceiro aparece O Estado de S. Paulo, com 240.093. A *Folha* lidera o ranking digital com 268.557 assinantes digitais. O Globo tem 245.440, e o Estado, 150.852.

A opção pela imprensa online como fonte e objeto de pesquisa está relacionada ao fato de que no século XXI os aparelhos de comunicação digital tornaram-se também instrumentos de poder. Embora sejam empreendimentos de cunho privados, os negócios dessas empresas não são estreitamente financeiros, elas alcançam e almejam representar os interesses de setores

particulares da sociedade. A imprensa produz a realidade a sua maneira, cumpre um lugar social de poder de influência sobre os leitores, pois têm como princípios a objetividade e a ideia de representação do real tornando-se “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO & PRADO, 1980, p.19), mecanismos importantes que atuam para fins ideológicos, lhes conferindo legitimidade junto à opinião pública.

Assim, para fomentar o debate de posições políticas e ideológicas do jornal pesquisado, propomos como amostra historiográfica as edições publicadas entre 2017- 2020. Escolhemos este período por concentrar a fase inicial e final do governo Trump, tendo seus holofotes voltados para a expectativa dessa polêmica política no mundo internacional.

Primeiramente, faremos um levantamento exploratório de toda a cobertura política do período da amostra para termos uma ideia da abrangência das notícias sobre o governo no noticiário. Assim, acreditamos ser possível levantar as matérias de política de todas as edições escolhidas para o estudo – entre notas, reportagens, entrevistas, etc.

Em seguida, buscaremos observar os tipos de cobertura política realizada pelo jornal relativo ao governo – política migratória, promessa de construção de um muro na fronteira com o México, o bombardeio por drone que matou o general Qassem Soleimani, o mais poderoso chefe militar do Irã, desencadeando uma forte tensão entre os dois países, a aproximação com a Coreia do Norte e a mediação de acordos históricos de paz entre Israel e algumas nações árabes como Bahrein, Sudão e Emirados Árabes, entre outras.

Nesta etapa de observação e análise do material levantado, “o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (LUCA, 2008, p. 140), indicando que a pesquisa não pode se resumir a uma simples leitura do material coletado, ela deve se desenvolver atrelada ao conhecimento teórico do pesquisador.

Proponho o acompanhamento das edições até dezembro de 2020, pois é neste período que estão veiculadas as matérias a respeito dos resultados das eleições nos EUA e a série de acusações feita por Trump sobre fraude na eleição com cobranças em postagens via Twitter, colocando em dúvida os votos pelo correio. Analiso tanto o conteúdo considerado factual do jornal quanto o explicitamente de opinião, expresso nos comentários das reportagens.

Minha investida de pesquisa se inspira na concepção de História assumida por Benjamim (1996), cuja atenção recai sobre ‘escovar a História a contrapelo’ e recuperar o que pode estar fadado ao esquecimento. Trata-se de um viés analítico que pode ser pensado como

retomada do passado pela compilação de arquivos reportagem que poderiam ser ‘deletados’ para o esquecimento, levando-se em consideração a velocidade com que a era digital coloniza pensamentos e opiniões. Benjamim, assinala que História não é apenas ciência, mas também memória. Para este autor, o ofício do historiador é desconfiar dos dados históricos e buscar neste material aquilo que aparentemente está ‘ausente’, o que foi esquecido ou sufocado.

Depois de escolhida a amostra, tomamos o recurso metodológico sugerido por Capelato (1988), como um interessante exercício comunicativo, de sistematizar todo o material relativo ao caso – governo Trump – para estabelecermos com base na pesquisa empírica e em nossas referências teóricas os dados quantitativos em termos de número de matérias, tempos das matérias, e outros dados relevantes para a análise do enquadramento, inclusive as categorias de análise e os tipos de enquadramentos dominantes apresentados, sabendo que “a categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social” (1988, p. 21).

Também, com base nas orientações metodológicas, venho realizando levantamento dos dados que considero importante para compreender melhor os diferentes momentos da história do jornal selecionado e no que considero relevante a respeito das convenções político-partidários estabelecidos pelos condutores da *Folha de S. Paulo* sobre a era Trump, as “circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores”.

Ler um período da história dos Estados Unidos da América por meio do jornal *Folha de S. Paulo* pressupõe uma análise crítica desse documento, decifrando-o como efeito de uma montagem “consciente ou inconsciente”, de reviver personagens e acontecimentos e ser uma possibilidade de registrar o momento de uma era globalizada em seus diversos aspectos, o que consente ao historiador uma análise mais profunda não só de como foi essa era, mas de como ela é a “história do tempo presente” política no contexto de expansão global (CAPELATO 2015, p. 115-134).

A discussão teórica-metodológica proposta para este projeto tem como objetivo aproximar, aprofundar e extrair o máximo do conhecimento do historiador em relação a sua fonte, acreditamos que possibilita um melhor diálogo entre fonte, objeto de pesquisa, referências e contexto histórico.

3.1 Mapeamento dos dados

A pesquisa está pautada numa perspectiva em que busco analisar como foram construídas as notícias sobre a era governamental do presidente Donald Trump; de que modo estas notícias, no quesito migração, foram veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* e, de como este jornal se constitui como fonte histórica.

Para os objetivos propostos, durante um período de oito meses de trabalho, entre janeiro de 2022 a agosto de 2022, foram mapeadas 9.291 edições da *Folha de S. Paulo* online no total, sobre o governo do presidente Donald Trump, sendo que 1.286 edições foram dedicadas a questão da imigração. Desta forma, procurei destacar e analisar a frequência e a importância conferida às notícias que lidam especificamente com a temática em questão. Para este texto final, os dados foram compilados pelo número de notícias sobre a temática mensalmente do ano de 2017 ao final de 2020 do governo Trump, conforme demonstrado pelas tabelas abaixo.

Quem acompanhou sistematicamente o governo de Donald Trump sabe que as notícias relacionadas a questão migratória ganharam visibilidade mundial, principalmente pela atenção dos meios de comunicação. A campanha presidencial de Donald Trump, desde as primárias Republicanas, já se posicionava de forma extremamente radical em relação à política migratória praticada pelos EUA. Ao associar imigração ao terrorismo, o então candidato à presidência do país já assegurava que procuraria diminuir, e até mesmo eliminar, indivíduos de certas nacionalidades, especialmente muçulmanos.

Através de um discurso extremamente xenofóbico e radical, Trump é eleito em novembro de 2016 e toma posse do cargo de 45º Presidente dos Estados Unidos da América em 20 de janeiro de 2017. Dessa forma, assim que assume como presidente dos EUA passa a cumprir suas promessas de campanha, principalmente por meio de ordens executivas⁶.

No que tange à reformulação da política migratória da administração Trump, que será exposta através das análises e representações do Jornal *Folha de S. Paulo* ao longo deste capítulo, existe exatamente a condução desta por meio de ordens executivas, as quais serão apresentadas através das tabelas a seguir.

⁶ Nos EUA, uma ordem executiva não cria uma nova lei, ela apenas instrui como o governo deve trabalhar dentro dos parâmetros que serão ajustados pelo Congresso. Isso significa que as questões levantadas na ordem devem ser tratadas como prioridade pelo Congresso e pelos departamentos envolvidos (KORTE, 2017).

Quadro 2 – Número de edições mensal sobre o Governo Trump entre o ano de 2017 a 2020

Ano	Meses												Total anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2017	288	228	207	179	178	189	99	165	190	181	186	203	2.293
2018	225	167	256	204	163	200	203	164	197	234	200	211	2.424
2019	176	140	177	127	124	165	184	223	180	177	129	173	1.975
2020	206	136	241	182	179	193	194	189	198	286	411	184	2.599
Total de 4 anos													9.291

Quadro 3 – Número de edições mensal sobre o Governo Trump no ano de 2017

Ano	Meses												Total anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2017	288	228	207	179	178	189	99	165	190	181	186	203	2.293
Total de 1 ano													

Fonte: Elaboração própria

É possível que ao arriscar analisar a escrita elaborada pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre a era política do governo de Donald Trump e de como essa produção de notícias organizou formas de representação histórica sobre esse governo, podemos cair em algumas armadilhas. Primeiro porque os discursos presentes nos jornais coexistem de uma pluralidade de representações que se refletem em processos ideológicos de grande amplitude, ultrapassando em muito a esfera do político-partidário (CAPELATO,1988). Segundo que, no meu entender, as análises servem como uma espécie de manual, meio pelo qual se dirige e regula a impressão/conhecimento a respeito de alguma questão.

Então, o desafio aqui é o de tecer observações a respeito de uma perspectiva histórica da vida social política projetada e descrita de dentro dos limites físicos de um jornal; de que são versões comprometidas; de que representam o ponto de vista dos autores da notícia e, inegavelmente, alocam uma forte carga de subjetividade. É importante ressaltar que a linha editorial da *Folha de S. Paulo* é responsável por tudo que é noticiado no jornal, pois, mesmo com uma equipe grande de jornalista e colunistas, é a gestão do jornal, por meio de sua linha editorial, que instiga as pautas, portanto, controla as edições do jornal determinando o que deve ou não ganhar visibilidade, apontando a posição institucional da empresa.

No caso do Jornal *Folha de S. Paulo*, é interessante observar, como indicado na tabela acima, o número expressivo de artigos dedicados a opinar, em seus diversos assuntos, a respeito

do governo de Donald Trump nos anos em que se desenvolveu. No que segue, apresento na tabela abaixo o número expressivo de artigos sobre a questão migração, o qual é tema principal de discussão aqui proposto.

Quadro 4 – Distribuição das edições sobre **IMIGRAÇÃO**

Ano	Meses												Total anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2017	59	51	24	13	07	11	03	06	09	11	10	10	214

Fonte: Elaboração própria

Sem opinar por uma ordem cronológica, apresento, uma das primeiras manchetes da folha sobre a política de Trump, na narrativa do jornalista da *Folha* Oliver Stuenkel, em 21 de janeiro de 2017, sobre o futuro da política externa entre os EUA agora governado por Trump e o Brasil, em sua opinião diz que:

“não seria bom, encorajar populistas e apesar do presidente eleito ter escolhido chineses, muçulmanos e mexicanos com bode expiatórios para elevar o medo e manter alto grau de polarização isso em nada beneficiaria o Brasil por medidas econômicas protecionistas além de enfraquecer a democracia no mundo. O Brasil depende de um ambiente internacional estável para prosperar, mas com as tensões geopolíticas causadas por Trump e o recuo dos EUA em ser o pilar da ordem global. Além disso, Trump estaria indisposto a contribuir para questões globais como o mais urgente sendo as mudanças climáticas. A ascensão de Trump ameaçaria minar a principal vantagem da democracia contra autocracias, sua qualidade estabilizadora, seu compromisso com os fatos, o debate transparente e a aceitação da diversidade. Porém, poderia gerar uma oportunidade ao Brasil como de estreitar laços com o México que diminuiria sua dependência dos EUA e a Ásia (*FOLHA DE S. PAULO*, 21/01/2017).

A questão anti-imigração, também expressa nas análises de Marcelo Ninio, de 31/01/2017 sob o título de reportagem “Projeto barra refugiados e cidadãos de sete países muçulmanos”, reforçam severa oposição a Donald Trump, que de fato tentou em seu governo barrar a entrada nos EUA de cidadãos de sete países muçulmanos, chegando a questão ser apreciada e discutida de forma opositora pela Suprema Corte.

A reportagem de Marcelo Ninio trata a opinião do ex-presidente Obama, ao dizer que:

O antecessor de Trump, afirmou discordar de políticas discriminatórias e que discriminam pessoas por sua religião. A justificativa da medida nacionalista e xenófoba veio através de Sean Spicer, porta-voz da Casa Branca, afirmando que o incômodo causado pelo decreto é um mal menor no esforço para garantir a segurança do país. Ele diz: “Somos o melhor país do mundo. Vir à América é um privilégio, não é um direito”. As reações foram desde juízes federais derrubando o decreto até a insurgência da ainda atual secretária de justiça Sally Q. Yates remanescente do governo democrata de Obama que ordenou o judiciário a não defender o decreto de Trump, mas seria pouco simbólico já que a mesma seria substituída pelo senador linha-dura contra a imigração Jeff Sessions (*FOLHA DE S. PAULO*, 31/01/2017).

As narrativas mostram basicamente a linha editorial da *Folha* durante toda a campanha e o governo de Trump, algo muito ligado ao progressismo liberal Democrata e seguindo a opinião da grande mídia norte-americana como bússola moral e política a ser seguida no decorrer dos anos de seu mandato, sempre reforçando que se trata de um governo xenófobo, à exemplo das políticas anti-imigração.

É bastante atraente, no entanto, observar como, nesse período, a construção dos fatos jornalísticos em torno do personagem Donald Trump estavam impregnados de fatos de interesse da própria mídia em questão – a espetacularização – para manter sua veiculação, ou seja, nem tudo era sobre apresentar a posição político ideológico do jornal, mas a visão da realidade que têm os proprietários e diretores do grupo que representam. E sendo assim, são significativos para dizer que o jornal esteve sempre defendendo posições e formando opiniões especulativas de desqualificação da política estabelecida e do político em análise, de formar a vender informações.

Outro fato que remonta aos fatos analisados sobre ‘vender a notícia’, pode ser contemplado em artigo crítico de Steven Erlanger, chamado “Política Externa via Twitter”, traduzida e veiculada no dia 06 de dezembro do ano de 2017 pela *Folha de S. Paulo*, de que as “Ameaças feitas por Trump colocavam a credibilidade dos EUA em risco. Desde o primeiro dia do ano, o presidente Donald Trump atacou vários países em posts no Twitter, incentivando manifestantes a derrubar o governo iraniano, ameaçando detonar a Coreia do Norte e pedindo reduções na assistência aos palestinos”.

Em seu tom e suas bravatas, o presidente começou o mandato destacando duas questões importantes sobre a política externa, desde que ele chegou ao poder. A primeira, é de quanto elas diferem dos modos em que os presidentes americanos se expressaram tradicionalmente ao longo do tempo, o que difere da diplomacia americana. Segundo, em quão poucos casos Trump colocou em prática o que advogou. Quase um ano depois de sua chegada à Casa Branca, o resto do mundo ainda está tentando decifrar se Trump é mais discurso do que ação, mais ‘tigre de papel que tigre de verdade’, nos moldes da fala americana.

Não podemos ignorar os tuítes presidenciais, disse Hamilton, "mas a finalidade deles não é fazer pronunciamentos diários sobre política pública americana", nessa linha de análise, entendo que Trump, queria manter uma figura narcisa em evidencia para alcançar publicidade. Trump tem plena consciência do efeito e timing de seus tuítes, disse Hamilton, quando ele lança tuítes muito cedo pela manhã "isso já dá o tom da cobertura da mídia para o resto do dia".

Com relação ao Irã, por exemplo, muitos europeus concordam com os manifestantes que protestam contra o governo islâmico, mas consideram que o apoio estridente manifestado a eles por Trump no Twitter beneficia a linha dura iraniana e prejudica os moderados.

Ainda segundo o jornalista Steven Erlanger, citando a fala de Leslie Vinjamuri da Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres, "os tuítes de Trump realmente moldam a reação de outros", disse, pois, "se antes eles eram voltados à sua base, agora os tuítes parecem ser uma maneira de Trump gritar de volta ao mundo, e ele repisa constantemente as mesmas questões. Sob alguns aspectos ele é previsível, emotivo e errático, mas não é consistente." Mas, ninguém pode ignorar o presidente dos Estados Unidos, disse Vinjamuri. "Os Estados Unidos ainda têm importância, e as pessoas estão um pouco assustadas", ela disse. "Muitos países estão tentando se proteger, estão se abstendo, mas não votando contra ele. Mas isso não basta para Trump. Ele é um homem que quer lealdade."

Obviamente que as publicações da *Folha* faziam referências a uma conjuntura política internacional conturbada por polêmicas de ações extremamente conservadoras do presidente dos EUA, no sentido de exacerbar o nacionalismo estadunidense em todas as esferas da sociedade, inclusive rompendo pactos internacionais como o Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP) e o Acordo de Paris, além de propor a construção de um muro físico separando os Estados Unidos do México, de forma a evitar a imigração ilegal.

Nesse contexto, avaliamos que a *Folha de S. Paulo* teve papel central na cobertura dos acontecimentos políticos e sociais da referida conjuntura governamental para o público brasileiro, com a finalidade principal de legitimar o próprio jornal como um poder e ator fundamental da cena pública, daquele momento.

O fato é que, observando o levantamento do número de notícias em relação a esse governo, a posição do jornal indica um posicionamento personalista, sensacionalista do próprio anuário do que propriamente partidário, como já sinalizei, apesar de, em muitos momentos, essas duas dimensões se complementarem.

A cobertura do jornal, tendenciosa ou não, baseou-se em oposições a outros campos jornalísticos e políticos, através da desqualificação da controvérsia política desenvolvida por Trump, seus principais agentes públicos e instituições representativas dos seus atos e discursos.

A pauta desqualificante ocorreu, tendo como princípio a desconfiança do político – um indivíduo antipolítico, fora da política, contra o *establishment* e aquele que é capaz de ‘drenar o pântano’–, o que levou este jornal a veicular determinadas desconfianças em períodos de escândalos, as vezes sem a precisa comprovação, impactando o compromisso com a verdade.

A prática dessa cobertura jornalística, daquele momento, fortaleceu o que se pode chamar de subcultura jornalística (TRAQUINA, 2005), o que confere aos jornalistas, com destaque para o correspondente internacional, missão investigativa e fiscalizadora do governo de Donald Trump, e desta forma, integra o “âmbito de uma subcultura jornalística existente que incorpora determinados pontos-de-vista como naturais, e que são seguidos pelos profissionais na realização das matérias”(GUAZINA, 2001, P. 23).

Para se entender essa prática, é necessário observar o histórico dos noticiários do jornal daquele período, aqui tomo como exemplo de matéria, entre muitas, a reportagem intitulada “Empresas americanas criticam decreto anti-imigração do governo Trump”, reportada pela Agência de Notícias da *Folha de S. Paulo* em 30/01/2017, onde trata sobre a insatisfação com a crítica pública ao governo por parte de empresários americanos, principalmente do setor de tecnologia como a Microsoft.

A investigação jornalista publicizou não somente a insatisfação das empresas, conhecidas como a da rede de cafés Starbucks, Howard Schultz, o grupo Goldman Sachs, a montadora Ford e a própria Apple que disse que não existiriam sem a imigração, como também, valorou sobre o tema da migração e da diversidade. Uma pauta muito especulada no referido governo, considerada antiamericana, xenofóbica com o mundo, de grande importância social e econômica e não somente de posição nacionalista.

Nesse caso, entendo que a especulação jornalista deixou de observar o fato de que existe grande apoio para a política migratória defendida por Trump entre os próprios imigrantes latinos, em especial os cubanos já estabelecidos nos EUA. Inclusive que esses cubanos votam em sua grande maioria no partido Republicano, pois têm receio da aproximação do governo norte americano, principalmente os democratas, com o socialismo, especialmente o governo Cubano. Associo também aqui a questão de os Hispânicos serem o segundo maior grupo étnico do país. Essas pessoas não são compatíveis de disputa com multinacionais que defendem a presença de imigrantes porque faturam fortunas com essa mão de obra ilegal, barata, explorável, inteligível e produtora de riqueza (GAZETA DO POVO, 2022).

Esse campo de batalha ideológico é pouco anunciado nos holofotes jornalísticos, que querem mesmo é vender notícias. Portanto, um dos aspectos mais interessantes a ser compreendido sobre esse contexto da mídia jornalística é a de que ao mesmo tempo em que manifesta seu posicionamento por autonomia no campo jornalístico, mostra sua absorção pelos valores da política. É justamente este aspecto um dos mais interessantes a ser compreendido.

É possível compreender que a imprensa ultrapassa limites e se torna tão poderosa que passa a ser, em muitos casos, a própria protagonista da política, por muitas vezes conduzindo os temas sociais e econômicos mais importantes em sua visão, em uma visão mais pragmática é como se os veículos de comunicação se tornassem em uma democracia um “quarto poder” (AMORIM, 2015) assim como o executivo, o legislativo e o judiciário.

Outra questão emblemática e contraditória foi o grande embate do presidente Trump diretamente com jornalistas que não escondiam suas fortes oposições contra seu governo e mais alinhamento ideológico com a oposição democrata. Em muitas vezes, nessa guerra mútua, ambos passavam dos limites, como no caso da suposta interferência russa na eleição norte-americana que nunca foi provada, como citada pelo escritor e jornalista Idelber Avelar em artigo da *Folha* “Fake News da interferência russa na eleição de Trump foi maior vexame da imprensa americana”.

Televisões e jornais propagaram boatos nos últimos cinco anos, sem qualquer comprovação. Propalada ao longo dos últimos anos antes e durante o governo Trump, sem quaisquer indícios de comprovação, a suposta interferência russa nas eleições americanas de 2016, que teria levado à vitória de Trump sobre Hillary Clinton, foi um golpe sem paralelo à credibilidade da grande imprensa, que a ela dedicou cobertura diária na mídia e centenas de páginas nos jornais impressos.

O caso teve como efeito disseminar o recurso a boatos com fontes anônimas e garantir vitórias políticas a Trump, que permanece forte para a próxima eleição. Não seria exagero dizer que foi o maior colapso jornalístico do século XXI. Não estamos falando de um erro factual do âncora do telejornal das ‘onze horas’ ou de três matérias mal apuradas nos jornais impressos. Mas, sim de cinco anos de cobertura diária como nas redes de televisão CNN e na MSNBC e centenas de matérias no New York Times e no Washington Post sobre algo que se provou um boato – *hoax*⁷–, um fantasma, uma história mal contados cujas incongruências se acumularam até o total desmoronamento: o Russiagate, a tão propalada "interferência russa nas eleições de 2016", fruto do "conluio de Trump com o Kremlin".

Em 12 de junho de 2016, cinco meses antes das eleições, Julian Assange anunciou que o *Wikileaks* publicaria uma bateria de e-mails referentes a Hillary Clinton. Em três dias a *Crowdstrike*, empresa de segurança cibernética contratada pelo Comitê Nacional Democrata (DNC) já afirmava que tinha evidências de que a Rússia havia hackeado os servidores do

⁷ Espécie de farsa, na linguagem americana

partido. Começava a se consolidar a narrativa de que quem se ocupasse do conteúdo da publicação do Wikileaks estaria fazendo o jogo da Rússia.

Os e-mails foram publicados em julho de 2016 e eram de evidente interesse público. Revelavam a corrupção do Comitê Nacional Democrata - DNC e a sabotagem da candidatura de Bernie Sanders nas primárias, incluindo-se a entrega das perguntas dos debates à campanha de Clinton com antecedência. Enquanto isso, a pedido da Fusion GPS, empresa também contratada pelo DNC e que se apresenta como "de inteligência estratégica", um ex-espião inglês, Christopher Steele, preparava um dossiê sobre as supostas relações de Donald Trump com a Rússia. Hoje desacreditado, esse dossiê foi a fonte da história de que em 2013, durante o concurso de Miss Universo realizado na Rússia, ao saber que uma cama de hotel havia sido usada por Barack e Michelle Obama, Trump teria contratado duas prostitutas para urinar nela enquanto ele assistia. De que Vladimir Putin estaria em poder de um vídeo desse ato e, desde então, em condições de chantagear Trump com a ameaça de sua publicação.

A história, que ficou conhecida como 'fita do xixi', foi apresentada sem evidências ou fontes nomeadas, em um dossiê contratado por uma campanha política e produzido um ex-espião – ou seja, alguém que passou a vida recebendo para mentir. Ainda assim, milhares de horas de transmissão televisiva e incontáveis matérias de jornal foram dedicadas a elucubrações sobre a fita do xixi. Dias antes da posse de Trump, a principal âncora da MSNBC, Rachel Maddow, afirmava que a presença das tropas americanas na Ucrânia (segundo ela, desejável) corria riscos graças à chantagem possibilitada pela fita do xixi. Na New York Magazine, Jonathan Chait se declarava um "peeliver", em um infame trocadilho com "pee" (xixi) + "believer" (crente).

Também, em janeiro de 2017, o BuzzFeed publicou na íntegra o dossiê de Steele. Os poucos jornalistas que examinaram o material com independência – Matt Taibbi, Aaron Maté, Caitlin Johnstone, Glenn Greenwald, Branko Marcetic e outros – coincidiam em ver ali um arrazoado sem credibilidade, mas isso não impediu que a imprensa passasse a apresentar Steele como pesquisador de credenciais impecáveis, espião com altos contatos, fonte singular sobre os mistérios do Kremlin e da "intervenção russa" nas eleições americanas.

No Partido Democrata, o Russiagate funcionava como explicação para o fato de sua mais poderosa operadora ter perdido uma eleição presidencial para um bufão de TV, ao cabo de um governo democrata extremamente bem avaliado. Em 2017, o FBI já sabia que Steele não tinha fontes de credibilidade, mas essa informação foi sonogada ao público. A origem dos boatos era um expatriado residente em Washington, de nome Igor Danchenko, que inventava

as ‘lorotas’ alegando conversas com pessoas que ele jamais viu, e que depois teriam suas vidas seriamente danificadas pelas mentiras (ou seja, a ‘fonte’ era um russo que nem sequer morava na Rússia). O dossiê de Steele consolidava uma estratégia retórica essencial do Russiagate: a fundamentação de boatos com referência a "altas e não nomeadas fontes", do Kremlin ou das agências de inteligência americanas. Um dos que se gabavam de ter contatos no Kremlin e de traficar boatos chamava-se Charles Dolan, Jr. Sua principal atividade política naquele momento consistia em ser operador da campanha de Clinton! Depois da posse de Trump, a russofobia chegou a níveis dignos da Guerra Fria.

Em maio de 2017, iniciou-se a investigação do procurador Robert Mueller no Congresso, e durante dois anos as esperanças da oposição a Trump foram depositadas nela. Enquanto isso, Trump concedia cortes de impostos obscenos a bilionários, revogava proteções ambientais, loteava o ministério entre trapaceiros representantes das formas mais predatórias de capital, estimulava o racismo e bloqueava a entrada de muçulmanos no país. Mas, o importante, para boa parte da imprensa e para a oposição democrata, era o jamais demonstrado conluio de Trump com o Kremlin.

A investigação de Mueller terminou em abril de 2019, concluindo não ter indícios de qualquer conluio para influenciar a eleição. Ao longo de 448 tediosas páginas, o relatório detalha encontros comerciais normais entre indivíduos de dois países, mas cada um desses fatos passou a ocupar horas de elucubração na TV, em uma metonímia que transformava qualquer contato entre um americano de interesse e um portador de passaporte russo em uma possível conspiração do Kremlin. Nascia um verdadeiro macarthismo, que tornou infernal a vida de qualquer cidadão que morasse nos EUA com passaporte russo.

Os então já temidos bots russos se resumiam a uma fazenda de trolls de São Petersburgo que, ao longo de três anos, investiu US\$ 100 mil, dinheiro de pinga até mesmo para uma eleição de vereador nos EUA. Desses US\$ 100 mil, apenas US\$ 46 mil foram gastos antes das eleições de 2016. Desses, uma grande parte nem sequer mencionava Trump ou Clinton. A operação era clickbait básico de internet: reunir perfis de uma determinada demografia e depois vender o acesso a eles. Esse é o único fundamento da paranoia que produziu algumas catástrofes jornalísticas, como a história de que a Rússia teria derrubado a eletricidade de Vermont, da qual o Washington Post foi obrigado a se retratar (não sem que ela fosse repetida pelo governador do estado e por um produtor sênior da MSNBC) ou o hilário programa de Rachel Maddow sobre o perigo de que os russos desligassem o aquecimento de Dakota do Norte no inverno.

Da mídia, esse teria sido o principal assunto durante os cinco anos, e agora assustando com o fato de que grande parte dos americanos não acredita nas informações corretas sobre as vacinas veiculadas na TV e nos jornais? Livros inteiros, como o de Luke Harding, "Collusion: Secret Meetings, Dirty Money, and How Russia Helped Donald Trump Win", foram escritos com base em associações livres entre encontros reais que nada significam (como um café entre um advogado americano e um russo) e uma montanha de boatos sobre o Kremlin atribuídos a fontes anônimas.

O jornalista Aaron Maté, a quem devemos um meticuloso trabalho de desmascaramento do Russiagate, submeteu Harding ao maior baile argumentativo que já vi um autor levar sobre seu próprio livro. O hoax das "armas de destruição em massa do Iraque", no qual a imprensa americana embarcou com entusiasmo, contribuiu para matar muitas pessoas na guerra subsequente, mas em dano à credibilidade do jornalismo, o Russiagate não tem paralelo. No caso das inexistentes armas de destruição em massa do Iraque, a imprensa jamais fez um balanço de suas responsabilidades.

Nesse caso, viu-se, no máximo, o sacrifício de alguns bodes expiatórios, como Judith Miller, forçada a demitir-se do *New York Times*. No Russiagate foram cinco anos de ilações não fundamentadas, mas o hoax se sustenta graças a um raciocínio que continuamente move as traves da conversa.

Não se confirmou o conluio entre Trump e o Kremlin, mas quando se demonstra isso, a resposta não costuma ser a correção da afirmativa errada, mas a afirmação de que o Kremlin deve ter influído no resultado, mesmo sem conluio com Trump. Quando se demonstra que tampouco há indícios disso, a resposta costuma ser que, se não influíram, devem ter tentado. Ao se deparar com a demonstração de que também não se encontraram indícios de tais tentativas, não é comum ouvir que "não tentaram, mas bem que gostariam de ter tentado".

Os danos causados pelo Russiagate são incalculáveis. Não se trata aqui, é claro, de uma vindicação de Trump, presidente que causou vários outros danos. Trata-se justamente de perceber que o Russiagate foi a grande fonte de vitórias políticas de Trump e uma das razões pelas quais ele permanece forte para 2024.

A cada ilação descartada, Trump reforçava seus laços com a base aos gritos de 'fake news!'. A credibilidade da imprensa sofreu um golpe sem paralelo. A política progressista dominante, que antes via as agências de inteligência com saudável suspeita, passou a tê-las como aliadas, fontes e árbitros confiáveis da segurança nacional. Disseminou-se o recurso ao tráfico de boatos com fontes anônimas. Na universidade, professores e alunos com impecáveis

credenciais de esquerda foram estigmatizados como trumpistas ao manifestar ceticismo ante o Russiagate.

Na imprensa, jornalistas em início de carreira relataram a pressão para alinhar-se com a narrativa dominante (*FOLHA DE S. PAULO*,2021). Ao cabo de cinco anos, estava consolidado o processo de realinhamento do Partido Democrata como o mais confiável para as agências FBI, CIA e NSA. Segundo pesquisa Gallup, 34% dos americanos declaram não ter nenhuma e outros 29% declaram ter não muita confiança na imprensa. A cisão segundo a preferência partidária é a maior da história: 68% dos eleitores democratas e apenas 11% dos republicanos declaram confiar na imprensa. Seriam os eleitores republicanos mais propensos a acreditar em fake news? Fica difícil defender essa tese à luz do Russiagate, uma imensa fábrica de fake news estimulada pela grande imprensa, lideranças do Partido Democrata e aparatos de inteligência do Estado’.

Portanto, é preciso saber quando você vai ler uma notícia o quanto um jornalista ou um veículo de comunicação está enviesado ao falar sobre determinado assunto, nesse caso da *Folha* bem peculiar, achei interessante reconhecerem erros como no último artigo citado e mostrando que a imprensa, sim, tem um lado e pode errar, nunca perdendo o seu papel crítico, mas com responsabilidade, é preciso entender também o quando é uma notícia e diferenciá-lo de uma opinião pessoal.

Quadro 5 – Número de edições mensal sobre o Governo Trump no ano de 2018

Ano	Meses												Total anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2018	225	167	256	204	163	200	203	164	197	234	200	211	2.424
Total de 1 ano													

Fonte: Elaboração própria

Quadro 6 – Distribuição das edições sobre IMIGRAÇÃO

Ano	Meses												Total anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2018	33	35	35	40	35	33	34	35	46	25	52	48	451

Fonte: Elaboração própria

A questão da migração no governo Trump ficou ainda mais intensa além do primeiro ano de mandato, em 2018 quando aconteceram as eleições de meio de mandato e em 2020 nas eleições presidenciais principalmente em novembro quando ocorreu a eleição presidencial

mostrando que esse assunto além de trazer um interesse mundial principalmente para nós da América Latina, também é um tema central para os norte-americanos.

Muito falado durante a campanha e ao longo do mandato do ex-presidente americano Donald Trump, a questão da migração foi com certeza o ponto mais importante e polêmico de seu governo.

O endurecimento das políticas de migração foi uma promessa de campanha com base na ideologia de resgatar ‘o sonho americano’. Trump, lançou duras críticas aos imigrantes mexicanos assegurando que construir um grande muro na fronteira sul seria o acerto de contas do que o México devia por décadas aos EUA. Polemizou ao dizer que o México não era amigo de sua nação, pois enviava sua gente de forma precária, trazendo problemas sociais como o narcotráfico e o aumento da violência por crimes hediondos. Depois, apresenta a questão econômica, na alegação de que os migrantes se estabelecem por mão de obra em contraposição aos cidadãos americanos.

Essas declarações acarretaram ao longo do governo de Donald Trump uma inundação de críticas de ativistas da comunidade hispânica, defensores como Alexandria Ocasio-Cortez uma congressista hispânica e forte nome opositorista contra as políticas de Trump. É importante citar que apesar de os EUA serem um país de dimensões continentais, a tão citada questão da migração ilegal está restritamente ligada à fronteira sul com o México, considerando que esse país é o único que faz fronteira terrestre com a América Latina e, é de fato uma porta de entrada facilitadora para a migração ilegal.



Fonte: Imagem de Carlos Garcia Rawlins – 29 de outubro de 2018/Reuters

Nesse sentido, a questão migratória ganhou visibilidade na mídia, abrindo um viés de discussão sobre ser legal ou não o impedimento dos migrantes mexicanos nos EUA. A mídia criou um discurso de que é unânime entre o eleitorado latino a identificação e luta pelo direito de migrar. Contudo, essa não é uma realidade factual, melhor dizendo, existe uma política nessa

sociedade que rechaça a ideia de fronteiras abertas, pelo de fato de que os migrantes estabelecidos e legalizados se veem como integrantes da sociedade norte-americana e assim tem o sentimento de perder o espaço já conquistado, se sentem ameaçados na sua estabilidade social em relação aos que vem de fora de forma ilegal. Uma das associações famosas são os evangélicos latinos e cubanos da Flórida, tradicionalmente conservadores e eleitores do Partido Republicano.

Ao analisarmos o fenômeno de latinos, principalmente cubanos, amplamente a favor dessa política de restrição da imigração e dando ampla votação para o partido republicano, também temos que dizer que é totalmente falso que o ‘voto latino’ que representa até 32 milhões de pessoas nos EUA é uniforme e garantido aos democratas, obviamente são pessoas que tem suas opiniões pessoais próprias e de forma alguma pensam igual, ou seja, basta ter como exemplos dois nomes fortes republicanos de origem hispânica que são Ted Cruz e Marco Rubio que disputaram as primárias de 2016 e só chegaram atrás de Trump respectivamente em segundo e terceiro, mas, mostrando força para as próximas disputas por serem jovens e possíveis herdeiros do “trumpismo”. Enfim, é algo que precisa ser esclarecido, no que notamos na *Folha de S. Paulo*, por um viés progressista, repetir amplamente a cobertura da CNN e do *The New York Times*, por exemplo.

São grandes potências da mídia norte-americana e com imenso apelo entre os democratas, nessa questão ficou algo faltando o outro lado da história, não eram apenas supremacistas brancos que sustentaram Trump no poder, eles sozinhos nem teriam toda essa força, conforme mostra a opinião do Editorial *Folha*, de 04/11/2020, assinado por Maria Hermínia Tavares,

A sombra do populismo

Ganhando ou perdendo eleições, o populismo está aí para ficar.

Se confirmada, a derrota de Donald Trump fará bem à democracia nos Estados Unidos e no mundo. Atestará que a corrosão das instituições representativas não é a única sina dos países que se entregaram a líderes populistas. Tendo ascendido pelo voto livre, podem ser por ele dispensados antes de consumir os seus projetos autoritários.

Mas o provável resultado das eleições americanas não garante a transferência suave do governo para os democratas. E ainda que ocorra no final das contas, enfraquecerá, mas não erradicará, lideranças que, naquele país ou em qualquer outro, e não apenas nos dias que correm, se afirmam representantes do "povo verdadeiro" —o volk, no jargão nazista— em contraposição a elites cosmopolitas, surdas aos anseios das pessoas comuns. Em seu nome, os populistas agem para solapar as regras que limitam o poder dos governantes e garantem os direitos de todos, inclusive das minorias.

A Itália oferece um exemplo da força e resiliência do fenômeno. Desde que o sistema de partidos do segundo pós-Guerra, ancorado na Democracia Cristã, veio abaixo nos anos 1990, políticos populistas, ora no governo, ora na oposição, tornaram-se participantes destacados da vida política do país. Casos de Silvio Berlusconi, Giuseppe Conte, Matteo Salvini, Beppe Grillo, à frente de diferentes partidos —Força Itália, Liga Norte, Liga, Movimento 5 Estrelas— com significativa projeção eleitoral (JORNAL FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Numa reflexão mais ampla, a da *Folha* afirmou que ganhando ou perdendo o populismo estaria aí para ficar. Se confirmada, a derrota de Donald Trump o jornal entende que fará bem à democracia nos Estados Unidos e no mundo. Atestará que a corrosão das instituições representativas não é a única sina dos países que se entregaram a líderes populistas. Tendo ascendido pelo voto livre, podem ser por ele dispensados antes de consumir os seus projetos autoritários.

Mas o provável resultado das eleições americanas não garante a transferência suave do governo para os democratas. E ainda que ocorra no final das contas, enfraquecerá, mas não erradicará, lideranças que, naquele país ou em qualquer outro, e não apenas nos dias que correm, se afirmam representantes do ‘povo verdadeiro’, o *volk*, no jargão nazista— em contraposição a elites cosmopolitas, surdas aos anseios das pessoas comuns. Em seu nome, os populistas agem para solapar as regras que limitam o poder dos governantes e garantem os direitos de todos, inclusive das minorias.

O fato é que, já há algumas décadas, a desconfiança dos cidadãos em face de partidos, parlamentos e governos só faz crescer em todo o mundo democrático. No Brasil, a propósito, é assustadoramente elevada. Cidadãos insatisfeitos e desconfiados são mais sensíveis a políticos, tanto faz se de direita ou de esquerda, para os quais a vitória eleitoral é só o que conta, não passando de um estorvo os mecanismos de controle do poder típicos do sistema representativo. O populismo ignora as instituições democráticas, isso eleva a aceitação popular no sentido de que existe um discurso de fácil compreensão, de resolver problemas crônicos de forma simples sem apresentar projetos exitosos de estado, ignorando o decoro, as leis, entre outros. Ganhando ou perdendo eleições, o populismo está aí para ficar, mas fará toda a diferença para a democracia sempre que for batido nas urnas.

O combate a migração é uma clara posição populista evidenciada por Trump, no sentido de expor que migrantes ilegais não são bem vindos pois roubam os empregos, aumentam os problemas sociais e geram competitividade no mercado econômico. Vemos que na prática, a política de combate a migração, não gerou resultados esperados, ficando somente na retórica, por exemplo, Trump nunca concluiu o muro na fronteira Sul com México, conforme prometido em campanha. A política de combate migratória acabou gerando crises humanitárias, conforme indica a análise da *Folha de S. Paulo*, reportagem de João Perassolo, em 27/02/2020.

Após 1 ano, programa de Trump contra imigração derruba números e explode em críticas.

Milhares esperam pela justiça de imigração dos EUA em território mexicano

Depois de passar um mês percorrendo por terra o trajeto do sul do Brasil, onde morava, até o México o cubano Julián Rafael Basulto esperava realizar o sonho de entrar nos EUA para pedir refúgio, como seu irmão fez três anos antes. Mas teve que voltar.

Diferentemente do irmão, ele precisou aguardar o julgamento de seu pedido pela Justiça americana do outro lado da fronteira, na cidade mexicana de Matamoros, separada por uma ponte de Brownsville, no Texas. Há dez meses, ele aguarda a última audiência sobre seu caso, prevista para maio.

Julian foi um dos primeiros imigrantes a serem enquadrados no programa Permanença no México (MPP, na sigla em inglês), medida pela qual imigrantes sem documentos —exceto mexicanos— que chegam aos EUA por terra, vindos do México, são mandados de volta para o outro lado da divisa enquanto esperam a tramitação de seus pedidos de asilo na Justiça americana.

Lançado oficialmente em 25 de janeiro de 2019, o programa é mais uma iniciativa da administração Donald Trump para conter o imenso fluxo migratório irregular na fronteira entre os dois países. No ano fiscal de 2019 (outubro de 2018 a setembro do ano passado), 977 mil imigrantes foram detidos, um dos maiores números da história —embora não maior que o recorde histórico, de 1,6 milhão em 2000.

No primeiro aniversário do MPP, há visões distintas sobre o desempenho do programa. Ele é avaliado como um sucesso pelos países signatários, México e EUA, mas recebe críticas de advogados de imigração por expor os imigrantes a situações de violência.

A diminuição expressiva do número de pessoas apreendidas na fronteira sul dos EUA demonstra a eficácia do MPP que significa em livre tradução o (protocolo de proteção ao migrante), dizem os americanos. Em maio do ano passado, 144.116 imigrantes foram detidos. Em janeiro deste ano, a cifra caiu 75%, para 36.679 apreensões. “Para os imigrantes, nossa mensagem é clara: não faça [a travessia para os EUA]. Mantenha a esperança nos seus líderes locais”, afirmou no início deste mês o comissário do Serviço de Alfândega e Proteção das Fronteiras americanas (CBP, em inglês), Mark Morgan. A maior parte dos apreendidos é formada por centro-americanos que fogem da violência em seus países de origem.

Em seguida, foi a vez de o chanceler mexicano comemorar. Segundo Marcelo Ebrard, caiu de 50 mil para 2.500 o número de imigrantes no México que estão no MPP, sem especificar o período em que a queda foi registrada nem o que aconteceu com quem desistiu de aguardar.

O MPP está alterando uma política de décadas conhecida como "cai-cai", pela qual imigrantes sem documentos eram fichados e então liberados para aguardarem a primeira sessão do pedido de asilo na corte de imigração em solo americano.

Trump enfatizou que, pelo método antigo, boa parte dos irregulares no país não comparecia às audiências e sumia do controle das autoridades migratórias, mudando de endereço diversas vezes. A ideia do MPP é acabar com essa prática.

Alguns brasileiros que tentaram entrar recentemente no país relataram à reportagem que lhes foram oferecidas as opções de repatriação imediata ou retorno ao México. Outros disseram que não tinham alternativa e eram enviados ao outro lado da fronteira de maneira compulsória.

Em El Paso, no estado do Texas, onde a maior parte dos brasileiros que tenta cruzar a fronteira irregularmente fica presa antes de ser deportada, o tratamento dispensado aos imigrantes busca dissuadir novas tentativas.

“A impressão é que eles fazem tudo para a gente se sentir humilhado e não querer mais voltar. E conseguiram. Foram os piores dias da minha vida”, contou à agência Reuters a professora Grazielle Soares, 35, uma das brasileiras repatriadas em um voo que chegou a Belo Horizonte no início de fevereiro. Ela conta ter ficado detida por cerca de 20 dias até ser deportada. Nesse período, não tinha informação e só pode tomar banho duas ou três vezes. Teve que jogar fora todos os seus pertences, com exceção dos documentos.

Há cerca de 50 brasileiros no MPP aguardando uma decisão em Cidade Juárez, do outro lado da fronteira com El Paso. O Brasil passou a ser enquadrado no programa há menos de um mês, após o número de nacionais detidos na divisa com o México aumentar mais de dez vezes em um ano: foram 18 mil casos em 2019, o recorde desde 2007.

Além disso, ao menos quatro voos fretados pelo governo americano com brasileiros repatriados chegaram ao país desde outubro do ano passado.

A decisão de quem é colocado ou não no programa é tomada pelos agentes americanos de fronteira, que escolhem se um imigrante pode aguardar o asilo dentro do país.

Cidadãos de El Salvador, Honduras e Guatemala —que compõem 71% do contingente de imigrantes sem documentação— são os mais afetados, mas imigrantes de outros países, como Venezuela, Cuba, Peru e Equador, também tiveram de voltar.

O desempenho do MPP, contudo, é contestado por advogados de imigração.

“A principal razão pela qual sou contra o MPP é o perigo horrível no qual o programa coloca os imigrantes”, diz Taylor Levy, advogada de El Paso que defende imigrantes centro-americanos há mais de dez anos.

“Quando eles voltam para o México, viram alvos de roubos, sequestros e violência sexual, às vezes apenas minutos após serem retornados.” Há relatos de situações em que criminosos roubaram celulares das vítimas e enviaram fotos delas aos parentes que moram nos EUA ou em seus países de origem, pedindo dinheiro em troca da libertação.

O valor do resgate varia entre US\$ 2 mil (R\$ 8,6 mil) e US\$ 5 mil (R\$ 21,5 mil), conforme recente da ONG Médicos Sem Fronteiras que criticou duramente o programa.

Os brasileiros, mais novos integrantes do MPP, são especialmente vulneráveis, diz a advogada, por não falarem espanhol e porque são vistos como de maior poder aquisitivo do que os centro-americanos: eles se vestem com roupas melhores e alguns têm iPhone.

Levy afirma ainda que, por medo da violência, algumas pessoas não deixam os locais onde se hospedam em Ciudad Juárez para cruzar a ponte até El Paso e comparecer à audiência de imigração. Quem falta à corte tem ordem de deportação decretada e não pode seguir o processo.

Outro risco a que os imigrantes estão expostos são os crimes com arma de fogo. O México teve no ano passado o recorde de 35 mil pessoas assassinadas, informou a Secretaria de Segurança pública no final de janeiro, mesma época em que o MPP completou um ano.

Este é o maior índice desde 1997, quando o levantamento começou a ser feito.

Ciudad Juárez e Tijuana, na fronteira com os EUA, e outras três cidades —Cancún, Acapulco e Culiacán— concentraram um quarto de todos os homicídios em 2018 no país.

Enquanto esperam pelo processo de asilo, que leva cerca de um ano, os imigrantes se hospedam em hotéis simples, dividem apartamentos com outras pessoas na mesma situação ou vivem em acampamentos, com custos bancados por eles.

Neste momento, muitos desistem de aguardar e retornam aos seus países de origem.

Outra opção de alojamento, mesmo que temporária, são os abrigos. Há 17 deles em Ciudad Juárez, somando cerca de 1.500 leitos, dos quais a maioria está ocupado.

Um desses estabelecimentos é mantido pelo governo do México, quatro são financiados com fundos da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o restante é de responsabilidade de igrejas.

Próximo à ponte que separa Matamoros de Brownsville, a advogada especializada em imigração Clarissa Kalil relata ter visto centenas de hondurenhos e cubanos morando em barracas improvisadas, em um acampamento às margens do Rio Grande, sem acesso a chuveiro e tendo que usar banheiros públicos.

“Havia uma série de pias onde eles tomavam banho”, diz. Há cerca de 2.000 irregulares nesse ponto da fronteira.

Para David Lindstrom, diretor do centro de estudos latino-americanos da Brown University, o contingente de pessoas no MPP pressiona os municípios da divisa do México.

“Não há uma infraestrutura adequada nas cidades da fronteira norte para suprir as necessidades básicas dos milhares de migrantes que estão ‘presos’ lá. Muitos [moradores] locais não os querem, e algumas das caravanas migratórias foram recebidas com protestos, embora o número de manifestantes não fosse grande.”

O pesquisador acrescenta que o MPP não traz nenhuma vantagem ao governo mexicano nem foi pensado para isso. O país colaborou na implantação de medidas

anti-imigratórias por medo de retaliações econômicas, pois 80% das exportações do México vão para os EUA.

Com a economia forte, o presidente Andrés Manuel López Obrador teria mais margem para impor sua agenda de políticas internas, explica Lindstrom.

Para completar o quadro, são poucos os advogados dispostos a defender pedidos de asilo, de tal forma que menos de 5% dos que aguardam no México têm acesso a um profissional, informou a agência que supervisiona as cortes de imigração dos EUA.

Levy afirma que não conhece nenhum advogado na região de El Paso que fale português, o que coloca um desafio extra aos brasileiros.

Há ainda o fator logístico, já que muitos advogados não querem ir para o México por temerem uma emboscada ou um tiroteio. “A maior questão é que esses casos são muito difíceis psicologicamente, porque você fica preocupado com o seu cliente o tempo todo, se ele vai ou não ser sequestrado”, acrescenta a advogada de El Paso.

O MPP é apenas o mais recente entre tantos programas destinados a conter a imigração irregular, promessa de campanha de Trump, cujo primeiro passo foi a construção do muro na fronteira dos dois países. Desde que o republicano assumiu, entregou 177 km dos 800 km prometidos da barreira.

Há também uma iniciativa que visa barrar cidadãos mexicanos (HARP) e outra que determina que o requerimento de asilo deve ser feito em um país no qual o imigrante tenha passado antes de chegar aos EUA.

Mas, apesar dos índices e relatos de violência sofridos por quem espera, o chanceler mexicano afirmou há poucos dias que os imigrantes estão “seguros” no país, um dia depois de os EUA dizerem que o MPP não será alterado no curto prazo.

O programa não é uma barreira física, mas “é como se fosse um tijolinho do muro do Trump”, conclui Kalil (*JORNAL FOLHA DE S. PAULO*)

Talvez o fato mais marcante da política migratória de Donald Trump foram as crianças imigrantes separadas à força de suas famílias que chegaram a ficar perdidas de seus pais, inclusive com instituições de direitos humanos tendo que intervir como no caso da ACLU (advogados da União Americana das Liberdades Civis), que denunciaram a um tribunal da Califórnia que a política de tolerância zero adotada pelo Governo de Donald Trump para a imigração gerou a terrível situação destas crianças, que estão sozinhas em um país estrangeiro e sem seus pais. A maioria desses adultos já foi deportada, principalmente para países da América Central.

Entre 2017 e 2018, a Administração norte-americana endureceu as medidas para deter a imigração irregular para o país norte-americano. O programa de tolerância zero permitia a detenção dos imigrantes para serem penalmente processados. Alguns deles haviam participado das caravanas de migrantes que partiram da América Central e atravessaram o México até alcançar a fronteira com os Estados Unidos. Ao serem detidos pela patrulha fronteiriça ou por agentes de imigração, eram enviados a instalações penitenciárias, enquanto os menores eram transferidos a centros de detenção ou acolhidos por famílias norte-americanas.



Fonte: Paul Ratie - 20 de março de 2019/AFP e John Moore/Getty Imagens/AFP

Em 2018, após conhecer as condições dessas crianças nos centros de triagem, Trump assinou uma ordem executiva para interromper a separação das famílias. Entretanto, o processo para reunir os menores com seus pais se mostrou complicado, porque os agentes de imigração não haviam reunido informações suficientes para localizar esses indivíduos agora. Várias ONGs se lançaram a essa árdua tarefa e nos dois últimos anos conseguiram reunir 485 famílias com seus filhos, vejamos o que disse Lee Gelernt, subdiretor do projeto para os direitos dos imigrantes da ACLU,

As pessoas se perguntam quando encontraremos todas estas famílias e, infelizmente, não posso dar uma resposta. Simplesmente não sei. Mas não deixaremos de procurar até encontrarmos cada uma das famílias, não importa quanto tempo leve. A trágica realidade é que centenas de pais foram deportados para a América Central sem seus filhos, que permanecem aqui com famílias de acolhida ou parentes distantes (TV NBC, 2018).

A organização estima que dois terços dos pais já foram deportados para países como Honduras, El Salvador, Guatemala e México. Do total de menores ainda sem suas famílias, 283 não contam com informação alguma que possa ajudar os advogados a encontrarem seus pais, considerando que pelo menos 60 deles foram separados quando tinham menos de cinco anos de idade e recordam poucos detalhes sobre seus lugares de origem e sua família.

A ação do Governo Trump contra os imigrantes começou em junho 2017, com um programa-piloto em El Paso (Texas). Entre aquela data e junho de 2018, pelo menos 2.800 crianças foram separadas de suas famílias. O tema entrou na campanha eleitoral, e o candidato democrata Joe Biden, manifestou nesta quarta-feira sua indignação após conhecer detalhes sobre o destino dos menores sob o Governo Trump. “Esta Administração arrancou bebês dos braços de suas mães, e depois parece que esses pais em muitos casos foram deportados sem seus filhos e não foram encontrados. É um ultraje, uma falha moral e uma mancha no caráter do nosso país”, afirmou Biden em nota.

Apesar das críticas democratas a prática de separação das crianças e até o uso de jaulas para seres humanos foi recorrente no governo Obama e continuou com o próprio Biden mostrando que essa política mais parece um problema crônico da política norte-americana do

que algo pontual como foi feito e bastante divulgado no governo republicano de Trump e com ampla cobertura da própria *Folha de S. Paulo*.

Quadro 7 – Número de edições mensal sobre o Governo Trump no ano de 2019

Ano	Meses												Total anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2019	176	140	177	127	124	165	184	223	180	177	129	173	1.975
Total de 1 ano													

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8 – Distribuição das edições sobre IMIGRAÇÃO

Ano	Meses												Total anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2019	29	18	17	33	22	28	35	29	19	43	20	18	291

Fonte: Elaboração própria

Percebemos que a tabela de 2019 mostra uma acentuada queda na proporção de matérias da *Folha* sobre a migração, pelo simples fato de que no ano de 2019 não teve eleição e pelos diversos vetos da justiça americana que consideravam os programas anti-imigração de Trump ilegais e inconstitucionais como podemos verificar na notícia do dia 24 de julho daquele ano,

“Justiça dos EUA derruba restrição a pedidos de asilo adotada por Trump”

Um tribunal federal da Califórnia bloqueou nesta quarta-feira (24) o novo decreto do governo do presidente Donald Trump que buscava restringir as condições para pedidos de asilo nos Estados Unidos. De acordo com a regra, só eram aceitas solicitações de asilo de pessoas que haviam feito pedido similar em um terceiro país por onde passaram no caminho até os EUA e tido essa proteção negada.

O juiz Jon Tigar, de San Francisco, ordenou ao governo a suspensão da nova regulamentação, que entrou em vigor no dia 16 de julho e tornava a maioria dos imigrantes que chegam através do México inelegíveis para solicitar asilo.

"Sob nossas leis, a capacidade de determinar que grupo de solicitantes pode ser excluído da elegibilidade de asilo recai sobre o Congresso", decidiu o juiz Tigar, que determinou o retorno à norma anterior.

A regulamentação autorizava que os Estados Unidos processassem apenas pedidos de estrangeiros que provassem ter pedido asilo em pelo menos um outro país e tido tal solicitação negada em última instância.

Também estavam aptos a requisitar asilo os migrantes que se enquadrassem na definição de "vítimas de uma forma grave de tráfico de pessoas", ou que tivessem chegado por países que não integram a Convenção de Refugiados de 1951 ou o Protocolo de 1965.

Mais cedo, juiz Timothy J. Kelly, do Distrito de Columbia, havia mantido as regras de Trump ao rejeitar um recurso apresentado por associações de direitos humanos para bloquear temporariamente o decreto. (EDITORIAL FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Como aponta a reportagem, a corte rejeitou adequadamente a tentativa feita por uns poucos grupos com o intuito especial de bloquear uma norma que desencorajava o abuso do sistema de asilo, segundo a Casa Branca. Jonathan Dryan, diretor-executivo da associação Raizes, uma das que apresentou recurso ao tribunal do Distrito de Columbia, afirmou que muitas pessoas que chegam pela fronteira com o México têm demandas de asilo legítimas. Como noticiado na fala de Dryan no Twitter (2019), havia intensa preocupação com a nova regulamentação estabelecida, pois os imigrantes que vinham de lugares extremamente perigosos teriam menos opções de se proteger e suas famílias. A política anti-imigração de Trump foi uma das suas principais plataformas de campanha. Com pretensão de reeleição no ano que 2020, o presidente, que perdeu a eleição, queria mostrar aos seus partidários que estava cumprindo as promessas para reprimir a imigração ilegal, agradando seu eleitorado

Também, como aponta a citação da notícia acima, em junho de 2019, cento e quatro mil pessoas foram detidas ao cruzar a fronteira de forma irregular, um aumento de cento e quarenta e dois por cento em relação ao ano de 2018. A maioria eram famílias de Guatemala, Honduras e El Salvador, mas também haviam muitos imigrantes vindos do Haiti e de países africanos, a imagem abaixo traz essa realidade e levantou uma grande comoção no que diz respeito a situação das crianças refugiadas nesse então jogo político.



Fonte: Imagem de Carlos Garcia Rawlins – 29 de outubro de 2018/Reuters

O governo Trump enviou centenas de soldados para deter essas caravanas de migrantes que gerou uma grande crise, a operação nomeada de “Patriota fiel” nas fronteiras com o objetivo de deter essas caravanas que atravessam o México e tentavam chegar aos Estados Unidos, a

Folha noticiou que o então americano, Donald Trump, tinha manifestado fortes críticas e feito ameaças aos integrantes da marcha. Donald Trump, no mesmo período de 29 de outubro do ano de 2018, escreveu em uma rede social que “Àqueles na Caravana, deem a volta, nós não vamos deixar pessoas entrarem nos EUA ilegalmente. Voltem a seu país e, se vocês quiserem, peçam cidadania como milhões de outros estão fazendo!”. Ele também repetiu que havia ‘criminosos’ infiltrados nessas caravanas e pessoas do oriente médio, ameaçou cortar a ajuda para à América Central e fechar a fronteira com o México. ele também avalia proibir imigração e refúgio para centro-americanos, a exemplo do que foi feito no ano passado com países de maioria islâmica.

Não foi a primeira vez que Trump ameaçou usar forças militares para impedir a entrada de imigrantes nos EUA. Em abril de 2019, quando outra caravana de migrantes atravessava o México em direção ao país, o republicano defendeu que tropas americanas detivessem o fluxo, sugerindo que fizessem o que autoridades migratórias não conseguiam. Mas, após discutir o tema com o então secretário de Defesa, Jim Mattis, e outras autoridades, solicitou apenas que guardas nacionais fossem mobilizados para atuar em funções de apoio.

Desta forma, o ano de 2019 foi ocupado de intensa divergências políticas e de cerceamento ao quesito migração, Trump tentou intensificar para seu eleitorado na pretensa reeleição de 2020 os mesmos ‘votos’ que fez na eleição anterior, o que seria propenso aos seus eleitores, mas não aos seus adversários e ao mundo que estava de olhos virados para a questão que centralizava o problema das crianças imigrantes.

O governo Trump separou milhares de famílias imigrantes sob uma política geral de ‘tolerância zero’ que exigia a acusação criminal de todos os atravessadores de fronteira não autorizados, desencorajando a imigração sem documentos. A ordem era de que se o adulto fosse pego atravessando a fronteira sem um visto, ele seria levado a um centro federal de detenção de imigrantes até que se apresente ao juiz e seu caso seja avaliado.

As detenções eram por tempo incerto e assim, como as crianças não podiam ser mantidas nessas instalações com adultos, elas eram separadas dos pais e levadas a abrigos, enquanto o processo corria na Justiça. Desde que a política de tolerância zero entrou em vigor, o número de pessoas detidas na fronteira e as deportações em massa aumentaram. Em apenas três meses, quase duas mil crianças foram retiradas de seus pais ou tutores, incluindo crianças pequenas e bebês.

A separação de pais e filhos causou indignação internacional e gerou uma enxurrada de críticas. Imagens recentes de crianças trancadas em uma espécie de jaula chocaram o mundo. As crianças foram retiradas à força de pais imigrantes e refugiados que tentaram entrar

ilegalmente no país. Existem ainda menores de idade que cruzaram a fronteira sozinhas, sem um responsável. Críticos compararam as instalações para menores de idade como semelhantes a uma prisão.

O governo mexicano declarou que a separação de famílias viola os direitos humanos, enquanto que a ONU, classificou o cenário como uma verdadeira crise humanitária, se referiu a essa medida como desumana e inadmissível, que viola os direitos da criança. No processo migratório, no caminho para os EUA, as crianças estão em posição de vulnerabilidade e correm risco de sequestro, tráfico, estupro e até mesmo de morte.

Estas sequências de acontecimentos, mediado por um posicionamento político de Trump, e, muitas vezes, autoritários e confusos se desenrolou aos olhos do mundo por meio de reportagens, manchetes, comentários, e entrevistas exclusivas por exemplo, com o próprio presidente dos EUA, aliados e desafetos públicos.

Mediante a intensa cobertura da mídia, houve grande mobilização popular nas ruas, por parte das organizações sociais, setores organizados da sociedade e grandes centros mundial incluindo os setores financeiros, na unificação contra o discurso do governo Trump. Neste período, a necessidade de um debate amplo a respeito do papel da mídia foi incentivada pelo presidente da República e por apoiadores de governo, além de dirigentes governamentais de Trump, alguns inclusive envolvidos nas denúncias, em discursos e declarações críticas à imprensa e acusações de que as ‘crise’ eram, na verdade, fruto da cobertura jornalística, e a mídia, portanto, era ‘falsa’ ou ‘golpista’.

Na edição do dia 03/11/2018, por exemplo, o Jornal F. de São Paulo destacou o discurso crítico do presidente à imprensa sobre o título “Os ataques de Trump à imprensa estão funcionando” e destacou: “As críticas quase diárias do presidente parecem produzir o efeito desejado por ele”, destacando a seguinte manchete:

Às 13h14 de sexta-feira (26), o presidente dos EUA, Donald Trump, estava acordado e tuitando.

“Engraçado como a mal vista CNN e outras podem me criticar à vontade, até me culpando pela atual series de bombas e comparando-as ridiculamente ao 11 de setembro e ao bombardeio de Oklahoma City”, escreveu ele, “mas quando eu as critico elas enlouquecem e gritam: ‘Isso não é presidencial!’”

Ele digitou essa enquanto as autoridades federais investigavam as 12 bombas caseiras enviadas ao bilionário George Soros, a políticos democratas, ao ator Robert De Niro e à CNN. Hora depois o tuíte de Trump era noticia nacional JIM RUTENBERG, *FOLHA DE S. PAULO*, EM 03/11/2018)

Destacamos aqui um dos principais fatos explorado pelo jornal afim de contextualizar a cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre os ataques de Trump contra jornalistas. A questão posta, identifica os enquadramentos dominantes, as ideias que organizam o jornalismo, o face a face

é expresso pelos jornalistas que estiveram envolvidos na cobertura do governo Trump, por vezes retrucando suas ofensas e posicionamentos e as vezes justificando sua política.

Entendemos que essas matérias relativas a ataques de jornalistas costumam ser mais longas do que normalmente são as matérias da *Folha*, por exemplo, sobre fatos de abusos no processo migratório, objeto de meu interesse.

Quadro 9 – Número de edições mensal sobre o Governo Trump no ano de 2020

Ano	Meses												Total anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2020	206	136	241	182	179	193	194	189	198	286	411	184	2.599
Total de 1 ano													

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 10 – Distribuição das edições sobre IMIGRAÇÃO

Ano	Meses												Total anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2020	30	17	14	26	22	21	35	22	31	32	60	20	330

Fonte: Elaboração própria

Podemos perceber que o quadro de 2020 tem um pico de assuntos no mês de novembro, quando justamente ocorreu a eleição em que Joe Biden foi eleito e por ser considerado um político mais moderado foi escolhido pelos democratas por não ter assim uma política muito liberal pela migração, tanto que seu governo atualmente adota medidas que também coíbem a entrada de estrangeiros ilegais nos EUA, mas com uma retórica menos virulenta do que Trump.

Em 27 de janeiro de 2020 a *Folha* traz a informação de Ricardo Della Coletta, de que o Governo Trump cobrou 'postura mais agressiva' do Brasil contra a imigração irregular aos EUA, destaca que o Departamento de Segurança Interno americano cobrou o então governo Bolsonaro por ações mais duras para diminuir o número de imigrantes ilegais, com origem no Brasil, que tentaram entrar nos EUA. Em uma conferência telefônica com jornalistas, Ken Cuccinelli, número dois do DHS (Departamento de Segurança Interna), afirmou que Washington gostaria que o Brasil adotasse uma postura "mais agressiva" nessa questão, considerando que "há um grande número de ilegais [do Brasil] vindo aos Estados Unidos e é preciso encarar isso. E [as autoridades brasileiras] precisam começar a lidar com a situação de forma mais agressiva do que no passado", disse Cuccinelli (EDITORIAL *FOLHA DE S. PAULO*, 2020).



Fonte: Paul Ratie - 20 de março de 2019/AFP que mostra um grupo de cerca de 30 brasileiros detidos após atravessarem a fronteira entre o México e os EUA, no estado do Novo México.

A reportagem destaca que o então governo norte-americano cobrou uma postura mais incisiva do governo brasileiro por ser um aliado ideológico, segundo matéria da própria *Folha* no ano de 2019 a quantidade de brasileiros apreendidos ao tentar atravessar de forma irregular a fronteira com os Estados Unidos bateu recorde.

O índice em 2019 representou um aumento de 600% em relação ao pico, registrado em 2016, de 3.252 brasileiros barrados. Cuccinelli (número 2 do Departamento de Segurança Interno dos EUA), deixou claro as ações da política de migração americana naquela gestão em deixar claro para as pessoas da América Latina o que inclui o Brasil que tentar entrar ilegalmente no território norte-americano seria uma viagem perdida, ele também destacou que o então governo brasileiro em 2019 adotou medidas para desencorajar a imigração irregular.

Cuccinelli, citou como exemplo a expedição de documentos que facilitam os processos de deportação. A administração Bolsonaro retomou uma prática iniciada no governo Michel Temer de conceder atestados de nacionalidade a imigrantes em processo de devolução que não dispõem de um documento de viagem válido. Como no Brasil existe uma regra que só permite a emissão de identificação de viagem com pedido expresso do interessado, muitos brasileiros nos EUA preferiam não solicitar o documento, na esperança de que o movimento atrasasse a deportação, os consulados brasileiros passaram então a expedir os atestados mesmo sem a solicitação do interessado. O subsecretário Cuccinelli, afirmou ainda que, diante do aumento do número de brasileiros apreendidos na fronteira, o governo Trump está avaliando medidas adicionais além das deportações.

Ele citou, por exemplo, que Washington atualmente mantém conversas com o governo mexicano sobre o MPP (Protocolo de Proteção de Migrantes), programa pelo qual imigrantes detidos tentando entrar de forma ilegal nos EUA pelo território mexicano são enviados de volta ao país latino-americano, eles então esperam no México a análise das suas solicitações de asilo pelas autoridades americanas e só são autorizados a entrar nos EUA caso recebam luz verde de uma corte de imigração, ao comentar sobre as conversas com o México sobre o Migrant Protection Protocols -MPP, Cuccinelli indicou que brasileiros podem passar a receber o mesmo tratamento e também preocupam os americanos, segundo Cuccinelli, casos de cidadãos de outros continentes que têm usado o Brasil como um ponto de partida para tentar entrar de forma irregular nos EU, vejamos o que diz a reportagem:

O Brasil tem sido uma espécie de conduíte para pessoas de fora do hemisfério ocidental que vêm aos Estados Unidos", declarou.

"Nós esperamos ver um policiamento melhor e mais segurança, na forma como falamos sobre medidas de segurança de nações da América Central", complementou, citando políticas de controle migratório tomadas por países como El Salvador, Guatemala e Honduras, além do próprio México.

"Eles estão policiando as suas próprias fronteiras, estão buscando e protegendo melhor a sua soberania. Nós gostaríamos de ver o Brasil fazendo mais isso. Além de acelerar o retorno dos seus nacionais que estão vindo ilegalmente para o nosso país. É uma parte importante de ser um bom aliado." Disse Ken Cuccinelli do Departamento de Segurança Interno (*FOLHA DE S. PAULO*- RICARDO DELLA COLETTA, 27/01/2020)

Em outra frente para lidar com o crescimento do fluxo de imigrantes aos EUA, o governo Trump solicitou formalmente a Brasília a autorização para fretar mais voos para deportar brasileiros que tentam entrar pela fronteira sem autorização. Foram realizados dois voos desse tipo desde outubro de 2019 e na entrevista telefônica, Cuccinelli afirmou que os EUA gostariam que o Brasil se responsabilizasse por esses voos na ocasião o aluguel de aeronaves para essa finalidade era pago pelo governo americano.

Assim, seja o combate a brasileiros ou outras nacionalidades, é certo que no recorte de quatro anos o governo do presidente Donald Trump coloca em prática uma política de 'tolerância zero' que visou desencorajar a imigração sem documentos e que permite que todos os imigrantes ilegais adultos sejam acusados criminalmente e se o adulto fosse pego atravessando a fronteira sem um visto, ele é levado a um centro federal de detenção de imigrantes até que se apresente ao juiz e seu caso seja avaliado. As detenções são por tempo indefinido. Como as crianças não podem ser mantidas nessas instalações com adultos, elas são

separadas dos pais e levadas a abrigos, enquanto o processo corre na Justiça. Elas correm o risco de deportação imediata ou de meses em detenção.

Desde que a política de tolerância zero entrou em vigor, o número de pessoas detidas na fronteira e as deportações em massa aumentaram. Em apenas três meses, quase duas mil crianças foram retiradas de seus pais ou tutores, incluindo crianças pequenas e bebês. Elas não sabem para onde seus responsáveis foram. A medida de separação de pais e filhos causou indignação internacional e gerou uma enxurrada de críticas. Imagens recentes de crianças trancadas em uma espécie de jaula chocaram o mundo. As crianças foram retiradas à força de pais imigrantes e refugiados que tentaram entrar ilegalmente no país. Existem ainda menores de idade que cruzaram a fronteira sozinhas, sem um responsável.



Fonte: Imagem John Moore/Getty Imagens/AFP – Menina de dois anos de Honduras chora enquanto sua mãe é revistada e presa no Texas na fronteira entre EUA e México

A imagem acima, é o registro do cotidiano de centenas de latino-americanos na busca de cruzar ilegalmente a fronteira dos Estados Unidos com o México. Mas ao entrar no país sem permissão, elas podem enfrentar leis cada vez mais rígidas.

Os críticos compararam as instalações para menores de idade como semelhantes a uma prisão, vejamos na reportagem:

A maior instalação para menores fica na cidade de Brownsville (Texas), onde 1.500 crianças estão alojadas em um galpão que já foi um hipermercado. Elas têm entre 10 e 17 anos e foram detidas quando atravessavam a fronteira ilegalmente. Inicialmente, o presidente Donald Trump defendeu a política de seu governo. “Os EUA não serão um campo de migrantes e nem um campo de refugiados”, disse à imprensa. Mas após a pressão popular, o presidente americano recuou e no dia 20 de junho, assinou um decreto que garante que pais e filhos fiquem detidos no mesmo local. Ainda assim, Trump

continuará a deter famílias, por tempo indeterminado. Segundo o presidente, o decreto vai "manter as famílias unidas e, ao mesmo tempo, garantir que temos uma segurança muito forte na fronteira, igual ou até mais reforçada do que antes (*FOLHA DE S. PAULO - CAROLINA CUNHA, 19/06/2018*)

Evidentemente, o jornal fala que as políticas de imigração ficaram mais duras mas que começaram a endurecer no governo do democrata Barack Obama, em 2014, o ex-presidente norte-americano determinou que os pais seriam criminalizados e que as famílias ficariam detidas em centros de detenção familiar, onde as famílias aguardariam juntos as decisões sobre os processos de imigração e pedidos de asilo, inclusive a detenção seria uma forma de ‘desencorajar’ a imigração, mas até o governo de Donald Trump, a regra não era aplicada com frequência.

Desde que Trump esteve no comando da Casa Branca, as prisões de imigrantes aumentaram mais de 40% em relação ao mandato anterior, a questão da imigração e controle das fronteiras foi uma das principais promessas de sua campanha. Em 2016, durante as eleições, ele prometeu deportar todos os imigrantes que vivem nos EUA sem visto e construir um muro de separação entre o México e os EUA ao longo de toda a fronteira Sul.

Trump, também já foi autor de outras polêmicas como a proposta de banir a imigração total de muçulmanos para evitar o terrorismo e de tolerar organizações de supremacia branca como apoiadores de sua campanha e apesar de Trump ter voltado atrás em suas decisões de separar famílias, a política norte-americana de imigração ainda é questionada como na fala do porta voz do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Christophe Boulierac: "Nós nos opomos à separação dos filhos de suas famílias com fins de controle migratório, mas também nos opomos às detenções".

Para a Organização das Nações Unidas - ONU, as famílias não devem ser consideradas criminosas e não precisam ter sua liberdade privada enquanto aguardam o processo judicial. A organização também considera que existem alternativas para a detenção, como abrigos mantidos por entidades e o monitoramento eletrônico. Segundo Ravina Shamdasani, porta-voz do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, foi solicitado aos Estados Unidos que reformulassem sua política migratória, incluindo a implantação de alternativas comunitárias e que não privassem as crianças e as famílias da liberdade.

A problemática traz uma reflexão sobre o êxodo na América Central e principalmente que deixa as crianças em vulnerabilidade e se faz a pergunta do que leva tantas pessoas a se arriscarem para realizar uma travessia insegura e incerta e se destaca que na década anterior, a maior parte dos imigrantes que atravessavam a fronteira eram mexicanos em busca de trabalho.

O perfil mudou gradualmente. Hoje, o maior fluxo de pessoas tem como origem países da América Central em crise, as famílias partem principalmente de Honduras, Guatemala e El Salvador, países que possuem uma das taxas de homicídios mais altas do mundo e que foram dominados pelo crime organizado.

As famílias abandonam suas casas para fugir de problemas como a pobreza extrema, a instabilidade política e a violência das gangues e do narcotráfico, a violência de gangues também é responsável por um fenômeno recente: a migração de crianças e adolescentes desacompanhados para os Estados Unidos. Elas fogem principalmente do aliciamento e das ameaças de morte e no caminho para os Estados Unidos, os menores de idade estão vulneráveis e correm risco de sequestro, tráfico, estupro e até mesmo de morte. Quando são detidas no território americano, o menor de idade tem o direito à audiência de imigração, mas não de um advogado. Se deportadas, as crianças correm o risco de serem atacadas ou mortas pelas próprias gangues que elas estavam fugindo.

Não resta dúvidas que durante as reportagens e opiniões editoriais a *Folha* deixa claro que é totalmente contrária a essas políticas de controle da imigração, deixando claro que se trata de uma tragédia humanitária seguindo a opinião e do censo geral da mídia internacional e da ONU que também classifica assim.

O governo mexicano declarou que a separação de famílias viola os direitos humanos. Já a ONU, se referiu a essa medida como ‘desumana e inadmissível’, que viola os direitos da criança, em visita às instalações. O senador democrata Jeff Merley constatou que um grande número de menores de idade estava dentro de “uma gaiola de arame de cerca de 10 x 10 metros trancada com cadeados”. Para a ex-primeira dama Laura Bush, as instalações são imorais e lembram os campos de detenção usados contra nipo-americanos durante a segunda guerra Mundial, os médicos norte-americanos também criticaram a medida, alertando que a separação das famílias pode ser traumática para crianças.

A Academia Americana de Pediatria advertiu que "experiências altamente estressantes, incluindo a separação da família, podem causar danos irreparáveis ao desenvolvimento ao longo da vida, alterando a arquitetura cerebral de uma criança". A maior instalação para menores fica na cidade de Brownsville (Texas), onde 1.500 crianças estão alojadas em um galpão que já foi um hipermercado. Elas têm entre 10 e 17 anos e foram detidas quando atravessavam a fronteira ilegalmente.

Embora, tenha havido posições das diversas instâncias responsáveis pela questão, a penalidade à imigração permaneceu até o fim do mandato de Donald Trump, sendo que Biden

desde de sua eleição, adotou um discurso muito mais simpático à entrada de estrangeiros ao longo de sua campanha. Após ser eleito, multidões de esperançosos se aglomeraram na divisa do México com os EUA. Em 2021, 1,72 milhão de pessoas foram apreendidas entrando ilegalmente no país, um recorde batido com folga no ano passado, quando o número subiu 60%, para 2,76 milhões.

Sem solução à vista para o problema, a Casa Branca deixou definitivamente de lado a retórica boazinha e apertou a corda: acaba de anunciar uma agressiva abordagem para a fiscalização da fronteira que permite a expulsão imediata de quem entre irregularmente no país, contrariando inclusive precedentes e dispositivos legais. Dois tipos de indocumentados cruzam diariamente, aos milhares, o Rio Grande e outros pontos de passagem, em busca do Eldorado americano: os que se dispõem a passar anos na ilegalidade, fugindo da polícia, até conseguir de alguma forma o sonhado green card — caso da maioria dos brasileiros — e as multidões que fogem da violência de gangues e de governos repressivos e pedem asilo assim que pisam nos Estados Unidos.

Antes de Trump, os refugiados podiam permanecer no país, trabalhar e tocar a vida enquanto aguardavam o andamento do processo. Com a pandemia, a Casa Branca trompista, alegando considerações sanitárias, implantou a medida conhecida como Título 42, que autorizou os agentes de fronteira a devolver os solicitantes de asilo ao México ou seus países de origem enquanto o pedido é muito lentamente analisado. Parte deles virou massa de manobra para governadores republicanos, que os embarcam em ônibus para cidades democratas como Boston e Nova York, onde o afluxo de estrangeiros criou uma crise social.

Biden usou e abusou do Título 42, estendendo o decreto o quanto pôde, mas ele vai finalmente expirar no dia 11 de maio 2024 — daí o aperto nas regras. O decreto determina que quem entrar nos Estados Unidos ilegalmente será considerado inapto para pedido de asilo e aplica duas exigências de difícil cumprimento aos candidatos: solicitar refúgio e aguardar resposta negativa em algum outro país pelo qual tenham passado a caminho da fronteira americana e agendar entrevista com os agentes da fronteira por um aplicativo de celular.

Em janeiro, Biden começou a testar alguns componentes da nova regulamentação e o número mensal de tentativas de cruzar a fronteira sul caiu 42%. A proposta está aberta a comentários públicos por trinta dias antes de entrar em vigor. Pode ainda ser — e provavelmente será contestada nos tribunais.

A virada do governo americano após dois anos de afrouxamentos das medidas regulamentadoras da imigração tem objetivo nas eleições presidenciais do ano que vem.

Pesquisa da NBC sobre intenção de voto mostra que os republicanos superam os democratas em mais de 30 pontos no quesito segurança de fronteiras. “Com a medida, Biden, de olho na reeleição, quer ganhar apoio junto aos brancos da classe trabalhadora e latinos contrários à entrada ilegais”, diz Nancy Foner, professora de sociologia da City University, de Nova York. Imigração, como tudo nos Estados Unidos, é hoje uma questão política, embora, como ressalta Julie Weise, historiadora da Universidade do Oregon, a população em declínio e uma escassez estrutural de mão de obra redobrem sua importância, levando o país a ficar encurralado nessa crise migratória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a trajetória de pesquisa, estava interessado em compreender melhor o jornal como fonte de produção histórica, a partir dos valores que caracterizam a escrita elaborada por essa mídia, estava interessado em “ler a história por meio dos jornais[...], já que, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas, e meio de expressão de ideias e depósito de cultura” (CAPELATO, 2015, p.115). A questão problema, expressa no início deste trabalho, tinha como aspecto central verificar como o jornal em sua produção de notícias organiza formas de representação histórica sobre determinado assunto na busca por credibilidade no jornalismo.

Na realidade, enquanto pesquisador, estava curioso, a respeito dessa dupla funcionalidade presente na formação histórica do jornalismo político. Mesmo sem um estudo regrado, parecia que, ao mesmo tempo que este valor funcionava de modo negativo em relação aos fatos narrados, servia para delimitar o campo jornalístico na produção histórica, permitindo – como valor positivo – sua autonomia, ainda que relativo.

A escolha do Jornal *Folha de S. Paulo* como objeto de pesquisa deveu-se à minha observação empírica e ao conhecimento acumulado em outros estudos. A cobertura do governo do presidente Donal Trump por parte de um dos mais importantes jornais do país, à primeira vista, não diferia de outros jornais que estavam sendo feitas pela maior parte dos meios de comunicação naquele período, com ênfase nas questões política sobre a imigração nos EUA.

Todavia, precisamente a naturalização por parte do jornal do que deveria ser uma cobertura de escândalo, de informação ou de crítica sobre a questão é que me chamou a atenção. O foco para o Jornal *Folha de S. Paulo* estava voltado não somente pela singularidade de uma cobertura de interesses especulativos ao governo dos EUA neste jornal em específico, mas também pelo questionamento de como este periódico assumia o papel de opinião investigativa em missão de ser a verdade.

No caso da *Folha de S. Paulo*, o perfil adotado permanecia sempre justificado pelos comentaristas do jornal, estava pautado no *ethos* profissional, na técnica, na profissionalização e na adoção de uma responsabilidade social empresarial. Ao mesmo tempo, foi possível observar, nas narrativas dos profissionais da *Folha de S. Paulo*, uma naturalização das análises técnicas apresentadas "como dado natural e não como um conjunto de formas de organização e racionalização do trabalho em busca de efeitos determinados" (BIROLI, 2010, p. 129). Portanto, a cobertura jornalística da *Folha* sobre o governo de Donald Trump no quesito

imigração, tal qual foi realizada, era um pouco do que se esperava que este jornal fizesse, como mídia especulativa, para conseguirem sustentar sua credibilidade.

Como defende Berger (2003), a credibilidade é o capital simbólico do campo jornalístico. Assim, é preciso considerar a noção de verdade no jornalismo que implica na crença de que o jornalismo está amparado na sua relação de correspondência com a realidade dos fatos. A questão da verdade é primordial para a crença em uma fonte de informações como o jornalismo, que se propõe a descrever e interpretar a realidade na busca de desempenhar o papel de representantes da chamada opinião pública.

Mas onde se apoia o conceito de credibilidade? No caso do jornalismo, as escolhas discursivas fazem parte de um conjunto de técnicas criadas de modo intencional para transformar o texto jornalístico em um relato crível de fatos e acontecimentos da realidade. Nesse sentido, podemos intencionalizar que o jornalismo político usa a desconfiança que se tem nos políticos como um dos valores da cultura política para construir seu discurso?

A partir das indagações sobre o assunto credibilidade, chego à concepção que norteou este trabalho, o de que o Jornal Folha de S. Paulo praticou uma cobertura de estágios especulativos, com narrativas orientadas para ganhar visibilidade pública a respeito da política de governo do presidente Donald Trump, de que produziu memórias e esquecimentos sobre os acontecimentos deste governo por meio da ênfase nas denúncias de escândalos, na desqualificação do político e, especialmente, sobre a temática da imigração que refletiu de alguma forma a inquietude do contexto político americano, nessa era tão conflituosa.

Partindo da ideia de que uma cobertura especulativa se formava em um período de busca da credibilidade, logo a premissa do crédito poderia sim afiançar um lugar de legitimidade ao jornalismo da Folha. Isto seria possível uma vez que os jornalistas desta mídia, ao praticarem esta cobertura, seriam reconhecidos como profissionais em acordo com o *ethos* jornalístico.

Para esta conclusão foi indispensável, por exemplo, discutir a construção do jornalismo como fonte histórica, levando-se em consideração seu contexto de produção “os interesses em jogo e os artifícios utilizados por seus produtores” (CAPELATO, 2015, p.115), também, tentar compreender o discurso da imparcialidade do jornalismo no confronto do relato do jornal com a realidade apresentada, entendendo que o editorial trabalha com representações e interpretações da realidade.

A menção à realidade dos fatos históricos surge associada a acontecimentos tidos como incontestáveis, como o desgaste da popularidade do governo Trump, principalmente pela

utilização da promulgação de Ordens Executivas, especificamente a Ordem Executiva 13767⁸ que fomentou o crescimento da política reacionária imigratória nos EUA no período de 2017 a 2020. O que não se veiculou é que no governo anterior do ex-presidente Barack Obama, houve a utilização excessiva de ordens executivas, que influenciou muito o comportamento de Trump. Segundo Korte (2017), após a reeleição de Obama, verificou-se que a promulgação de Ordens Executivas e de Proclamações Presidenciais aumentou muito, sendo alvo de diversas críticas dentro dos EUA, no período de 2009 a 2013. Obama, instaurou cerca de cento e vinte ordens em seu primeiro mandato e no segundo foram mais de cento e cinquenta.

Não é objetivo aqui elevar comparações de governos, mas sim, o de observar o contraponto na forma diferente de publicizar a informação sobre os dois governos, que tiveram em comum o mesmo ato administrativo, sendo que um sofreu a espetacularização da notícia – é fato que Trump produziu ideologias conservadoras, afirmou posição conflitante de ameaças e violações de direitos –, enquanto o outro, se valeu da mesma medida política, porém, sem grandes publicização de suas ações.

Barack Obama fez uso excessivo de práticas executivas nos seus oito anos de mandato, contudo, não sofreu com a ‘penalidade’ midiática, ficando a conta para ser paga pelo seu sucessor Trump – alvo de indignação moral por parte da sociedade. A questão indica certo nível de comprometimento do jornal ao passar a notícia na parcialidade, ou seja, o mesmo ato político e narrativas diferentes – estratégias organizadoras do discurso jornalístico. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que impensada e intuitiva, não é aleatória, tende a se construir em contextos pragmáticos e políticos, produzindo alguns efeitos, seja consciente ou inconscientemente desejados. Os dados e as análises produzidas, do próprio banco de dados *Folha*, mostram que o Jornal produziu, no contexto histórico da era Trump, representações de hostilidade porque isso era o que seu público queria ler, virou, a grosso modo, seu ‘pão com manteiga’. O Jornal promoveu discursos, cujos conteúdos narraram uma história de representações e enquadramentos que contribuíram para a derrubada do governo Trump, culminando, inclusive, no antitumpismo e sendo assim, a memória criada foi por uma perspectiva que interessava à imagem pública e às finanças da empresa.

⁸ A ordem executiva 13767 intitulada “Border Security and Immigration Enforcement Improvement”, promulgada em 25 de janeiro de 2017 afirma que algum tipo de uma parede física, que fosse “segura, contígua e intransponível” deveria ser construída imediatamente, além de ser fortemente monitorada para prevenir a imigração ilegal, o tráfico de drogas e de seres humanos, e atos de terrorismo. Além disso, a ordem demandava que fossem estabelecidos cinco mil agentes adicionais da Patrulha de Fronteira para que aumentasse a segurança na região (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017b).

O presente trabalho teve como questão analisar a maneira pela qual a figura política de Donald Trump foi apresentada nas páginas do Jornal F. de São Paulo, no período de sua governança de 2017 a 2020. Desta forma, o recorte temporal abrangido pela pesquisa compreende o período que vai da aclamação de Donald Trump como candidato oficial do Partido Republicano em julho de 2016 até a sua posse como o 45º presidente norte-americano em janeiro de 2017.

Com base na pesquisa e no método de análise adotado, advogo que a figura política de Donald Trump, durante seu mandato, foi construída de forma negativa na cobertura da *Folha*. A figura de político ‘ameaçador’, ‘populista’, fake news, ‘xenofóbico’, gerou uma representação sobre a imagem de Donald Trump nas reportagens do Jornal, sendo que este conceito permeia as principais adjetivações reputadas a ele na mídia.

Os rótulos imputados a Trump pela *Folha* tem claro objetivo de desqualificar e desmerecer o candidato republicano, cuja a prática de sua política e seus apoiadores seriam pressupostos do atraso. Aqui se verifica mais uma vez a noção de ‘ameaçador’ impressa no discurso do Jornal. Para a *Folha de S. Paulo*, o ‘populismo’ de Trump com todas as suas ideias tradicionalista como o nacionalismo e o isolacionismo, cogitam uma ameaça ao mundo global.

O emprego do termo ‘fake News’, adjetivo recorrente no discurso da *Folha* ao referir-se a Trump, ao refletir a disputa entre a mídia e Trump, pela divulgação e teor da notícia, acaba sendo empregado como uma ameaça. Para a *Folha de S. Paulo*, ao propagar fakes news sem reservas, Trump estaria atacando a democracia e, por conseguinte, oferecendo ameaça ao regime democrático norte-americano.

A apresentação contrária da imagem de Trump nas páginas da *Folha de S. Paulo* tem na noção de ameaça a sua essência. Sendo as supostas relações de Trump com a Rússia uma ameaça à ordem mundial, o alardeado populismo do candidato uma ameaça ao mundo, e a postura ‘arrogante e presunçosa’ do republicano foram percebidas como intimidação ao regime democrático norte-americano.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Paulo Henrique. *O Quarto Poder: uma outra História*, editora: Hedra, Belo Horizonte, 2015.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1ª ed. Lisboa/Portugal, 1977
- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BARROS, José D'Assunção. *O Jornal como fonte histórica*. Editora: Vozes Ltda, Petrópolis – RJ. 2023.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora: UFRGS, 2003.
- BIROLI, Flávia. *Técnicas de poder, disciplina do olhar: aspectos da construção do jornalismo moderno no Brasil*. História, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007p. 118-143.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BLOCH, Marc. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa, uma mercadoria política*. História e Perspectiva: Revista da Universidade Federal de Uberlândia, v. 4, p. 131, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. In: Mariana Villaça, Maria Ligia Coelho Prado (org.) *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas* – São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. 1.356 Kb; PDF.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia Coelho. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal 'O Estado de São Paulo'*. Editora: Alfa-Omega, São Paulo, 1980.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CITELLI, Adilson. *Palavras, meio de comunicação e educação*. São Paulo, Cortez, 2006.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2 ed., Lisboa: Difel, 2002.
- DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente e ensino de história*. Revista História Hoje, São Paulo, nº 4, p. 19-34, 2013

ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. *Imprensa, história e memória no Brasil: representações de um passado presente*. 2021. 633 f. Tese, (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Araraquara.

FISCHER, Marc. *Revelando Trump: a história de ambição, ego e poder do empresário que virou presidente*. Tradução Guilherme Miranda, Laura Folgueira; Prefácio de Carlos Gustavo Poggio Teixeira. São Paulo: Alaúde Editorial, 2017.

GOMES, Laurentino. *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GINZBURG, Jaime. Escritas da Tortura. In: TELES, Edson; SATAFLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GUAZINA, Liziane. *Alinhados com o poder: Um estudo sobre a cobertura política do jornal nacional e do jornal da Record*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em Comunicação, Brasília, 2001.

KORTE, Gregory. *The executive action toolbox: How presidents use proclamations, executive orders and memoranda*, 2017.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas: Unicamp, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821 – 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELO, José Marques. *Incursões Pioneiras de Hipólito da Costa no Mundo da Imprensa*. Net, São Paulo, abril. 2001.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. In: *V Congresso Nacional de História da Mídia*, São Paulo, São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007, p. 1-9

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. O eclipse da narrativa. In: *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994, p. 137-160

SENNE, Fábio José Novaes. *Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: uma análise de três escândalos políticos midiáticos a partir da perspectiva do enquadramento*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em Comunicação, Brasília, 2009.

SODRÉ, Nelson Wemeck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999. p.74-90.

Edward Palmer Thompson e

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

THOMPSON, John Brookshire. *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias*. Lisboa, Vega, 1993.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação: meios de comunicação, correio, catequese, ensino, sociedades literárias, maçonaria, etc.* 4º Edição, Editora: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

VIZEU, Alfredo. *O Lado Oculto do Telejornalismo*. Florianópolis, Calandra, 2005.

WOLF, Mauro. *Teorias das Comunicações de massa*, São Paulo, Martins Fontes, 2003

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968. _____. "Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa". In: *Lua Nova*, n 55-56, 2002, p. 185-194.

WERNECK, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.